



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MARCOS FELIPE RODRIGUES DE SOUSA

**PREFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS E CLASSES SOCIAIS: O PETISMO É UM
FENÔMENO CLASSISTA?**

BELÉM/PA

2020

MARCOS FELIPE RODRIGUES DE SOUSA

**PREFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS E CLASSES SOCIAIS: O PETISMO É UM
FENÔMENO CLASSISTA?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, sob a orientação do Prof. Dr. Gustavo César de Macêdo Ribeiro.

BELÉM/PA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de
Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

S725p Sousa, Marcos Felipe Rodrigues de
 Preferências partidárias e classes sociais : o petismo é um
fenômeno classista? / Marcos Felipe Rodrigues de Sousa. — 2020.
104 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Gustavo César de Macêdo Ribeiro
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Preferências Partidárias. 2. Partido dos Trabalhadores. 3. Petismo.
4. Classes Sociais. 5. Clivagens Sociais.

CDD 320.0981

**PREFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS E CLASSES SOCIAIS: O PETISMO É UM
FENÔMENO CLASSISTA?**

por

MARCOS FELIPE RODRIGUES DE SOUSA

Defesa da dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará e submetido à avaliação, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gustavo César de Macêdo Ribeiro
Universidade Federal do Pará (PPGCP-UFPA)

Examinador Externo: Mário Fuks
Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP-UFMG)

Examinador Interno: Rodrigo Dolandeli dos Santos
Universidade Federal do Pará (PPGCP-UFPA)

Conceito: _____

Belém, ____ de _____ 2020.

Para os resquícios da democracia no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (PPGCP – UFPA) e ao financiamento do mestrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradeço a oportunidade de ter integrado o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD-AMAZÔNIA) como discente visitante no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP – UFMG) e no Centro de Estudos do Comportamento Político (CECOMP). Em tempos de ataques e desmanches na ciência e educação no Brasil, as trocas de conhecimentos nestas instituições foram de grandes privilégios e me sinto honrado com as pesquisas e experiências vivenciadas.

Agradeço aos membros da banca de avaliação desta dissertação, em especial, ao meu orientador e professor Gustavo Ribeiro, não apenas na orientação e parceria em trabalhos acadêmicos, mas pela atenção, generosidade e amigável relação entre orientador e orientando, tornando as árduas tarefas de pesquisas mais harmônicas. Ao professor Mário Fuks, na excelente recepção, aulas e diálogos na UFMG e no CECOMP. Sem dúvidas, primordiais para o desenvolvimento desta dissertação. Agradeço as contribuições e conversas com o professor Rodrigo Dollandeli, avaliando e sugerindo caminhos para a minha pesquisa desde a qualificação.

Para todas e todos professores do PPGCP da UFPA ao me influenciarem na formação e processo educacional, tanto dentro quanto fora das salas de aulas. Para as amizades construídas nos programas de pós-graduação e aos amigos da Comissão Executiva de Trabalho do VI Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política. Não menos importante, aos inúmeros colegas da UFPA, essenciais no trajeto do mestrado, não medindo esforços para me auxiliar.

Para as pessoas amadas que fora do ambiente acadêmico tornam a vida e a dura realidade do dia a dia mais calma e feliz. Aos amigos e amigas: Kamilla Sastre, Felipe Damasceno, Mateus Chaves, Raissa Gonçalves e Anne Chantarllen. Agradecimentos grandiosos a minha família, pelo amparo e todo suporte dado. Com carinho, para a minha mãe, Cleide Cristina, e ao meu irmão, Matheus Kayky. Para a minha companheira e namorada, Érica Magalhães, pela paciência, dicas, apoios e todo o amor concebido. As tormentas da trajetória acadêmica são mais leves ao lado de vocês!

RESUMO

A discussão sobre as preferências partidárias no Brasil evidenciam os seus baixos índices. Entretanto, pesquisas expõem que a influência do Partido dos Trabalhadores (PT) no partidarismo dos brasileiros eleva o país para a média mundial de identificação partidária, ficando na frente de países como Alemanha, Espanha e México. Historicamente, este partido foi relacionado a uma camada social empobrecida, a classe trabalhadora, movimentos sociais e sindicalistas, como resultado de sua organização e marca partidária. Contudo, estratégias eleitorais e mudanças pragmáticas do PT nos últimos anos o aproximaram para distintas classes. As análises das classes sociais e suas preferências partidárias no Brasil frequentemente as associaram pela renda econômica e isso resultou em uma elevada agregação das localizações sociais das classes. Dessa maneira, utilizo uma mensuração alternativa, através da ocupação no mercado de trabalho e escolaridade. Adapto uma tipologia de classes híbrida, com aspectos neo-weberianos, fundado ao modelo EGP, e neo-marxista, a partir do trabalho de Santos (2005; 2010). Assim, analiso o petismo – preferência partidária dos indivíduos ao PT – e a sua incumbência em classes sociais, com uma série histórica de 2002 a 2018. Utilizo dados de *surveys* do CESOP/Datafolha em um quadro para quatro categorias de classes. Nessa tipologia, elaboro dados descritivos, moldo o chamado “índice Thomsen” nas diferenças de níveis de partidarismo entre as classes, na probabilidade de uma posição de classe demonstrar simpatia partidária ao PT, contra a probabilidade de outra posição de classe fazer o mesmo, padronizando a partir do logaritmo natural da razão de chances. Emprego um modelo de regressão logística tendo a variável de resposta ao petismo. Além da classe, utilizo nesse modelo as seguintes covariáveis de controle: sexo, idade, escolaridade, região e avaliação governamental. Os resultados descritivos denotam uma maior preferência partidária ao PT pela categoria dos indivíduos da classe de serviço, com 36,10% em 2002 e mínimo de 8,9% entre empresários e profissionais liberais em 2018. Tais valores oscilam, sendo os autônomos e precários expondo um maior petismo ao longo da série. Porém, observa-se com os resultados do índice Thomsen e do modelo de regressão que, apesar dos autônomos e precários nutrirem um partidarismo relativo ao PT nos últimos anos, esta variável não prediz um alinhamento petista em termos de classes. Assim, a mensuração de classes alternativa ao usual da ciência política brasileira ao petismo, a aplicação do índice Thomsen e da regressão logística confirmaram os limites da variável de classe social para as preferências partidárias ao PT. Conclui-se que o petismo não se findou como um fenômeno classista, mas com um moderado e relativo partidarismo de classe, principalmente para setores precários da sociedade.

Palavras-chave: Preferências Partidárias. Partido dos Trabalhadores. Petismo. Classes Sociais. Clivagens Sociais.

ABSTRACT

The discussion about party preferences in Brazil shows their low rates. Though, research reveals that the influence of the Workers' Party (PT) on the partisanship of Brazilians elevates the country to the world average of party identification, ahead of countries like Germany, Spain, and Mexico. Historically, this party has been linked to an impoverished social stratum, the working class, social movements, and trade unions, as a result of its organization and partisan brand. Nevertheless, electoral strategies and pragmatic changes in the PT in recent years have brought it closer to different social classes. Analyses of social classes and their party preferences in Brazil have often associated them with economic income and this has resulted in a high aggregation of social class locations. In this way, I use an alternative measurement, through occupation in the labour market and education. I adapt a typology of hybrid social classes, with neo-weberian aspects, based on the EGP model, and, neo-marxist, based on the research of Santos (2005; 2010). Thus, I analyse *petismo* - the party preference for the PT - and its role in social classes, with a historical series from 2002 to 2018. I use data from *CESOP/Datafolha* surveys in a table for four categories of social classes. In this typology, I elaborate descriptive data, molding the so-called "Thomsen index" in the differences in levels of partisanship between social classes, in the likelihood of a social class position showing party sympathy to the PT, against the likelihood of another social class position doing the same, standardizing from the natural logarithm of the odds ratio. I use a logistic regression model with the response variable to *petismo*. In addition to the social class, in this model I use the covariables of sex, age, education, region, and government evaluation. The descriptive results denote a greater party preference to the PT for the category of individuals in the service class, with 36.10% in 2002 and a minimum of 8.9% among entrepreneurs and professionals in 2018. Such values fluctuate, being the self-employed and precarious exposing greater *petismo* throughout the series. However, the alternative measurement of social classes to the usual of Brazilian political science to *petismo*, the application of the Thomsen index, and logistic regression confirmed the limits of the social class variable for party preferences to the PT. This research concludes that *petismo* was not a social class phenomenon, but with a moderate and relative social class partisanship, mainly for precarious sectors of society.

Keywords: Party preferences. Workers' Party. Petismo. Social Classes. Social Cleavages.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	CAPÍTULO 1: CLASSES SOCIAIS, PREFERÊNCIAS POLÍTICAS E PARTIDARISMO.....	14
2.1	Políticas de classes: preferências partidárias e comportamento eleitoral	23
3	CAPÍTULO 2: PREFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS NO BRASIL: entraves para o partidarismo e o caso do petismo	32
3.1	Partidarismo no Brasil e suas limitações	37
3.2	As preferências partidárias no Brasil	42
3.3	A fundação e expansão do PT na difusão do petismo.....	46
4	CAPÍTULO 3: O PT E AS CLASSES SOCIAIS: partidarismo e alinhamento? .	56
4.1	Mensurando as classes sociais: uso dos esquemas de classes neo-marxista e EGP ao partidarismo e comportamento eleitoral	62
4.1.1	Mensurando as classes sociais no Brasil	67
5	METODOLOGIA.....	71
6	ANÁLISES DAS PREFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS NO BRASIL A PARTIR DAS CLASSES SOCIAIS NO PERÍODO DE 2002 A 2018.....	77
6.1	Análise do petismo a partir das localizações de classes sociais.....	80
6.2	Análise do índice Thomsen	84
6.3	Análise da regressão logística	87
7	CONCLUSÃO	91
	REFERÊNCIAS.....	96

1 INTRODUÇÃO

Ao considerar os grupos sociais para uma análise do partidarismo, torna-se necessário avaliar se esses grupos se identificam com um partido político e os caminhos para essa preferência. Na compreensão da identificação partidária, autores como Lipset e Rokkan (1967a), Sartori (1972) e Przeworski (1989) exploraram questões sobre a capilaridade social dos partidos e o partidarismo enquanto pertencentes aos grupos sociais.

Dado que seja improvável que percepções e preferências políticas tenham uma distribuição randomizada na população, é necessário considerar variáveis sociais para que se possa explicar sua distribuição (EVANS, 2000). Nesse sentido, é possível utilizar o partidarismo ao se pensar o contexto político das últimas décadas no Brasil, principalmente quando houve a eleição e reeleição de um mesmo partido no poder executivo federal. O período de Luís Inácio (Lula) de 2002 a 2010 e Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), consecutivamente.

De acordo com Borba *et al* (2018), o partidarismo é coerente para dar significado a um sistema de crenças como visto também nas teorias clássicas¹. Os determinantes do partidarismo na literatura se desassemelham entre autores que visualizam este como um fenômeno “identitário” e os que o têm por um atalho informacional aos eleitores, primordialmente aos eleitores sofisticados (BORBA *et al*, 2018). Contemporaneamente, a discussão do partidarismo também ocorre em torno de seu declínio, tanto nos EUA, quanto nos países europeus, embora um declínio não signifique o seu fim enquanto atitude individual (DALTON, 2013).

Assim, para abordar tal problemática, a presente dissertação focou nas possíveis associações entre partidarismo e classes sociais. Controvérsias sobre as classes e preferências políticas demandam, antes de tudo, uma delimitação do que são classes e de quais preferências políticas possivelmente estão associadas. Da mesma maneira que Manza, Hout e Brooks (1995a), o fundamento desta pesquisa está apenas nos estudos de classes sociais alusivos a um contexto político partidário e eleitoral, não tendo pretensão de um longo debate teórico para as classes intrinsecamente.

Weakliem e Adams (2011) expõem que as argumentações pelo enfoque de classe nas eleições, partidos e preferências políticas enfatizaram mensurações do número de classes, suas frações e da fronteira entre estas aos partidos políticos. As políticas de classes enquanto

¹ As análises do partidarismo e do comportamento eleitoral permearam “escolas” tidas como referências “clássicas” na literatura, como a realizada em Columbia – onde se propõe uma abordagem sociológica (LAZARSFELD; BERELSON; GAUDET, 1965) –, uma perspectiva psicossociológica, derivada em Michigan (CAMPBELL *et al*, 1960) e do individualismo metodológico da escolha racional (DOWNS, 1957).

preferências e comportamentos políticos, tais como o partidarismo e o voto, se firmam no debate das clivagens sociais. Uma clivagem social seria a separação ou diferenciação entre grupos sociais, seja por classes, religião ou outras razões sociais. Para Lipset e Rokkan (1967a), quatro clivagens destacam-se enquanto formadoras e propulsoras dos sistemas partidários: a clivagem religiosa, de classes, a rural e urbana e elites do centro e da periferia.

A variável de classe social estabelecida entre capital e trabalho obteve uma centralidade na tradução aos sistemas partidários (LIPSET; ROKKAN, 1967a). A classe é um modo de analisar o enraizamento social dos partidos na sociedade, embora não seja a única maneira de realizar isso. Outras variáveis sociodemográficas são suscetíveis a tal objetivo (NIEUWBEERTA, 1995), assim como para aferir o partidarismo. Em um panorama sociológico, Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1965) avaliaram o partidarismo por intermédio do contato e pertencimento a um grupo social de referência.

Uma aproximação classista ao partidarismo compõe uma abordagem *top down*, sendo as estratégias partidárias influenciando e mobilizando o eleitor numa clivagem classista (EVANS; DE GRAAF, 2013). E uma perspectiva *bottom up*, a partir das características sociais e valorativas dos grupos sociais imputando significância ao seu comportamento e preferência política (SCHOLZ, 2017).

Evans e Tilley (2017) argumentam que é possível afluir ou declinar a significância da política de classes com as tomadas de decisões políticas dos partidos ao se diversificarem enquanto representante dos diferentes interesses de classes. Przeworski (1979) demarcou que operários podem se mobilizar por outras características sociais, devendo o partido incentivar uma tendência classista ao voto ou partidarismo.

Principalmente nos países do capitalismo central da Europa e nos Estados Unidos, o debate sobre partidarismo e voto classista substancia-se aos que defendem o seu declínio (CLARK; LIPSET; REMPEL, 1993; PAKULSKI, 1993; INGLEHART; FLANAGAN, 1987; INGLEHART, 1997) e a sua manutenção (MANZA; HOUT; BROOKS, 1995a; EVANS, 1999; EVANS; TILLEY, 2017). Críticos ao declínio da importância da classe aos estudos políticos e eleitorais relataram que os fatores explicativos do declínio do voto de classe foram influenciados por métodos limitados de mensurações das classes (MANZA; HOUT; BROOKS, 1995a; EVANS, 1999).

Um dos índices de mensuração das classes bastante utilizado na literatura sobre o voto e preferência de classe foi o Índice Alford. Evans (1999; 2000) julga negativamente o índice, afirmando que ele agregaria distintas frações de classes apenas na dicotomia de ocupações manuais e não manuais. Essa agregação procederia em resultados inadequados na análise

classista. Duas mensurações das classes se destacam na contemporaneidade da ciência política: uma nos esquemas de categorias de classes neo-marxistas e outra neo-weberiana (BREEN, 2005).

Nieuwbeerta (1995) classificou três gerações de estudos sobre a clivagem de classe ao voto e partidatismo. Conforme Nieuwbeerta (1995), a primeira geração é marcada com a limitação aos bancos de dados e na mensuração da classe, principalmente pelo índice Alford. A segunda geração avançou na observação de dados de *surveys* e na aplicação de regressões lineares. A terceira detalhou e padronizou um esquema de classes mais sofisticado. Essa última geração manipulou uma tipologia mais ampla, não apenas na dicotomia de trabalhadores manuais *versus* (vs) não manuais, tal qual o índice Alford, e, aplicando novos índices de *odds ratio*.

A clivagem de classe ao partidatismo no Brasil não foi impactante nos estudos de Ribeiro (2018) e Samuels e Zucco (2018), e, ao comportamento eleitoral, nos trabalhos de Rennó e Peixoto (2011) e Holzhacker e Balbachevsky (2007). Contudo, Ribeiro (2014; 2019) demonstrou com um esquema de classes baseado nas categorias neo-marxistas e neo-weberianas que as classes são pertinentes ao voto. Se assemelhando a Evans (1999), Ribeiro (2014; 2019) demarcou limitações nos trabalhos envolvendo mensuração de classe ao comportamento eleitoral.

Para Ribeiro (2014; 2019), autores na ciência política brasileira usualmente associaram a categoria de classes a renda, o que seria problemático. Aferir classe social enquanto renda cairia no erro de agregar numa mesma localização de classe posições sociais díspares com rendas similares. Ribeiro (2019) cita os trabalhos de Singer (2009; 2012) como fundamental aos estudos de classes no Brasil. Entretanto, Singer (2009; 2012) construiu o seu quadro de classes para estudar o lulismo a partir da renda. Não expandindo o seu mapa de classes, Singer (2009; 2012) realizou suas considerações sobre o subproletariado brasileiro sem um maior escrutínio empírico das classes.

Além da fraca significância das classes em estudos brasileiros, outra variável fragilizada foi o partidatismo. Estudos de Carreirão (2004), Kinzo (2005), Braga e Pimentel Jr. (2011) e Gimenes (2015) expuseram a não estabilidade da preferência partidária no Brasil. Segundo Gimenes (2015), a literatura salienta que estratégias eleitorais impactaram negativamente o partidatismo, por exemplo: as candidaturas personalistas, as coligações partidárias ideologicamente inconsistentes e a flexibilização de posicionamentos políticos-ideológicos. Carreirão (2004) cita a sistematização partidária e eleitoral no período da redemocratização obstaculizando a estabilidade do partidatismo.

Todavia, Braga e Pimentel Junior (2011) e Dalton e Weldon (2007) afirmaram que os níveis de simpatia partidária no Brasil não se distanciam das taxas registradas internacionalmente. Porém, Samuels (2006) relata que o índice é fortemente influenciado pelas preferências partidárias ao PT. Nas últimas duas décadas, o petismo foi o sinônimo das preferências partidárias brasileira (SAMUELS, 2006; BORGES; VIDIGAL, 2016; KRAUSE; LAMEIRÃO; PAIVA, 2016; SAMUELS; ZUCCO, 2018). Os partidários positivos no Brasil são demasiadamente os petistas, e os negativos, os antipetistas (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Notavelmente o PT constituiu-se no centro das preferências partidárias brasileira. Desde a sua fundação, o partido promoveu uma identidade política com sua marca partidária e aproximou-se de setores do sindicalismo, movimentos sociais, comunidades religiosas da esquerda política e intelectuais (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991). A diversidade da composição interna do partido se intensificou na chegada à presidência da República em 2002. Tendo o apoio de grupos do empresariado em 2002 e da classe trabalhadora, o PT se consagrou ao que Singer (2010) conceituou à “duas almas do partido”. As duas almas propagariam um beneficiamento do grande capital e com a inclusão social de camadas sociais empobrecidas.

Nesse sentido, objetivo analisar se a capilaridade do petismo na sociedade é indutivo em razões de classes. Dado as contradições de classes nas estratégias do PT e do seu maior índice de preferências partidárias entre todos os outros partidos, é pertinente examinar o petismo com uma ótica classista. Outras variáveis foram testadas ao partidarismo no Brasil, como a escolaridade (BALBACHEVSKY, 1992; KINZO, 2005; VEIGA, 2011; GIMENES *et al*, 2016) e renda (LAMOUNIER, 1978; REIS; CASTRO, 1992; VEIGA, 2007; SINGER, 2010; SAMUELS; ZUCCO, 2018).

O petismo não assimilou resultados positivos nas classes sociais para Samuels e Zucco (2018) e Ribeiro (2018). Contudo, Samuels e Zucco (2018) fizeram uso de um mapa de classes criticado pela “terceira geração” de estudos do comportamento e partidarismo classista, ao empregarem a renda nas classes. Apesar de Ribeiro (2018) também conceber essa crítica a mensuração de classe pela renda, o autor confinou um fraco petismo classista, porém apenas ao ano de 2010, dado a limitação do seu banco de dados, necessitando uma série temporal maior.

Dialogando com Ribeiro (2018; 2019) e ao que Nieuwbeerta (1995) definiu como terceira geração dos estudos sobre comportamento eleitoral e preferências partidárias, recorro a metodologias que possam expandir empiricamente a estrutura de classes brasileira e uma série temporal da preferência partidária ao PT nestas localizações sociais de classes. No estudo de Ribeiro (2018), este atribuiu uma tipologia de classe neo-marxista baseado em Wright (1985) e Santos (2005). Em Ribeiro (2019), foi visto uma adaptação da abordagem neo-weberiana a

partir do esquema de Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1978), com adição de categorias de classes neo-marxistas encontradas no trabalho de Santos (2010). Ademais, Ribeiro (2019) contou com o uso de ajustes ao índice Thomsen ao testar a diferença das composições de classes e suas intenções de voto no Brasil.

Posto isso, a metodologia empregada nesta dissertação utiliza dados de *surveys* do *CESOP/Datafolha* aos anos de 2002 a 2018, usando uma tipologia que se assemelha ao esquema de classes conhecido como EGP (ERIKSON; GOLDTHORPE; PORTOCARERO, 1978) e com aspectos neo-marxistas, a partir de Santos (2005; 2010). Tal abordagem demandará o tipo de contrato de trabalho para distinguir posições de classes diferenciais. Assim, meço as classes sociais por meio da ocupação e da escolaridade para diferenciar a apropriação de ativos educacionais no interior de uma posição de classe.

Nessa tipologia, elaboro dados descritivos em uma série histórica ao petismo no recorte de 2002 a 2018, considerando tanto os anos eleitorais quanto não eleitorais, com dados do apoio ao PT no interior de cada classe. Além do modelo de classes, faço adaptações ao índice Thomsen, nas diferenças dos níveis do petismo entre as classes sociais. Em uma modificação ao caso brasileiro, operacionalizo tal índice pela probabilidade de uma posição de classe nutrir uma preferência partidária pelo PT, contra a probabilidade de outra posição de classe fazer o mesmo, padronizada a partir do logaritmo natural da razão de chances.

Consecutivamente, aplico um modelo de regressão logística com variáveis de controle, como as variáveis de sexo, idade, escolaridade, região e a avaliação governamental. Assim, verifico se o petismo é mais significativo por variáveis diferentes a classes. A metodologia empregada justifica-se ao se encaixar na agenda contemporânea de pesquisas sobre clivagens sociais, voto de classe e partidarismo, como em Samuels e Zucco (2018) e Ribeiro (2014; 2018; 2019). Samuels e Zucco (2018) também fizeram uso de dados do *CESOP/DataFolha* e Ribeiro (2014; 2018; 2019) logrou de ampliar o quadro de mensuração das classes para suprir lacunas da área. Por esse ângulo, intento contribuir com os seus achados sobre o petismo e as classes sociais.

O ponto central do debate da relação preferências partidárias e classe social efetuou-se na verificação das “classes baixas” serem mais propensas a preferirem os partidos de esquerda, comparado a outras classes (NIEUWBEERTA, 1995; EVANS, 1999; WEAKLIEM; ADAMS, 2011). Porém, em uma ótica *top down* se identifica que as estratégias dos partidos conduzem a um maior ou menor impacto da clivagem de classe. Historicamente associado à esquerda e centro-esquerda e com a maior preferência partidária no Brasil nos últimos anos, o PT logrou de um suporte de diferentes grupos sociais. O voto de classe de indivíduos em destituição social

se fez mais próximo ao PT, como pontuado na pesquisa de Ribeiro (2014). Outra associação de desprivilegiados foi percebido a este partido na obra de Singer (2009), mas, à figura de Lula.

Destinchado esses fatores, disponho se o petismo possuiu uma base classista, e se, o partido conseguiu mobilizar os indivíduos a partir de diferenças de classes sociais para um partidarismo. Referenciado nas discussões dos capítulos seguintes, alguns questionamentos serão trabalhados: o petismo esteve associado a clivagens sociais classistas? É possível mobilizar o conceito do petismo na forma de mensurar o enraizamento social do partido pelas classes? A força do partidarismo do PT decorre em classes sociais específicas, como a dos trabalhadores? Ademais, avalio se uma mensuração de classe alternativa a recentes trabalhos na ciência política demandou dessemelhantes resultados ao petismo.

Sumariamente, observo se o PT traz nas suas preferências partidárias aqueles que carrega no nome do partido e as variações do partidarismo no contexto da sua chegada à presidência e na crise do petismo, como nos eventos do *impeachment* de Dilma Rousseff e prisão da sua principal liderança histórica. Para responder tais indagações, estruturei a dissertação na seguinte maneira: no primeiro capítulo há um levantamento da literatura sobre partidarismo e clivagens sociais, avaliando as mudanças em torno das políticas de classes. No segundo capítulo discuto as preferências partidárias no Brasil, citando os entraves para a estabilidade do partidarismo brasileiro e o fenômeno do petismo. O terceiro capítulo reporta as mensurações de classes sociais ao partidarismo. Nos tópicos consecutivos, a metodologia e os resultados empíricos do petismo nas categorias de classes.

2 CAPÍTULO 1: CLASSES SOCIAIS, PREFERÊNCIAS POLÍTICAS E PARTIDARISMO

A literatura, envolvendo preferências partidárias e voto de classe, incluiu inúmeras classificações e distinções sobre as posições sociais das classes, como exemplo: na ocupação dos indivíduos na relação de trabalho – em trabalhadores manuais contra trabalhadores não manuais –, contrastes no nível de renda, educação, identificação subjetiva de classe e estilo de vida (EVANS; TILLEY, 2017). O diálogo sobre mensurações parte da lógica de que as classes sociais seriam relacionais ou gradativas. As mensurações de classes mais proeminentes na área incluem uma abordagem neo-marxista, bem como em Wright (1985) e Przeworski (1989), e uma neo-weberiana, em Erikson e Goldthorpe (1992).

Estudos iniciais das associações entre clivagens sociais e preferências políticas avaliaram a magnitude de tais fenômenos em vários países, primordialmente os países europeus e os EUA. Abordaram fatores, como: a renda, a heterogeneidade religiosa e étnica, o padrão de

vida, a mobilidade social, a politização das classes em uma nação, dentre outras variáveis (NIEUWBEERTA, 1995). Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1965), em *People's Choice*, utilizaram o *status* econômico, a religião, a residência, a idade e a ocupação para a análise ao voto.

Ao pesquisar as eleições presidenciais norte-americanas com o uso de um painel em um condado de Ohio, Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1965) conceituam que a identificação partidária ocorre por meio do contato e pertencimento a um grupo social de referência. Inicialmente focaram em avaliar como e por que os eleitores decidem o seu voto e a influência da mídia nesse processo. Seus resultados retratam que as relações pessoais, a partir da influência de um grupo social, foi um fator mais impactante que a mídia para a formação de opinião dos indivíduos.

Lipset e Rokkan (1967a) levaram em conta a ligação dos indivíduos aos partidos políticos nas clivagens sociais em um modelo de disputas políticas dadas em consequência das divisões sociais, das características e dos interesses dos grupos sociais (SCHOULZ, 2017). As clivagens sociais são as disputas na estrutura da sociedade que influenciaram a formação dos sistemas partidários ocidentais, o comportamento eleitoral e a competição política (LIPSET; ROKKAN, 1967a).

Ao investigarem os tipos de sistemas partidários e dos alinhamentos eleitorais do Ocidente, Lipset e Rokkan (1967a) abordaram os alinhamentos da sociedade aos partidos políticos por critérios socioculturais em denominações regionais, de classes ou religiosas. A obra dos autores evidenciou os conflitos de partidos de elites do século XIX, desafiados por partidos de uma massa da esquerda socialista (SITTER, 2002).

Em Lipset e Rokkan (1967a), a formação dos sistemas partidários europeus derivou de um contexto histórico de divisões entre grupos sociodemográficos, em aspectos religiosos (Igreja x Estado); centro e periferia (Elites Nacionais x Elites das Periferias); rural e urbano (Proprietários da Terra x Indústria); ou classe (Empregadores x Trabalhadores) (CALCA, 2010). O modelo de clivagem social, em Lipset e Rokkan (1967a), se concebeu na mais popular explicação para a formação e durabilidade dos sistemas partidários do oeste Europeu (SCHOULZ, 2017).

Sitter (2002) expôs que Lipset e Rokkan (1967a) se basearam no entrelaçamento dos eleitores aos partidos. A análise de Lipset e Rokkan (1967a) nas divisões sociais dos grupos sociodemográficos condicionou em traduzir se as clivagens sociais se conectam aos sistemas partidários e se isso reverbera nas identificações partidárias individuais nos distintos grupos

sociais, nas relações das classes sociais e nas preferências para um ou outro partido. As contradições sociais e históricas manifestariam lealdades ou identificações partidárias.

A divisão entre capital e trabalho é uma das mais significantes divisões identificadas por Lipset e Rokkan (1967a). Scholz (2017) afirma que a clivagem de classe, representada pelos partidos socialistas à esquerda e conservadores à direita, esteve presente e dominou a competição política na maioria dos países europeus no século XX. E para Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1965), um político poderia contar com os banqueiros, gerente de negócios, fazendeiros, para votar nos republicanos e os imigrantes, operários ao partido democrata.

Na obra de Lipset e Rokkan (1967a), as diferenças sociais históricas firmaram grupos de indivíduos com interesses compartilhados, refletindo uma identificação partidária, sendo a conexão das pessoas aos partidos não algo individual, e sim de uma ligação de grupos sociais e partidos. Os sistemas partidários traduziriam as estruturas de clivagens sociais a partir de sua institucionalização. Ao evidenciar as clivagens sociais enquanto critérios para a formação do sistema partidário e do alinhamento dos grupos sociais aos partidos, os autores destacam – antes do que os fatores institucionais – a importância da mobilização política de identidades sociais na formação de preferências partidárias.

Ao manter o foco do partidarismo, por uma perspectiva das classes sociais, foram observadas as condicionantes para uma preferência partidária em uma abordagem sociológica. Sartori (1969), ao conceber o uso da sociologia política, explica que a sociologia dos partidos contribui para ponderar até que condição os partidos e sistemas partidários são uma resposta ou reprodução da estratificação social e estrutura da sociedade. Segundo o autor, a sociologia dos partidos, tal como iniciada por Lipset e Rokkan (1967a), denota que as divisões estruturais da sociedade se encontram relacionadas com o apoio a um partido político.

Em *O Homem Político*, Lipset (1967b) desenvolve que as classes sociais são uma das divisões estruturais da sociedade que se relacionam com um apoio partidário. Sartori (1969) questiona essa relação contida na obra de Lipset (1967b): se o apoio partidário decorreria de uma lealdade de classes aos partidos, por um apelo classista dos partidos ou uma representação dos interesses de classes nos partidos? De acordo com Sartori (1969), o ponto mais difícil para as classes se associarem aos partidos seria pela forma da representação dos interesses de uma classe nos partidos, onde estes poderiam representar interesses de diversas classes, não apenas uma classe, especificamente.

A discussão da representação dos interesses de classes nos partidos políticos é coerente para os questionamentos da preferência partidária no Brasil. Dado que o PT, historicamente, consolidou a sua marca partidária por meio de sindicalistas, movimentos sociais, ativistas

sociais e trabalhadores (SAMUELS; ZUCCO, 2018). Evidenciar se o partido conseguiu um apoio em uma classe social em específico, expõem as argumentações negativas e positivas da representação das classes nos partidos. Entretanto, a preferência partidária, em termos de classes, pode acontecer para além de um eixo da representação dos interesses das classes.

Lipset (1967b) cita que apesar de muitos partidos se renegarem para um princípio de conflito ou uma lealdade de classes de seus apoiadores, “analisar os atrativos partidários e as preferências partidárias dos indivíduos nos grupos sociais, sugere que os partidos representariam interesses de classes” (LIPSET, 1967b, p. 231). O autor designa que a generalização a ser feita para os partidos é que eles se baseariam em atrair apoios nas classes inferiores, médias e superiores. Contudo, Lipset (1967b) ressalta que a classe social é apenas uma das divisões estruturais na sociedade a se relacionar com uma preferência partidária. Em certos países e momentos históricos específicos, outras clivagens se destacam (SCHOLZ, 2017).

Sartori (1969) estabelece que as pesquisas das classes e os partidos políticos se substanciaram a partir da pergunta inicial de Lipset e Rokkan (1967a), em como os conflitos e clivagens políticas são traduzidas aos sistemas de partidos. No entanto, Sartori (1969) ponderou que não são as divisões sociais que causam o nascimento de alguns partidos políticos, e sim que estes funcionaram, “inspirando a politização das clivagens sociais na sociedade” (SCHOLZ, 2017, p.33).

Sartori (1969) pressupõe que encontrar semelhanças de classe aos partidos e eleitores não se correlaciona, necessariamente, a representação de um interesse de classe. Todavia, é possível inferir se os eleitores são ligados aos partidos políticos por um estado de empatia sociopsicológica, havendo uma diferença entre empatia e representação (SARTORI, 1969). A análise deveria partir se os partidos ecoam uma estrutura de classes. No ponto de vista de Sartori (1969), uma preferência classista aos partidos teria um pressuposto de não apenas o partido ser uma imagem de uma classe social, e sim se prover na estrutura e realidade das classes (WEAKLIEM; ADAMS, 2011).

Nesse sentido, se procura examinar os possíveis alinhamentos dos indivíduos em uma classe social e se os partidos políticos impulsionaram uma política de classes. Segundo Przeworski (1989), a variável de classe social pode ser importante ao comportamento eleitoral individual e a uma preferência partidária em determinadas épocas e sociedades, de acordo com as estratégias, adotadas pelos partidos.

As preferências partidárias e o comportamento eleitoral estariam nas manifestações da política de classes nos indivíduos. A política de classes refletiria as relações sociais dos

indivíduos, imersos em discrepantes classes sociais, sendo que o indivíduo fundado pela sua totalidade das relações sociais, não ficaria a parte de sua localização de classe para a preferência ou não a um partido político.

Os diagnósticos sobre o alinhamento partidário dos eleitores e o sistema partidário, ao longo do tempo, estabeleceram-se em duas principais perspectivas (SCHOLZ, 2017). A primeira seria uma interrogação *bottom up*, tendo as características sociais e valores dos grupos sociais como explicativos do comportamento eleitoral e das preferências. A segunda, *top down*, apresentando as escolhas eleitorais e as preferências partidárias se acentuando nas ações e estratégias dos partidos políticos (SCHOLZ, 2017).

Sitter (2002) utilizou as clivagens sociais de Lipset e Rokkan (1967a) em uma heurística para a compreensão das preferências políticas e do sistema partidário no Leste Europeu². O autor pretendeu considerar os pressupostos do desenho institucional dos países do Leste Europeu, as clivagens sociais, os eleitores e os partidos, dentro de um contexto pós-comunista. Para Scholz (2017), as pesquisas de clivagens sociais, comportamento eleitoral e sistemas partidários tendem a ser áreas separadas. Porém, durante na última década, elas começaram a convergir na literatura, integrando o sistema partidário com o comportamento dos eleitores.

Sitter (2002) expõe que a hipótese de “congelamento” do sistema partidário de Lipset e Rokkan (1967a), no decorrer dos anos, gerou debates controversos, primordialmente ao situarem que mudanças temporais nos países europeus iriam ser consecutivos do sistema partidário em clivagens. Isso porque, uma vez que houvesse o desenvolvimento de um sistema partidário, este contribuiria para a sua perpetuação (SITTER, 2002). A hipótese de “congelamento” do sistema partidário, de Lipset e Rokkan (1967a), conceitua que os sistemas partidários da década de 1960 espelharam, com poucas exceções, as estruturas de clivagens sociais do sistema partidário na década de 1920.

No final dos anos 1960, os partidos se organizaram mais em estratégias da profissionalização dos partidos e na mídia, ao invés de campanhas de filiação em massa. Procuraram abranger seu eleitorado, “usando campanhas com dominação de lideranças em ações populistas” (SITTER, 2002, p.433). Sitter (2002) afirma que, além das clivagens, os eleitores, as instituições e a organização partidária contribuíram para a solidificação do sistema partidário e nas estratégias dos partidos no Leste europeu, visto que as estratégias partidárias

² As clivagens sociais de Lipset e Rokkan (1967a), no estudo de Sitter (2002), não foram utilizadas num modelo a ser testado e aplicado em sua pesquisa, apenas para o entendimento do impacto das clivagens sociais para a formação do sistema partidário. Nesta dissertação, o modelo de Lipset e Rokkan (1967a), também foi utilizado para fins teóricos, não como modelo a ser aplicado.

influenciam a relação entre eleitores, seus respectivos grupos sociais e os partidos (PRZEWORSKI, 1989).

Em Przeworski (1989), o processo eleitoral é capaz de formar imagens da sociedade e conduzir identidades coletivas. Entretanto, apenas a característica de classe não é preditiva a uma escolha eleitoral. O autor demonstra que os eleitores podem se mobilizar como operários, e também como operários católicos e outras variadas características de clivagens. O voto e preferência de classe que deve ser impulsionado pelo próprio partido e consequentemente podendo acarretar uma tendência classista.

A relação dos lugares que os indivíduos ocupam na sociedade perpassou um histórico de conflitos, envolvendo preferências e estratégias aos partidos políticos (PRZEWORSKI, 1989). Visto também em Lipset e Rokkan (1967a), as disputas sociais de grupos conflitantes exerceram uma influência na formação dos partidos no Ocidente e no comportamento político e preferência partidária. Porém, a sociedade, dividida em classes, não ocasiona diretamente uma organização política e partidária em classes, é necessário que os partidos atuem enquanto mobilizadores de identidades coletivas para um voto de classe ou por uma preferência partidária de classe.

A estabilidade do partidarismo é decorrente não apenas do sistema eleitoral e partidário, e sim um fator a ser conduzido pelas estratégias partidárias. Diante desse processo, os partidos políticos, assim como os sindicatos e igrejas, induzem comprometimento e interesses em ações classistas, sendo que, por serem partidos diferentes, desempenham papéis diversos (PREZWORSKI, 1989). Os partidos políticos teriam que adotar estratégias pertinentes em classes, ao que o autor classifica em estratégias particularistas de classes, e não universalistas, onde não há distinções sociais.

Para Lipset (1967b), apenas o fato de um grupo de pessoas em países europeus permanecerem em condições de privações socioeconômicas não garante automaticamente que os membros dos grupos irão apoiar um partido político em busca de uma mudança social. Para que isso ocorra, é indispensável que haja condicionantes para engajar a associação: canais de comunicação eficazes entre partidos e os grupos sociais, uma crença reduzida em mobilidade sociais individuais e uma ausência de laços com um partido oposto à sua localização de classe.

A falta de informação e organização dos eleitores nas classes pode interferir na aproximação de uma determinada composição classista a um partido. Uma maior aproximação através dos canais de comunicação e organização desenvolve o mínimo de reconhecimento e ação de um grupo social em seus interesses. Lealdades étnicas e religiosas também podem

dificultar que as classes apoiem os partidos e procurem lideranças ou grupos que representem essas clivagens (WEAKLIEM; ADAMS, 2011).

Um dos exemplos de canais de comunicação são os contatos com organizações formais: sindicatos, movimentos políticos e dentre outros aparatos organizativos (LIPSET, 1967b). A estratégia do PT, em sua fundação, foi uma ligação a grupos organizados, primordialmente com os sindicalistas, movimentos sociais e grupos de esquerda da igreja católica (SAMUELS; ZUCCO, 2018), reforçando a marca do partido como representante dos trabalhadores. Embora, apenas o caráter organizativo histórico não sustenta que uma classe social desprivilegiada irá manter um apoio atemporal a um partido político. Przeworski (1989) constata que os partidos mobilizem as classes em diversos contextos eleitorais.

Evans (2000) descreve que, ao tomar uma estratégia eleitoral *catch-all*, os partidos políticos de esquerda tendem de certa forma a perderem o seu apoio das bases sociais de classe. Przeworski (1989) afirma que, ao realizarem um *trade-off* eleitoral, os partidos de esquerda que se aproximam do centro para ganhar mais votos das classes médias e privilegiadas desencorajariam e perderiam o tradicional apoio da classe trabalhadora. Heath, Jowell e Curtice (2001) discorrem que o conceito do *trade-off* eleitoral, de Przeworski (1989), expôs três caminhos para a classe trabalhadora: optar por partidos burgueses, abster o seu voto nas eleições e em alguns países escolher outros partidos não tradicionais de esquerda.

A estabilidade de um sistema partidário também permitiria que os eleitores se alinhassem aos partidos políticos (SCHOULZ, 2017). Segundo a autora, sistemas partidários estáveis são impactantes para as características sociais na votação, visto que a estabilidade do sistema partidário proporcionaria partidos com firmes enlances na sociedade. Por essa linha de raciocínio, países com sistemas partidários instáveis não teriam partidos com um forte enraizamento nos grupos sociais.

Schoulz (2017) retrata que, segundo a linha interpretativa do desalinhamento das preferências partidárias nas democracias estáveis, antigos padrões de clivagens sociais foram substituídos por um eleitorado volátil e mais individualizado. Nos últimos anos, as explicações econômicas, cognitivas, culturais e ideológicas foram suplantadas para o debate do comportamento eleitoral e das preferências, diminuindo o papel de uma perspectiva macro histórica e sociológica de análise. Contudo, o desalinhamento pode não ser um processo contínuo e tende a variar com o tempo nos países e em diversas clivagens. Para os defensores dessa interpretação, o desalinhamento é apenas uma fase temporária das baixas preferências partidárias, nas quais novos alinhamentos entre partidos e eleitores se fixariam (SCHOULZ, 2017).

Um realinhamento social nas preferências partidárias gera transições nas tradicionais bases de apoios partidários imersos em clivagens sociais (EVANS; NORRIS, 1999). Crewe e Thomsom (1999) conceituam desalinhamento e realinhamento partidário. O desalinhamento significaria o enfraquecimento da lealdade partidária para um ou mais partidos. A evidência do desalinhamento da preferência partidária deve incluir o enfraquecimento e uma constante queda dos índices de identificação de um grupo para um tal partido político.

O realinhamento é uma mudança estável nos níveis normais de apoio do eleitor para um ou mais partidos políticos, acompanhado por uma substituição nas bases sociais e ideológicas de seus apoiadores. As evidências para um realinhamento partidário podem se elencar na alternância de estabilidade dos níveis de identificação partidária ou escolha eleitoral nas pesquisas de opinião, ancoradas na relação do partidarismo em distintos agrupamentos sociais ou grupos ideológicos (CREWE; THOMSOM, 1999).

Ao fazer uma análise das preferências partidárias nos países das democracias industriais avançadas, Dalton (2013) afirma que os partidos políticos seriam menos relevantes que no passado. O declínio demonstraria novas estratégias de campanhas eleitorais aos partidos, em manter uma campanha centrada no candidato, levando os eleitores a tomarem decisões de votos no candidato e não no partido (DALTON; MCAALISTER; WATTENBERG, 2002; DALTON, 2013). Contrários ao desalinhamento partidário destacam uma relativa estabilidade dos sistemas partidários, enfatizando o apoio partidário das camadas sociais decorrentes das clivagens sociais (SCHOLZ, 2017), apesar do personalismo nas campanhas partidárias.

A argumentação, em torno do declínio do partidarismo, se caracteriza nas conversões do perfil do eleitorado. A transformação para um eleitor menos propício a um partidarismo, mais volátil eleitoralmente e com novas formas de participações políticas, em suma, na política partidária e eleitoral (DALTON; WELDON, 2007). De acordo com essa abordagem, os fatores sinalizados para o declínio nas democracias industriais avançadas são as modernizações sociais e políticas, individuais e sistemáticas, resultantes do crescimento no nível educacional, interesse em assuntos públicos e mais acesso a informações (DALTON; MCAALISTER; WATTENBERG, 2002).

A modernização social procederá escolhas eleitorais e preferências individualizadas, independentemente dos grupos sociais. No entanto, modernizações cognitivas não são suficientes para um desalinhamento partidário, desde que os interesses políticos dentro de um grupo social permanecessem estáveis (SCHOLZ, 2017). A sofisticação política é uma condição necessária para uma metamorfose eleitoral, sem causar sozinha uma reestruturação das disputas

eleitorais e das preferências. A mobilização cognitiva teria que acompanhar um enfraquecimento das identidades coletivas nos grupos sociais.

Outras clivagens emergiram para além das classes, como clivagens de gênero, raciais, religiosas, geográficas, étnicas ou linguísticas. O realinhamento das clivagens sociais aos partidos gerou as indagações se novas clivagens se ligariam enquanto grupo com interesses políticos compartilhados e se os partidos articulariam seus interesses. Dalton, Mcallister e Wattenberg (2002) afirmam que o surgimento de novos partidos políticos, com os Verdes e as novas direitas e esquerdas nos anos 1990, contribuíram para uma renovação e fragmentação de lealdades partidárias.

Evans (1999) afirma que a política foi redefinida para outros problemas políticos ou reconstruída em questões raciais e de gênero. As “novas” clivagens substituiriam os conflitos econômicos derivados de divisões, baseadas em interesses de classes. A competição política de partidos de esquerda e direita, historicamente, se referia com as classes, o crescimento e a centralização de outras perspectivas no debate público, poderia acarretar uma perda da relevância da política de classes nos partidos. Embora, esses não sejam os únicos fatores para um tal declínio do partidarismo nas clivagens sociais “tradicionais” e uma categoria de divisão política não exclui a outra. Davis (2016) afirma que categorias de raça, classe e gênero coexistem em relações mútuas ou cruzadas.

Em Evans e De Graaf (2013), as análises das bases sociais e suas preferências políticas nas democracias contemporâneas mantiveram um foco na descrição das clivagens sociais, ao invés de compreender os processos que as envolvem ao longo do tempo. Para os autores, isso não é insignificante, mas é desejável sondar como a política e posições programáticas, adotadas pelos partidos políticos, podem acentuar ou diminuir a influência das clivagens aos eleitores.

Em Clark, Lipset e Rempel (1993, p.293), “a significância da política de classes declinou substancialmente na explicação dos fenômenos políticos, devido a mudanças sociais que ocasionaram uma fragmentação das classes”. Lipset (1967a) argumentou que nos EUA, Republicanos e Democratas representariam interesses de diferentes classes, mas no trabalho de 1993 afirmou que as democracias ocidentais já não são tão impactadas pela política de classes ao cenário eleitoral. Manza, Hout e Brooks (1993), embora critiquem os resultados de Lipset de 1993, contrapõem que esse autor não pode ser descartado analiticamente, pelo fato de Lipset e Rokkan (1967a) terem pormenorizado os primeiros estudos da associação entre a vida política e as classes sociais.

Ainda que os fenômenos argumentados na literatura citada se substanciem aos países europeus e aos EUA e se distinga historicamente do sistema partidário e eleitoral do Brasil, são

consideradas relevantes as reflexões para compreender se pertencer a uma classe social acarretou uma tendência ao petismo. Por isso, é proposto averiguar se o PT conseguiu mobilizar as classes sociais e se o petismo decorreu para estas, acentuando a ação política do próprio partido, influenciando nas escolhas dos indivíduos pertencentes a determinadas classes. Em um panorama das clivagens sociais, se as classes sociais no Brasil significaram uma tendência a um partidarismo.

2.1 Políticas de classe: preferências partidárias e o comportamento eleitoral

Ponderando preferências partidárias e voto como políticas de classes, são discutidas a acentuação, o declínio ou realinhamento das clivagens classistas nas preferências e no comportamento dos indivíduos. Segundo Evans (1999), os estudos iniciais do voto de classe examinaram que, em eleições gerais, a classe trabalhadora³ ficaria mais propensa a votar em partidos da esquerda política em comparação as classes de capitalistas e classes médias⁴. Isso se mantém pelo fato de os partidos de esquerda historicamente preferirem mudanças sociais em direção a uma maior igualdade entre os cidadãos, em direção a suas rendas e contratos de trabalho. Os partidos de direita andariam na contramão, tentando manter o *status quo* ou melhorar sua posição na sociedade (NIEUWBEERTA, 1995).

Weakliem e Adams (2011) mencionam que a ciência política associou as classes aos partidos em que os de esquerda são representantes de mutações sociais em direção de igualdade, o que aproximaria a classe trabalhadora no apoio a esses partidos, já os partidos de direita teriam apoio de grupos opostos que buscam manter suas vantagens econômicas. O voto dos indivíduos e suas preferências partidárias, fundado em sua localização de classe, seria em prol de defesa dos seus interesses materiais de classe. A defesa de seus interesses materiais de classe pode ser mais oportuna para classes privilegiadas, pelo fato de portarem mais informações, recursos materiais e acesso aos meios de comunicação (WEAKLIEM; ADAMS, 2011).

Estudos de observações do voto e preferência partidária de classe se concentram em avaliar as associações ao nível individual baseado em *surveys*. Questões a partir das políticas de classes no cenário eleitoral também incluem organizações políticas, movimentos sociais e correntes intelectuais de classe (WEAKLIEM; ADAMS, 2011). Outra indagação nas primeiras pesquisas do voto e preferências partidárias de classe partiram da análise comparativa dos níveis do voto de classe e preferências partidárias classista, em diferentes países.

³ No original em inglês: *Blue-Collar Classes*. Tradução própria.

⁴ *White-Collar Classes*. Tradução própria.

As discussões, envolvendo classe e voto, se dão para aqueles que defendem o seu declínio e a sua continuidade (FERRAZ, 2009). Ferraz (2009), abordando as clivagens sociais de classe, pondera que, na literatura de classes e voto, há um intenso contraponto na valorização da classe social enquanto mobilizadora do voto. As formulações do voto de classe transparecem um voto que expressam interesses materiais ou no resultado de socialização e pertencimento a grupos sociais, derivado de lealdades de redes intraclases. Embora nos países democráticos ocidentais, as pessoas de posições de classe subalternizadas se conduzem a votar nos partidos de esquerda, a força da relação do voto e classe varia de acordo com o país analisado (NIEUWBEERTA, 1995).

Para Evans (2000), o voto de classe é a tendência de os eleitores em uma classe em particular optarem por um partido específico, ao invés de uma outra opção em comparação com os eleitores em outra classe. Se conduzido por essa lógica, a preferência partidária de classe se operacionalizaria pela mesma ideia, dado que o voto de classe e a preferência partidária se enquadrariam em uma política de classe. Em Weakliem e Adams (2011), a variável de classe social foi classificada como se as forças da esquerda dependessem especificamente da classe trabalhadora ou de uma dinâmica cruzada entre classes, onde as diferenças de classe são espontâneas ou construídas.

Na obra de Paul Nieuwbeerta (1995), compõe-se que os artigos iniciais do voto de classe e preferências partidárias podem ser divididos em três gerações. Estas podem ser distinguidas pela maneira que articulam o seu problema de pesquisa, o conteúdo das suas principais hipóteses, seus procedimentos de mensuração e métodos. A dessemelhança dos primeiros estudos aos mais contemporâneos se fixa pela complexidade metodológica e estatística, nas quais procuraram corrigir antigos problemas de pesquisas.

A primeira geração incluiu o simples uso de tabulações cruzadas para renda, educação e ocupação com o comportamento eleitoral, contudo, apresentaram erros ao realizarem comparativos aos países sem utilizar uma mensuração padrão para todos. A segunda geração, iniciada em 1960, foi caracterizada por um avanço na análise de dados de *surveys* e aplicação de técnicas de regressão. A terceira geração colocou suas questões de forma mais precisa, usando um detalhado e padronizado esquema de classes para vários países e uma maior escala comparáveis de banco de dados. Testaram suas hipóteses em regressões e índices mais sofisticados, aplicando (*log*) *odds ratio* ao voto, por exemplo (NIEUWBEERTA, 1995).

Nos estudos iniciais do voto de classe, a variável de classe foi medida por intermédio da renda, enquanto outros usaram a ocupação ou a educação (EVANS, 1999). As variadas formas de mensuração geraram problemas ao realizarem comparativos sobre a política de

classe. Realizaram comparações em banco de dados limitados e com mensurações de classes simples e variáveis opostas de um banco para outro.

Alguns índices foram empregados para analisar a relação voto e classe, primordialmente o índice Alford (ALFORD, 1963). O índice observa a proporção de votos de trabalhadores manuais dada a esquerda menos o percentual de votos de indivíduos em ocupações não manuais. Alford (1963) desenvolveu um comparativo do voto de classe para Austrália, Grã-Bretanha, Canadá e os EUA. O trabalho usou a mensuração social e econômica em uma série histórica. Seu índice tornou-se um padrão nos apuramentos do voto de classe.

Uma das críticas a esse índice, é que ele agregaria distintas frações de classes apenas na dicotomia de ocupações manuais e não manuais. O índice tornou-se prática padrão nas consultas transnacionais, primordialmente para os que celebram o declínio da votação de classe (EVANS, 1999). Evans (1999; 2000) contesta essa queda, afirmando que as explicações do declínio de voto de classe foram fortemente influenciadas pela escolha do método de mensuração, visto que a literatura empregou desordenadamente o índice Alford.

Outros índices foram comumente usados, como o índice Thomsen, utilizado para medir a força da relação voto e classe. O índice Thomsen é a probabilidade de os trabalhadores manuais votarem à esquerda em vez de à direita, dividida pelas chances de trabalhadores não manuais fazerem o mesmo (NIEUWBEERTA; DE GRAAF, 1999). Embora, o índice não seja somente para trabalhadores manuais contra não manuais, pode ser utilizado em comparativos de outros pares de posições de classes. Novas formas de mensurações foram necessárias com a complexificação da sociedade, onde dividir as relações de classes sociais a trabalhadores manuais e não-manuais tornou-se limitada (FERRAZ, 2009).

Para Evans (1999), a separação entre ocupações manuais e não manuais obscureceria as variações na composição das classes sociais. Mudanças na composição das classes poderiam gerar uma estimativa espúria ao voto de classe. O autor exemplifica que se os operários qualificados forem mais conservadores que os não qualificados, o número de operários qualificados aumenta, sendo que a diferença de trabalhadores manuais e não manuais irá declinar, mesmo se a relativa posição política de qualificados e não qualificados permanecer idêntica.

Evans (2000) critica o que ele classifica a “era de duas classes e dois partidos”, não sendo necessariamente uma crítica a uma “era” em si, e sim aos recursos metodológicos, então, utilizados, quando muitos se baseavam em apenas nos trabalhadores manuais e não manuais e os partidos de direita vs esquerda. Para Nieuwebeerta e De Graaf (1999), a literatura do declínio do voto de classe argumentou que esquemas de classes brutos desconsideravam

desenvolvimentos relevantes na estrutura das classes. Entretanto, um esquema de classes mais detalhado que leva em conta as características típicas de uma sociedade industrial moderna é mais apropriado.

Além da forma de mensuração, Evans (2000) questiona o declínio generalizado da política de classes. Afirmar que as análises que aceitam a importância das estratégias dos partidos, a adoção de certos programas de políticas públicas e a polarização esquerda e direita, a partir dos programas partidários, poderiam aumentar ou diminuir um voto de classe, mas não decretar o seu fim. O autor categoriza ser indispensável um teste sistemático nas interações *bottom up* e *top down* para as relações entre estrutura social e preferências políticas. A noção que a modificação na estrutura de classes afeta as estratégias partidárias e como estas influenciam numa associação partidária de classe é um encaminhamento para o debate.

Brooks, Hout e Manza (1995b) conduzem que, apesar do declínio do voto de classe nos EUA no período pós-guerra, houve um histórico realinhamento eleitoral desde 1968. O declínio foi tido no desfecho das oscilações na estrutura de classes e por “novas clivagens sociais”. Estes contestam essas asserções, sugerindo que a mensuração de classe para apenas duas ocupações nos EUA (*White-Collar x Blue-Collar Occupations*), ignora significativos avanços na compreensão da estratificação das classes.

O que se nota do mesmo modo no estudo do comportamento dos eleitores é que as abordagens metodológicas apresentam distintas conclusões sobre o comportamento eleitoral e as classes sociais, com o uso de múltiplos índices. Para expor o histórico realinhamento de relação de classe ao voto, Manza, Hout e Brooks (1995a) especificam o voto por um conceito de voto de classe tradicional e voto de classe total. O voto de classe tradicional é o voto da classe trabalhadora em partidos de esquerda, as classes médias optando pelos partidos de centro e direita; e o voto de classe total em outras associações estatísticas para o voto e a classe.

Afora o voto de classe tradicional e total, Manza, Hout e Brooks (1993) utilizam um esquema de classes que consideram mais sofisticado e um modelo de regressão logística multinomial⁵ para as eleições norte-americanas de 1948 a 1992. Empregaram um esquema de classes de Erikson e Goldthorpe (1992) e um modelo multinomial de regressão logística para estimar os efeitos das classes no voto com outras variáveis, como: gênero, raça, idade e educação. Os resultados denotam que as classes foram importantes para a política eleitoral

⁵ Os autores elaboram a partir de modelos de regressão logística multinomial o que chamam de “Índice Kappa”. O índice gera a associação total entre classe e comportamento eleitoral (incluindo “não-votos”) com coeficientes para cada eleição, incluindo controles nos efeitos de outras variáveis correlacionadas com a classe. Estes comparam as tendências do voto de classe com as variáveis de controle vs sem controle (MANZA; HOUT; BROOKS, 1993, p.809).

norte-americana, sendo que os índices das intenções do voto de classe subiram e desceram durante o pós-guerra, mas um consistente aumento cancelou o declínio em quatro eleições.

Nesse sentido, haveria uma flutuação sem tendência do voto de classe, não um declínio permanente nos EUA. Apesar do aumento de um padrão de vida dos indivíduos em sociedades pós-industriais, nações economicamente superiores não ‘sepultaram’ as desigualdades de classes. Se a análise das políticas de classes se direcionarem para um reflexo das desigualdades materiais, a persistência da desigualdade de classe implica que não se pode esperar transformações substanciais na força da política de classes (WEAKLIEM; ADAMS, 2011). Ao invés de sustentar um movimento do direcional declínio de classe, as políticas de classe apresentariam tendências de flutuação nos seus índices.

Clark, Lipset e Rempel (1993) desenvolvem que embora o voto e preferências partidárias de classe não tenham morrido, a sua significância política declinou substancialmente. Isso justificaria o fato de novos modelos analíticos se basearem em modelos multicausais e não apenas para a relação de voto nas variáveis de classes. O aumento do estado de bem-estar social enfraqueceria o conflito de classe ao promover uma maior rede de proteção e benefícios. A transição proporcionou alterações na estratégia dos partidos, os situando em campanhas afastadas da perspectiva de classe e se associando a outros *issues* políticos.

Jan Pakulski (1993), se mantendo alinhado à argumentação de Clark, Lipset e Rempel (1993), ressalta que velhas classes sociais estariam morrendo. Antigas divisões socioeconômicas e antigos atores institucionais que refletem a divisão de classe prosseguiriam em declínio. Isso ocorreria pelo reflexo de fragmentação nas estratificações sociais. A proliferação de grandes proprietários, a profissionalização de ocupações de trabalho, a regulação estatal, a orientação de consumo e a formação de novos atores políticos proporcionaram uma queda de significância da política de classes.

Segundo Clark, Lipset e Rempel (1993), o declínio de antigas hierarquias sociais e das relações de classes foram consecutivas para o comportamento eleitoral e as preferências partidárias. O declínio de antigas hierarquias sociais impulsionou não apenas um baixo impacto da localização de classe nas atitudes políticas, mas também nas relações econômicas e familiares. Por conseguinte, partidos políticos que tinham um caráter classista, particularmente os partidos socialistas e comunistas, corresponderam nos seus programas partidários para novas indagações sociais, ao invés de tradicionais políticas de classes.

Contrariando essas afirmativas, Manza, Hout e Brooks (1993) contestam que desenvolvimentos econômicos e sociais enfraqueceram a política de classes. Apesar das mudanças na estrutura das classes sociais com o crescimento da sociedade pós-industrial, isso

não significou uma perda da importância das classes. Para Manza, Hout e Brooks (1993), a impulsão de novos recursos de desigualdades sociais não implicam a morte ou declínio de antigos problemas sociais como o das hierarquias de classes.

O questionamento de Manza, Hout e Brooks (1993) dá-se pelas evidências das novas estratificações sociais apresentadas por Clark, Lipset e Rempel (1993), nas quais estas substituiriam as classes sociais. Manza, Hout e Brooks (1993) afirmam que usaram de evidências seletivas para a afirmação do declínio do voto de classe e sem um escrutínio metodológico crítico. A seletividade resultou na negligência de outros fatores que sinalizam a importância e continuidade das classes sociais, essencialmente pela vaga mensuração das classes sociais destes atores.

Evans (1999; 2000) e Manza, Hout e Brooks (1995a) denotaram alguns fatores, associados pela literatura ao declínio do voto de classe. O “emburguesamento” da classe trabalhadora, a “proletarização” das classes privilegiadas, a transformação de valores políticos e pós-materiais, impulsionando uma “nova esquerda” e o aumento generalizado dos níveis educacionais e da mobilização cognitiva intrageracional. Os últimos valores tidos como os mais importantes do que uma influência das classes sociais.

O “emburguesamento” da classe trabalhadora e a sua diminuição, mediante a mobilidade social é contestável ao associar ao declínio das classes. A relação do voto e a preferência partidária com as classes sociais deve ser considerada pelo relativo padrão de voto em cada classe social e não pelo tamanho das classes (MANZA; HOUT; BROOKS, 1995a). É notável que esses enunciados ocorreram nos países do centro do capitalismo, sendo necessário a discussão aos países capitalistas periféricos.

A melhora geral nos níveis educacionais e de mobilização também foi designada como um abrandamento da política de classes. Isto constituiria respostas eleitorais e de preferências políticas calculistas e orientadas a problemas individuais, ao invés das identidades coletivas, baseadas em classes. Um aumento da capacidade de cidadãos mais educados gerar decisões políticas independentemente de lealdade de classes aos partidos políticos, uma vez que o desenvolvimento educacional e econômico proporcionaria na diminuição da classe trabalhadora, influenciou os partidos de esquerda a direcionar os seus programas partidários para crescentes classes médias. Isso moderou o caráter de classe dos apelos políticos dos partidos (EVANS, 1999).

Inglehart (1997) explorou que o rápido desenvolvimento econômico e a expansão do bem-estar social, após a segunda guerra mundial, derivaram diferentes prioridades de valores para os jovens das sociedades pós-industriais. As prioridades não se restringiam mais em

preocupações com privações econômicas e segurança física, e sim para prioridades de expressões individuais e qualidade de vida. A transição ocasionou uma racionalização em todas as esferas da sociedade, incluindo o comportamento político eleitoral. Os novos valores seriam, por exemplo, igualdade de direitos para mulheres, desarmamento unilateral, ambientalismo e a luta por democratização nas instituições políticas.

Inglehart e Flanagan (1987) argumentaram que o apoio para novos movimentos políticos e novos partidos políticos emergiram uma tensão de valores e objetivos materialistas e pós-materialistas. A dicotomia seria um dilema para os partidos tradicionais e contribuiria para o declínio do voto de classe. A implicação desse dilema gerou o aumento de polarizações para valores não econômicos e baseados em classes sociais. Seus resultados apontam que a classe trabalhadora deixou de apoiar antigos partidos de esquerda em alguns países na Europa. Os autores utilizaram o já citado e criticável índice Alford para suas conclusões sobre o declínio do voto de classe.

Porém, Manza, Hout e Brooks (1995a) afirmam que tais questões têm um longo histórico de divisão política. A profusão de novos eixos de conflito não atenua a classe por si só e os que alçam esses “novos” *issues* sociais ao enfraquecimento da política de classe não testaram sistematicamente suas proposições com dados eleitorais e evidências empíricas ao desalinhamento de classe ao partidarismo. Clivagens sociais para além das classes sempre existiram na sociedade capitalista (MANZA; HOUT; BROOKS, 1995a).

Clark, Lipset e Rempel (1993) e Inglehart (1997) acreditaram que havia um declínio geral no voto de classe, nas opiniões e atitudes políticas, ao partidarismo, em um enfoque classista. Enquanto Manza, Hout, Brooks (1993; 1995a) e Erikson e Goldthorpe (1992) contestaram o declínio a partir da discussão aqui apresentada e também ao enfatizarem a diversidade das experiências de cada país (WEAKLIEM; ADAMS, 2011). As modificações sociais e econômicas que intervêm no processo de associação das classes aos partidos políticos impactam diretamente a sua estratégia partidária.

Para alcançar melhores resultados eleitorais e acompanhar as transformações na sociedade, partidos de esquerda tomaram mais cuidados ao defender políticas de classes, como pontuado por Przeworski (1989). O Partido Trabalhista britânico alterou a sua tradição socialista em prol de uma guinada ao centro, com o *New Labour*. Assim também os países da antiga União Soviética e do Leste Europeu, ao caminharem para o capitalismo e defenderem políticas econômicas mais híbridas, ao invés da centralização da economia (WEAKLIEM, ADAMS, 2011), sendo que a aproximação para um “centro” político proporcionaria adulterações no partidarismo e voto de classe.

Apesar de se tratar de um sistema parlamentarista, diferentemente do caso brasileiro, observar as mudanças políticas e ideológicas do Partido Trabalhista britânico para alcançar novos eleitores permite que se reflita se as demandas da sociedade geram novas configurações para as estratégias partidárias. Nesse sentido, é factível ponderar se as transições de um partido transformam a base social de apoio nas classes sociais. No capítulo posterior descrevo as reformas pragmáticas realizadas pelo PT para, assim, testar as variações do petismo na estrutura de classes brasileira.

Ao pesquisarem o comportamento eleitoral na Grã-Bretanha, durante o período de 1979 a 1997, quando o Partido Conservador venceu o Partido Trabalhista e se manteve no poder, Heath, Jowell e Curtice (2001) analisaram a reestruturação do Partido Trabalhista. Estes citam que o “Novo Partido Trabalhista” britânico alterou suas antigas políticas de classes para novas políticas moderadas. A graduada modernização do Partido Trabalhista de 1982 a 1992 operou mudanças ideológicas em troca de retornos eleitorais. Nas eleições de 1997, o Partido Trabalhista conquistou dois terços da casa dos comuns e 419 membros do parlamento, tendo o governo de Tony Blair alcançado a maioria parlamentar (EVANS; NORRIS, 1999)

Evans e Norris (1999) avaliaram se a vitória do Partido Trabalhista Britânico nas eleições de 1997 e a derrota do Partido Conservador derivou de novos padrões no voto. A eleição britânica de 1997 representou uma descontinuidade no partido da ordem, referindo-se a durável aproximação do governo ao eleitorado (EVANS; NORRIS, 1999). Suas considerações indicam que a referida eleição pode ser entendida para uma eleição desviante, se for acatada como uma expressão de protestos negativos contra 18 anos do governo Conservador e da sensação de uma má gestão econômica.

Segundo esses autores, uma eleição sem desvios é uma eleição que reflete o *status quo*, não tendo grandes reformas sociais e na política partidária que interfeririam na habitual preferência dos eleitores. Nessas eleições, o partido da ordem permanece inalterado. Em uma eleição desviante, a interposição de eventos macros e micros produzem uma reversão no voto “normal” para os maiores partidos. Os desvios são caracterizados por protestos negativos contra o governo, causando insatisfação dos eleitores e alternando as suas preferências e escolhas políticas.

Questionando a morte da significância das divisões de classes sociais na Grã-Bretanha, Evans e Tilley (2017) afirmam que transformações na política de classes decorreram mais da influência *top down* de políticos e da mídia que as renovações na natureza das classes sociais. Ainda que as políticas dos principais partidos não se estabeleçam mais nas antigas representações de classes, as divisões sociais, ainda, se mantêm na transição britânica do

industrialismo para o pós-industrialismo (EVANS; TILLEY, 2017). Assim, a Grã-Bretanha permaneceria sendo uma sociedade com desigualdades entre classes, percepções de identidades de classes e atitudes políticas classistas.

Independentemente do aumento da mobilidade social, expansão educacional e afluência de novas clivagens, tradicionais clivagens sociais de classe não perderam a sua significância e influência política (EVANS; TILLEY, 2017). A modificação do Partido Trabalhista britânico em se aproximar das classes médias, na segunda metade do século XX, resultou na abstenção do voto da classe trabalhadora ao parlamento em comparativo com outras classes. Suas conclusões apontam um novo fenômeno do voto de classe: as novas políticas e reformulações na imagem do Partido Trabalhista proporcionaram uma abstenção do voto da classe trabalhadora.

Nesse sentido, para que ocorra uma associação de classes aos partidos, é considerável que os partidos mobilizem as percepções de classes no eleitorado. Ou seja, em que aconteça uma influência *top down* nas classes sociais. Evans e Tilley (2017) afirmaram que uma consciência de classe permanece na sociedade britânica, mesmo na abstenção ao voto. Mudanças no tamanho das classes sociais na diminuição da classe trabalhadora e um aumento de uma classe média a partir da mobilidade social não enfraqueceram o senso de pertencimento em uma classe e suas respectivas divisões sociais.

A análise *top down* da significância das classes sociais, para a preferência partidária ou comportamento eleitoral, condiz com as argumentações de Przeworski (1989). Portanto, a força das preferências partidárias e eleitorais (ou não preferências) nas divisões sociais derivariam das escolhas oferecidas pelos partidos (EVANS; TILLEY, 2017). Se os partidos pouco se diferenciarem em termos de classes em suas estratégias partidárias, isso poderia ocasionar um declínio ao voto e preferência partidária de classe e uma acentuada não participação eleitoral de uma classe em específico (EVANS; TILLEY, 2017).

De acordo com o que foi exposto na revisão da literatura das clivagens sociais, preferências partidárias e voto de classe, ressalva-se algumas reflexões para se pensar o caso do petismo. Os variados argumentos, defendendo a permanência da política de classes e o seu declínio, se substanciam na crítica das distintas abordagens metodológicas, como ao uso de índices Alford ou Thomsen, regressões logísticas e dentre outras sofisticações de mensurações de classes. Indo além desses quadros, os autores avaliaram o impacto de alterações econômicas e sociais persuadindo as classes e estratégias dos partidos. Em um sentido mais amplo, em perspectivas teóricas *bottom up* e *top down*.

O capítulo seguinte irá expor se as demandas da sociedade brasileira e o contexto eleitoral e político permeou novas configurações nas estratégias partidárias do PT. Todavia, primeiramente, realizo um levantamento do caso brasileiro desde o seu sistema partidário para a discussão das preferências políticas, visto que, a realidade do país se singulariza historicamente e politicamente aos principais países citados nesse capítulo. Para assim, focar estritamente na demanda do petismo e das classes sociais.

3 CAPÍTULO 2: PREFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS NO BRASIL: entraves para o partidarismo e o caso do petismo

Na interpretação de Keck (1991), o desenvolvimento dos níveis de urbanização, industrialização e da organização dos trabalhadores no Brasil não acarretou na impulsão de um sistema partidário a partir das clivagens sociais. As distinções de classes não foram traduzidas a um partido político. Segundo Keck (1991, p.23), “o surgimento e enraizamento de partidos de massas foram diferentes das condições sociais e do contexto europeu”.

Os fatores para a organização do sistema partidário brasileiro seriam mais políticos e relacionais, embora, clivagens de classes e de região tenham sido importantes para as preferências políticas e o comportamento eleitoral (KECK, 1991). Uma das razões para a diferença dos partidos europeus e brasileiros, em termos de clivagens, estaria na historicidade política e econômica na variação da industrialização desses países.

Apesar do operariado ter sido importante para a formação e progressão do PT, por exemplo, a sua fundação já contava com membros de outros grupos sociais (KECK, 1991). As origens do PT remontam na participação de trabalhadores, membros da classe média, sindicalistas do setor público, apoio de ativistas, intelectuais e estudantes (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Soares (1982), com outra perspectiva aos enunciados de Keck (1991), demonstrou a importância das clivagens para os partidos brasileiros. Algumas clivagens se destacariam no período militar, dividindo a política partidária: clivagem de classe, clivagem urbano-rural, clivagens intrafamiliares e regionais. Independente do sistema partidário, “a política tradicionalmente se orbitaria ao redor dessas clivagens” (SOARES, 1982, p.40).

O Brasil é frequentemente associado a um sistema partidário não robusto, consecutivo de sua fragmentação partidária, com volatilidade eleitoral, troca de partidos pelos parlamentares, individualismo, clientelismo e personalismo (SAMUELS, 2006). Para um maior entendimento dessas considerações, é necessário observar o desdobramento do sistema partidário e a história dos partidos nesse país.

Os primeiros estudos do comportamento eleitoral e das preferências partidárias no Brasil trataram o eleitorado “como apático e inconsistente, podendo ser manipulado por lideranças ilegítimas” (REIS, 2009a, p.295). Essa categorização da despolitização do eleitorado em partes se sucedeu aos partidos e designou-se uma visão dos partidos por agrupamentos políticos sem raízes na estrutura social do país e sem nítida diferenciação ideológica (REIS, 2009a).

Para Reis (1978), os partidos se singularizariam pela capacidade de atrair ou repulsar o eleitorado sem uma organicidade, ou seja, disperso a discussões políticas e facilmente manipulável. Ainda assim, as divisões sociais em clivagens entre “ricos x pobres” e “urbano x rural” impactaram o comportamento eleitoral e as preferências partidárias na década de 1970.

A tendência de se ter um eleitor fragilizado politicamente se associa a um personalismo com base em um coronelismo, clientelismo e a um populismo, ainda que, de certa forma, esses fenômenos se desassemelhem. Contudo, essas afirmativas expõem uma modesta empiria. O comportamento eleitoral e as identificações partidárias revelam padrões e regularidades. É factual uma caracterização mais sofisticada para alegar se esses fenômenos prescindem até os dias atuais.

Para Lamounier (1978), a presença de lideranças personalistas pode contribuir para a formação de uma preferência partidária, onde essas personalidades não dissolveriam uma identidade partidária. Da mesma forma, declarar uma preferência por um determinado partido não converte automaticamente o eleitor para uma tendência ideológica do partido. A relação entre partido e ideologia deve ser investigada empiricamente, e não como algo presumido antecipadamente.

De acordo com Reis (2009b), haveria uma idealização para a vida política brasileira no pensamento comum, que idealizaria os cidadãos a serem racionais, sociabilizados e conscientes da vida política. O baixo nível educacional dos eleitores e as dificuldades de estratos sociais marginalizados abrandariam uma consciência de classe e saber político, obstruindo esse modelo idealizado pelo senso comum.

Reis (2009b) considera testar esse modelo mensurando se a participação e a sofisticação política do eleitor aumentassem, conforme o maior favorecimento econômico e a proximidade a centros urbanos. A outra maneira é de quanto mais intensa e precisa seja uma “consciência de classe”, maior será a sofisticação e a participação eleitoral do indivíduo. Os seus resultados atestam que o processo político partidário e eleitoral no Brasil até a década de 1970 é melhor compreendido por uma combinação dessas duas maneiras.

Mediante *surveys* das eleições municipais de 1976, Reis (2009b) questiona as considerações do “amorfismo” dos eleitores, demonstrada pela apatia em relação a política

nacional e pela falta de base sociais dos partidos. O autor considera que o apoio partidário pode ser traçado nesses dois modelos de análise citados anteriormente. O eleitorado brasileiro não seria “amorfo”, e sim impactado por uma maior ou menor sofisticação política.

As preferências partidárias passaram por três arranjos do sistema partidário que prejudicaram a sua formação: no período multipartidário de 1945 a 1964; o bipartidarismo artificial de 1965 a 1979 na ditadura militar; e a abertura para o atual sistema multipartidário (CARREIRÃO; KINZO, 2004). As mudanças político-institucionais na história do país acarretaram transformações na ligação dos velhos e novos partidos com a sociedade.

Em 1966, na ditadura militar, o governo extinguiu todos os partidos políticos e fincou as disputas eleitorais para apenas dois: Aliança da Renovação Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os militares justificaram que um sistema multipartidário não seria condizente para o país, alegando que um sistema bipartidário seria mais eficiente para prosperidade econômica e estabilidade do sistema. Estes referenciaram os sistemas de países como EUA, Canadá, Alemanha e Inglaterra (SOARES, 1982).

Embora, essa ação do governo militar se ligaria a um pretexto para evitar que a oposição à ditadura vencesse as eleições e impedisse que esta se organizasse em partidos políticos. Para Soares (1982), o governo militar falhou em estabilizar o sistema partidário em um modelo bipartidário, sendo que as clivagens sociais da sociedade dificultariam uma estabilidade em qualquer sistema partidário e as divisões sociais no Brasil complexificariam essa estabilidade. A mudança para o bipartidarismo, além da perseguição a oposição, trazia meramente uma visão idealizada do bipartidarismo em alguns países do ocidente (REIS, 2009a).

Reis e Castro (1992) aplicaram questionários para as eleições majoritárias de 1982 para testar a associação com o partidarismo, sobretudo em capitais de Estados. Estes tomaram categorias de renda familiar como variável independente. Os autores afirmam que tendeu a ser fraca ou nula a relação entre o nível de renda e a preferência partidária, após a reformulação partidária pós-ditadura. Isso distintamente ao que ocorria com as identificações partidárias ao MDB ou Arena.

A preferência ao MDB aumentaria “à medida que decrescia dos estratos econômicos mais altos aos mais baixos” (REIS; CASTRO, 1992, p.94). De acordo com Reis e Castro (1992), a natureza das identificações partidárias na ditadura militar se originaria em imagens difusas sobre um partido. Em pesquisa realizada em 1974, os entrevistados categorizavam o MDB como o partido dos pobres e a ARENA como o partido dos ricos. Nessa linha interpretativa, a simpatia partidária não se basearia em fatores intelectuais ou cognitivos.

As bases sociais do MDB na década de 1970 seriam predominantemente dos menos instruídos, os assalariados de baixa renda e os que exercem ocupações manuais de trabalho (LAMOUNIER, 1978). Lamounier (1978) descreve uma pesquisa realizada em 1974 em São Paulo para as eleições municipais, onde se nota que 85% dos homens e 72% das mulheres exerciam ocupações de nível muito baixo, como: serviços domésticos e autônomos não qualificados, definindo-se em adeptos do MDB.

Para Reis e Castro (1992), a identificação partidária de setores populares, no período da ditadura, poderia ser descrita ao que categorizavam como “Síndrome do Flamengo”. Em condição de reduzida informação, o eleitor se revestiria de características atribuídas aos partidos para obter uma preferência partidária, sendo que as identificações se estabeleceriam na imagem de contraposição entre um partido popular e outro elitista, com a incapacidade de serem traduzidas ideologicamente (REIS; CASTRO, 1992).

Em um estudo em Porto Alegre, os percentuais de adeptos do MDB, em termos de classe, cresceriam para 49% entre os que se veem por trabalhadores e 30% por classe média alta (LAMOUNIER, 1978). Os partidários do MDB se concentrariam em cidades industriais com tradição política trabalhista e populista, facilitando a aproximação do partido em camadas de classes sociais desprivilegiadas⁶.

A extinção dos partidos políticos e a perseguição a oposição política, durante o regime militar, foi um dos empecilhos para uma sistematização e enraizamento das preferências partidárias no país. Em período de neutralizar as preferências eleitorais e partidárias de opositores, “a realização das eleições seria meramente um ritual pseudodemocrático para uma imagem externa do país e com uma manipulação interna” (REIS, 2009c, p.217).

Apesar das mudanças no sistema partidário e eleitoral do Brasil, as clivagens sociais permaneceriam. Porém, a influência das classes sociais se atenuou e progrediu a depender do contexto político e geográfico. Para Soares (1982), até a década de 1970, a preferência partidária e voto de classe variava, dependendo do Estado, dos meios urbanos para os rurais, com dificuldade de informações empíricas disponíveis para avaliar essas considerações.

No período democrático de 1945 a 1964, depois do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ser impedido de disputar as eleições, é notado um alinhamento da classe trabalhadora urbana ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (SOARES, 1982), ocorrendo um aumento dessa associação em 1947. A extinção e a formação de novos partidos alterariam os alinhamentos

⁶ Os resultados da pesquisa do autor, entretanto, refletem que o seu recorte para o município de Presidente Prudente e para as eleições municipais não sugerem que a preferência partidária tenha relação com estratificação social (LAMOUNIER, 1978).

partidários. Segundo Soares (1982), quando antigos partidos foram extinguidos e os novos foram criados no período ditatorial, os alinhamentos de classe aos partidos foram declinados. Além disso, evitar conflitos de classe e prevenir lealdades políticas eram umas das preocupações do governo militar.

O sistema partidário no Brasil entre 1945 e 1964 chegou a incluir 13 partidos políticos, se destacando o Partido Social Democrático Brasileiro (PSD) e o PTB. Em 1965, o governo militar decretou o bipartidarismo, nos partidos já citados ARENA e MDB. Posteriormente, as vitórias do MDB nas eleições subnacionais em 1974 acarretaram ao regime militar novas manobras institucionais, alterando o bipartidarismo na tentativa de neutralizar o voto popular emedebista (REIS, 2009a).

Após a abertura política, reforma do sistema partidário começando a ser gestada em 1978 e a autorização de registro de novos partidos em 1979, há a extinção do antigo MDB e da ARENA. Nos anos seguintes, surgem os partidos que viriam a estar no cerne da política nacional contemporânea, por exemplo: o Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁷, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o PT.

Singer (2018) faz um paralelo entre os partidos e pontua que no sistema partidário brasileiro existiu um certo padrão de partidos, obtendo distintos apoios do eleitorado, apesar de não existir uma continuidade política entre partidos historicamente diversos. O papel liberal e o apoio da classe média, mantido ao partido União Democrática Nacional (UDN) e a opção trabalhista e de centro-esquerda ao PTB, contemporaneamente, se reflete no papel do PSDB e do PT. A terceira opção são os partidos de centro-direita, atuando com um eleitorado em cidades rurais e sendo governista, como foi o antigo Partido Social Democrático (PSD) e hoje se têm o MDB.

Nesse breve resumo sobre o sistema partidário até a abertura política pós-ditadura militar, nota-se que as clivagens sociais estiveram presente e foram afetadas pelas mudanças políticas e institucionais. Por mais que as clivagens sociais tenham sido avaliadas nos primeiros estudos sobre preferência partidária no país, há uma limitada base de dados, se comparado com uma maior disponibilidade de dados para países europeus e o EUA, fato que compromete averiguações mais amplas.

No final do período de 1945-1964, nas grandes cidades, 64% apresentavam uma adesão aos partidos (CARREIRÃO; KINZO, 2004). Mesmo com a instabilidade institucional, Reis

⁷ O partido mudou a sua sigla em 2018, tornando-se Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

(1978) também expressou que uma parcela do eleitorado demonstrava afeição a um partido político. Inclusive na ditadura militar, a relação entre o eleitorado e os dois partidos tomou a forma de uma identidade partidária para uma parcela da sociedade, ainda que, destituída de estabilidade (BALBACHVESKY, 1992). Todavia, a fragilidade da democracia e o alto número de partidos políticos foram apontados como fatores da baixa preferência partidária brasileira, dentre outras razões que serão discutidas nos próximos tópicos.

Dessa forma, afirmar que as classes sociais não foram influentes ao sistema partidário brasileiro, como visto em Keck (1991), torna-se demasiado. Em Gimenes (2015), é demonstrado que a literatura inicial da temática pode ter superestimado as taxas de identificação partidária, pois se concentravam majoritariamente nas capitais e áreas urbanas. Embora, não se deva desconsiderar os exímios trabalhos dessa geração de estudos sobre preferências partidárias no Brasil, independentemente dos dados empíricos facultados.

3.1 Partidarismo no Brasil e suas limitações

A redemocratização consolidou algumas experiências de partidários, especialmente envoltos ao PT, e consagrou um acúmulo de inúmeras legendas partidárias, disputando eleitoralmente a preferência do eleitorado (BALBACHEVSKY, 1992). O desenfreio do contingente de partidos políticos pós-redemocratização foi casuístico de um dos problemas para a não estabilidade da identificação partidária e consecutiva instabilidade do sistema partidário.

A análise sobre estabilidade de um sistema partidário e da institucionalização dos partidos políticos na sociedade se relaciona com o grau de competição partidária, o grau de enraizamento dos partidos na sociedade, a legitimidade dos partidos em meio a diferentes atores políticos e a independência das organizações partidárias frente às lideranças políticas (CARREIRÃO, 2014). Essa instabilidade também pode ser considerada por outros aspectos, como o sistema eleitoral.

A regularidade das eleições presidenciais entre PT e PSDB de 1994 a 2014 e o declínio dos níveis de volatilidade nessas eleições contribuíram para um fortalecimento do sistema partidário. Tal fortalecimento ocorre em eleições majoritárias, especialmente as presidenciais. A rivalidade entre PT e PSDB nas eleições para presidente de 1994 a 2014 atribuiu uma dinâmica eleitoral bipartidária no sistema partidário (SAMUELS; ZUCCO, 2018). Contudo, há um alto nível de volatilidade para outras eleições e fragmentação partidária no legislativo (CARREIRÃO, 2014). Carreirão (2014) indicou indícios de uma não estruturação do sistema partidário.

Análises sobre o sistema partidário brasileiro demarcaram que o desenvolvimento histórico, características da cultura política e arranjos institucionais – federalismo, sistema eleitoral proporcional, lista aberta, fluidez das relações entre parlamentares e partidos – dificultaram a efetividade do sistema partidário (CARNEIRO; MOISÉS, 2015). Após as eleições de 2014, 27 partidos ocupavam ao menos uma cadeira na Câmara dos Deputados e, em 2016, o partido com mais cadeiras obteve apenas 11% destas (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Carreirão e Kinzo (2004) apresentam os aspectos dos trabalhos, envolvendo a identidade partidária no Brasil: debates sobre as taxas de identificação partidária, perspectivas de estruturação de identificações partidárias mais ou menos estáveis e a relação da identificação partidária com o voto. Um pessimismo para as preferências partidárias ocorre pela não estabilidade de uma identificação partidária, principalmente pelo fato do conturbado contexto político de sistematização partidária e eleitoral no período da redemocratização.

Sinteticamente, os fatores retratados pela literatura ao baixo grau de institucionalização do partidarismo brasileiro são: o personalismo, a baixa confiança do eleitorado, a volatilidade eleitoral, a elevada migração partidária, a multiplicação no número de legendas, as denúncias de corrupção, a redução da distinção ideológica entre os partidos e a instabilidade democrática (GIMENES, 2015). Dalton e Weldon (2007), ao analisarem o partidarismo e a institucionalização do sistema partidário em 36 nações, dizem que a quebra de estabilidade democrática e novas democracias seriam obstáculos para se pensar uma identidade partidária a longo prazo.

As estratégias partidárias para o cenário eleitoral também impactam o maior ou menor grau de partidarismo. A partir de seu levantamento bibliográfico, Gimenes (2015) destacou elementos dessas estratégias: a priorização de candidaturas personalistas, o crescimento de coligações partidárias ideologicamente inconsistentes nas eleições para o executivo e legislativo, as coalizões governistas contraditórias em todos os campos ideológicos e a flexibilização de posicionamentos políticos-ideológicos para ampliação do eleitorado.

O obstáculo a lealdade partidária também estaria em campanhas políticas televisivas, centradas em personalidades ao invés dos partidos, estimulando a personalização da competição eleitoral e partidária, dando menos visibilidade aos partidos (KINZO, 2005). Desse modo, os candidatos fixariam mais a sua imagem para o eleitorado em comparativo com as siglas partidárias. Logo, o impacto da mídia nas estratégias partidárias seguiu a lógica global que enfraqueceu um partidarismo.

Braga e Pimentel Jr. (2011) referem as razões para um declínio da identificação partidária: o aumento das tendências antipartidárias; o impacto das mídias de massa; e

campanhas eleitorais centralizadas no candidato. Isto reduz a atuação e aumenta a desconfiança dos partidos na opinião pública. Para Braga e Pimentel Jr. (2011), a literatura no Brasil estabelece que esse declínio está associado também ao baixo conhecimento aos partidos, as eleições proporcionais, a aversão as legendas, o discurso de políticos apartidários e a manutenção da cultura do populismo.

Kinzo (2004) menciona o elevado grau de inteligibilidade do sistema eleitoral brasileiro, dificultando a compreensão do eleitorado. O complexo sistema de escolha eleitoral envolveria métodos eleitorais diversos: a representação proporcional para as câmaras legislativas federal, estaduais e locais; o sistema de maioria simples para o Senado; e o sistema majoritário em dois turnos para presidente e governadores. Dentre outras limitações para uma nitidez dos eleitores: excesso de candidatos em distritos de grande magnitude e variadas coligações partidárias. Esses fatores implicariam complicações para uma distinção dos candidatos e partidos políticos, consecutivamente, uma aproximação aos partidos.

Ao realizar um comparativo com países democraticamente estáveis e industrialmente avançados, Mainwaring e Torcal (2005) expõem que os sistemas partidários em países menos desenvolvidos economicamente são menos institucionalizados, atribuindo uma objeção para identificação partidária. Isso ocorreria pelo motivo de países menos desenvolvidos com democracias instáveis possuírem uma alta volatilidade e instabilidade eleitoral, desigualmente aos países de democracias industriais avançadas.

Nos países menos desenvolvidos, vínculos entre candidatos e partidos são mais personalistas e menos programáticos e ideológicos (MAINWARING; TORCAL, 2005). Os autores referem o caso da eleição presidencial de Fernando Collor (1990-1992), ao criar um partido para concorrer à presidência em 1989 com apelos personalistas e não partidário. O partido desapareceria após sua renúncia em 1992.

Debatendo sobre o enraizamento dos partidos políticos, Carneiro e Moisés (2015) norteiam que a maioria do eleitorado brasileiro não se sente representada pelos partidos políticos. Apesar do crescente número de partidos nominais e efetivos, uma parcela expressiva dos eleitores não se identifica com eles. Seus resultados, em uma regressão, explicam que os mais jovens e os mais escolarizados estão entre os que menos confiam nos partidos políticos. Os que menos confiam e se sentem próximos dos partidos foram os entrevistados que avaliaram que a corrupção aumentou nos últimos anos.

De acordo com Filgueiras (2013), o Brasil conviveu com uma série de escândalos de corrupção, como o caso PC Farias envolvendo o presidente Fernando Collor, o esquema do

Mensalão⁸ no governo Lula, dentre outros. Esses escândalos se perpetuaram em forte cobertura midiática, contribuindo com uma visão do Estado ser um espaço corrupto, potencializando uma imagem de cultura política relativa a corrupção (FILGUEIRAS, 2013). Momentos negativos de casos de corrupção política podem afetar principalmente o eleitorado jovem. A longo prazo contribui para uma redução do partidarismo, dado que o jovem socializado politicamente, dessa maneira, “adentra a vida adulta com uma maior probabilidade de desenvolver comportamentos antipartidários” (GIMENES, 2015, p.179).

Samuels e Zucco (2018) afirmaram que há uma dissimulação de partidários e antipartidários sobre questões políticas, econômicas, aprovação a programas redistributivos e percepção da corrupção ao Brasil, nos últimos anos. Por exemplo, quando um partido está no poder e um cidadão nutre um partidarismo ao partido da oposição, este tende a não dar créditos para a boa performance governista. Partidarismo positivo e negativo moldariam percepções individuais sobre questões e eventos políticos.

Alicerçado em questionários de 2014, aplicados pelo Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP, Lazzari (2017) chega a conclusões de que a não confiança dos brasileiros em partidos políticos não tem relação com grupos sociais, gênero, renda, escolaridade ou idade. Os resultados produzem que há uma desconfiança generalizada aos partidos pela avaliação da corrupção e da economia. Entre aqueles que avaliaram que a corrupção aumentou, foi perceptivo uma maior desconfiança em relação aos partidos. Para o autor, a desconfiança influencia o distanciamento de identificação aos partidos.

Avaliando dados do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e *DataFolha* de 1989, Balbachevsky (1992) descreveu que a preferência partidária se correlacionava com a escolaridade. Para a autora, a identificação partidária no Brasil representaria um recurso de participação política para indivíduos com baixa instrução. A constatação de escolaridade ao partidarismo também ocorre em Dalton (2013). Ao analisar os eleitores independentes dos EUA, Dalton (2013) anuncia que pessoas com alta escolaridade não se relacionavam aos partidos por um recurso informativo para a participação política. A identificação partidária seria um recurso informativo para participação política de sujeitos com baixa escolaridade.

A debilidade do sistema partidário, perante a sociedade, não significa um amorfismo político e social por um baixo nível educacional e ideológico, e sim, por outros fatores institucionais, políticos e sociais (BALBACHVEVSKY, 1992). Contrariamente, Pereira (2014)

⁸ Escândalo envolvendo propinas e compras de votos de deputados para favorecimento de partidos, empresas estatais e privadas na Câmara.

afirma que, dada a complexidade do sistema político e partidário, apenas os mais sofisticados politicamente são próximos ao partidarismo. Para Silveira (1996), a identificação partidária no país foi um fator importante para a escolha de voto apenas para um grupo mais envolvido com informação e saber político.

Kinzo (2005) reconhece que a preferência partidária tendeu a ser maior entre os eleitores com escolaridade elevada, onde a preferência ao PT chegou a 40% entre aqueles com alta escolaridade. A hipótese da autora é que a complexidade e baixa inteligibilidade do sistema eleitoral e partidário exigiriam recursos informativos para a política, como a escolaridade. Seu resultado positivo sobre o conhecimento dos partidos políticos pelos entrevistados ocorre por 80% de menções ao PT.

Analisando os dados nacionais do *Instituto DataFolha* de 1989 a 2002, Kinzo (2005) exhibe um decrescimento do partidarismo nesse período, atingindo um percentual médio de 46%. No decorrer dos anos analisados, houve um declínio do percentual do PMDB de 20% em 1993 para 9% em 2002. O maior crescimento da preferência partidária deu-se ao PT, de 10% em 1989 para 18% em 2002.

Mesmo diante de um número de subsídios significativos para uma baixa preferência partidária no Brasil por fatores institucionais e políticos, é considerável a disposição a uma preferência partidária. Apesar das características instáveis do sistema partidário ou de um possível não enraizamento social dos partidos, outros elementos acarretaram um fortalecimento dos partidos. Gimenes (2015, p.174) exemplifica alguns: “a estabilidade nos padrões de competição eleitoral na presidência, a redução da volatilidade em eleições para presidente e uma relevância do comportamento político com os sentimentos partidários de uma parcela do eleitorado”.

Em 2002, conforme os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), o PT alcançou 48% de preferência partidária e em 2010 atingiu 45%, bem superior em comparação aos outros partidos (BRAGA; PIMENTEL JR., 2011). Todavia, Braga e Pimentel (2011) notaram um baixo partidarismo. Segundo Gimenes *et al* (2016), o índice de partidarismo, na maior parte dos anos, após a redemocratização, foi menor que 50%.

Ainda que existam partidos eleitoralmente concisos, a identificação partidária é relativamente fraca, com exceção do PT (SAMUELS, 2004). Samuels (2004) também atesta que, em 2002, a preferência partidária ao PT se sobrepunha majoritariamente aos outros partidos, como PMDB e PSDB. A proporção dos que “se declaravam petistas passou de 5% em 1989 para quase 30% após 2002, nos dados do *Instituto DataFolha*” (SAMUELS; ZUCCO, 2018, p.25).

A discussão envolvendo o comportamento eleitoral e as preferências partidárias se diferenciam, pois pelo fato de o sistema partidário brasileiro ser menos institucionalizado, as preferências partidárias e eleitorais tornam-se objetos de pesquisas distintos. Porém, é indispensável tratar a maneira que se relacionam. Nesse sentido, ao abordar o caso do petismo, referencia-se brevemente alguns estudos que abordaram o comportamento eleitoral ao PT.

3.2 As preferências partidárias no Brasil

Para Borges e Vidigal (2016), a literatura designa o partidarismo brasileiro por um fortalecimento dos sentimentos em associação aos partidos que nas últimas eleições presidenciais demarcaram a disputa eleitoral: o PT e o PSDB. Destacando a preferência partidária dos petistas, o PT se consolidou com uma forte base social na sua história. Se remete que os indícios do partidarismo no Brasil estão relacionados ao PT (SAMUELS, 2008).

Por meio das ondas do *ESEB* de 2002 e 2006, Veiga (2007) demonstra um declínio de identidade partidária no período. Por sua análise, o PT foi um partido com a maior perda de taxa de partidarismo. Após o primeiro mandato de Lula na presidência, “se designou uma redução no percentual de partidarismo, de 39% para 28%. O PT reduziu a sua taxa de 23% para 18% (VEIGA, 2007, p. 344)”. Apesar dessa queda, nenhum partido se beneficiou dessa perda e o PT se sobrepôs aos outros partidos em 2006. PMDB e PSDB obtiveram 4% cada e outros partidos não chegaram a 1% (VEIGA, 2007). Os simpatizantes petistas nesses anos foram os mais jovens, menos escolarizados e com uma menor renda familiar em 2006.

Nos últimos anos, com exceção do PT, partidos tradicionais apresentaram uma menor ligação e preferência partidária com o eleitorado, independentemente de serem competitivos eleitoralmente, como o caso do PMDB. Gimenes (2015) nota que a capilaridade peemedebista é envolta do desempenho em eleições parlamentares e ao Executivo Estadual e Municipal. A atuação e a organização política do PMDB, no cenário nacional eleitoral, não resultou em um aumento das preferências partidárias. O PMDB (MDB) tem uma aproximação com lideranças locais que conduzem máquinas eleitorais clientelistas e que dão pouca importância a uma imagem do partido perante o eleitorado (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Braga e Pimentel Jr. (2011), com dados do *ESEB* de 2002 a 2010, afirmam que as simpatias eleitorais de PT e PSDB compuseram um fator explicativo do voto nos candidatos nas eleições presidenciais. Em 2006 há uma baixa dessa simpatia por resultado dos escândalos políticos de corrupção, tendo uma alta em 2010. Em 2010, 48% dos respondentes do *survey* afirmaram gostar de um partido político, um índice maior ao se comparar com 2006 (BRAGA;

PIMENTEL JR., 2011). No período de 2006 a 2010, o PT protagonizou um aumento da identificação partidária, recebendo um crescimento de 6,5 pontos percentuais (VEIGA, 2011).

De acordo com Braga e Pimentel Jr. (2011) e durante o período avaliado por Dalton e Weldon (2007), o Brasil se encontra dentro da média mundial de declaração de identificação partidária, ficando na frente de países, como: México, Espanha e Alemanha (BRAGA; PIMENTEL JR., 2011). Contudo, Samuels (2006) contrapõe o comparativo a média mundial pelo fato desses indicadores se influenciarem pelo petismo. Apesar de ter ocorrido um declínio da taxa de partidarismo no Brasil, é factível que dois partidos engendraram as recentes disputas eleitorais presidenciais e um partido caracterizado historicamente a uma determinada camada popular dos eleitores sendo eleito e reeleito.

Na análise das eleições entre 2002 e 2014, Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) designam qual seria o perfil sociodemográfico desses eleitores, atribuindo-os ao petismo e ao antipetismo. A variável do partidarismo não competiu a um fenômeno isolado na sociedade, mas relacional a um comportamento atitudinal dos eleitores a outras questões políticas, exemplarmente para opiniões sobre a democracia. Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) concluem que a variável do partidarismo, alicerçado no sentimento partidário do eleitorado, impactou as eleições de 2014. Os sentimentos partidários não apenas ao PT, mas ao PSDB, em termos positivos e negativos, foram significantes para as eleições.

Para Samuels e Zucco (2018), o partidarismo pode ser relativo tanto para preferências positivas, quanto negativas. Segundo eles, o caso brasileiro apresenta partidários sem uma rejeição a outros partidos e também indivíduos com sentimento de antipatia a um partido sem revelar um sentimento partidário positivo a outro. Na última década, a maioria dos partidários positivos eram petistas, enquanto os negativos antipetistas, em maior proporção sem uma preferência partidária *per se*.

De acordo com Krause, Lameirão e Paiva (2016), o PT ao longo dos últimos anos apresentou uma grande aprovação de preferência partidária em relação a outros partidos, mas consecutivamente uma rejeição do eleitorado, ao que classificam para um antipetismo. O sucesso da preferência partidária ao PT foi consecutivo de uma reação na direção oposta, com um sentimento de rejeição ao PT. Embora, o antipetismo existiria desde a fundação do PT, não apenas após a chegada do partido à presidência (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Samuels e Zucco (2018) citam que os que almejam a democracia para promoção de mudanças e enxergam a necessidade do ativismo social são mais propícios a serem petistas. O PT recrutou esses cidadãos já em sua fundação. Pelo fato de nenhum partido tradicional ter atraído e se enraizado socialmente com aqueles com uma visão oposta sobre esses valores,

muitos desenvolveram apenas um sentimento partidário negativo. São contrários ao PT por defender bandeiras opostas a sua.

Assim como Ribeiro, Carreirão e Borba (2016), Krause, Lameirão e Paiva (2016) utilizam os dados do *ESEB* de 2014 para explorar a rejeição ao PT no ano de 2014. Nesse trabalho, propuseram separar o antipetista e o sujeito que tinha uma avaliação antipartidária em relação a todos os partidos, expondo que o antipartidário se distingue em características do perfil social e atitudinal do antipetista. A diferença está no perfil socioeconômico destes.

Krause, Lameirão e Paiva (2016) expõem que o eleitor antipetista tem o perfil definido por auto identificação com a cor branca, uma escolaridade elevada e maior renda familiar mensal. Samuels e Zucco (2018, p.20) delineiam que “em boa parte dos anos, petistas e antipetistas tiveram mais em comum que a média de não partidários. Petistas e antipetistas tenderam a ter melhores rendimentos econômicos em comparação aos não partidários”. A diferença entre estes não se daria por valores ideológicos, atitudes sobre a sexualidade ou por composição sociodemográfica e social.

O que dessemelha petistas e antipetistas são as atitudes normativas de como a política deve ser, nas opiniões sobre a democracia, ativismo político da sociedade civil e maior apoio as abordagens da “lei e ordem” (SAMUELS; ZUCCO, 2018). Após a criação do partido, muitos associaram o PT a desordem, por conta do seu papel em greves e protestos de massa. “Os predispostos a gostarem do PT seriam mais relativos às mudanças sociais e políticas” (SAMUELS; ZUCCO, 2018, p.30). Os antipetistas seriam menos entusiastas para a democracia e menos engajado no ativismo político da sociedade civil.

As variações nas preferências partidárias também ocorrem no perfil daqueles que estão mais propícios a um partidarismo ao PT e PSDB. Mediante modelos de regressão multinomial, Gimenes *et al* (2016) pontuaram que a diferença entre os simpatizantes do PSDB e PT se daria pela renda. Um acréscimo da renda aumentaria as chances do eleitor se identificar com o PSDB.

Ao operacionalizar sua pesquisa com o *ESEB*, Borges e Vidigal (2016) propõem uma classificação dos eleitores em partidários, moderados e indiferentes. A polarização dada entre PT e PSDB, para os autores, resultou em apenas uma pequena parcela do eleitorado os diferenciando e optando consistentemente entre um e outro. Demonstram que apenas um subconjunto do público é partidário ciente da heterogeneidade entre PT e PSDB, e, ainda sim, com uma convergência ideológica entre os eleitores de ambos os partidos.

Quando as diferenças entre as alternativas partidárias se diluem e se combinam com um mau desempenho eleitoral, as marcas partidárias tendem a se tornar brandas, mesmo os partidos com uma identidade partidária inflexível (LUPU, 2016). Isso se torna confuso para os eleitores,

pois, não conseguem separar os partidos, apoiando as mesmas políticas. Segundo Lupu (2016), a construção de uma marca partidária “dá aos eleitores uma ideia de uma representação partidária em específico” (LUPU, 2016, p. 20). Partidos que mantêm uma defesa de política para classes específicas, associam-se a essa lógica, criando uma imagem perante os eleitores, decorrente da sua marca.

Examinando as intenções de voto e a preferência partidária ao PT e PSDB entre 2002 a 2006 em um estudo de painel, Lupu (2014) exibiu um consistente efeito causal do partidarismo na intenção de voto. O autor elabora que, mesmo em um fraco sistema partidário houve estabilidade nos sentimentos partidários ao voto. Rocha (2018) avaliou o voto partidário – o voto do eleitor coerente com a sua identificação partidária – para os países da América Latina com dados do *LAPOP*⁹ de 2014. Suas análises evidenciam uma identificação partidária no Brasil de 23% e 13% do voto partidário em 2014. A autora frisa que o voto partidário exige mais do eleitor do que expressar uma identificação partidária, o que externaria um menor percentual.

Gimenes *et al* (2016) demonstram com as ondas do *ESEB* de 2002 a 2014 que o PT obteve maior índice de preferências partidárias. Algumas variáveis foram testadas ao partidarismo, como a escolaridade, sendo impactante no perfil dos partidários apenas em 2002. A idade e a renda individual não manifestariam significância estatística ao partidarismo. Gimenes (2015) revelou que aspectos sociais relacionados a escolaridade, ao sexo e a idade tinham baixa capacidade explicativa ao partidarismo. Os fatores de sofisticação política seriam mais preditores para a preferência partidária.

Traçando o perfil socioeconômico dos alinhados ao PT, Samuels e Zucco (2018) remetem que, a partir de 2006, os petistas foram os eleitores com menor renda, menor escolaridade e menor acesso à informação política. Comparando com 2002, Veiga (2011) retrata o perfil dos petistas em 2006 em menos escolarizados, menos ideologicamente à esquerda e mais ao centro, menor presença no Sudeste e maior no Nordeste. Em 2006, os partidários petistas eram os analfabetos e com até quatro anos de estudo. Há um aumento de escolaridade nos petistas em 2010, progredindo aos eleitores com Ensino Médio completo.

De 2002 a 2010, o petismo cresce substancialmente na região Nordeste, alcançando 32% em 2010, mas ainda menor que o Sudeste, com 44,8% (VEIGA, 2011). Assim, é denotado um indício do partidarismo no Brasil relacionado ao PT, por mais que nos últimos anos tenha sido exposto um decréscimo das preferências partidárias. Mesmo diante dos entraves institucionais

⁹ *Latin American Public Opinion Project*.

e políticos para o partidarismo, o partido conseguiu uma aproximação para um contingente do eleitorado. A singularidade do petismo é impulsionada com os esforços do PT a começar na sua fundação.

3.3 A fundação e expansão do PT na difusão do petismo

Segundo Samuels e Zucco (2014), o petismo seria a vinculação afetiva dos eleitores ou a identificação com o projeto político do PT. O petismo se fundamentou na organização do PT por meio de esforços locais em alcançar a sociedade civil e indivíduos politicamente ativos. Isso criou e promoveu uma identidade política através de sua marca partidária e seu sucesso eleitoral (SAMUELS; ZUCCO, 2018). A institucionalização de regras internas e uma orientação programática para promover a sigla do partido a longo prazo separaria o PT de outros partidos (SAMUELS, 1997). O aumento do nível do petismo seria resultante dessa organização.

O contexto político e econômico do Brasil na expansão do PT, nos anos 1990, foi marcado pela anexação de inúmeras empresas multinacionais, maior oferta de custos da força de trabalho, precariedade da proteção governamental aos direitos dos trabalhadores e desemprego estrutural (VIEIRA, 2012). Essas condicionantes foram consecutivas nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, com aprofundamento de medidas neoliberais. A ampliação da marca partidária petista se deu na contestação desses acontecimentos políticos e econômicos.

Na transição para a democracia na década de 1980, o PT se destacaria dos outros partidos ligados ao meio operário e com os movimentos sociais. A organização do partido buscava uma representação de suas bases eleitorais em propostas pragmáticas (KECK, 1991). A origem do partido remonta uma criação de baixo para cima, comparado a outros tradicionais partidos políticos. Samuels e Zucco (2018) destacam que o crescimento do petismo é a combinação *bottom up* com estratégias *top down*.

O nascimento do partido é relativo aos protestos operários do final da década de 1970 e os debates da esquerda política sobre o tipo de partido que deveria ser construído na redemocratização, como Keck (1991) relatou. Para a autora, o PT deu seus primeiros passos como um partido contestador, propulsor de mudanças radicais na política e na economia em prol dos desfavorecidos socialmente. Por isso, passou a ser visto em um partido classista. Entretanto, o partido não era simplesmente o braço político de uma camada do setor operário.

A origem e a evolução do PT remontam do período de 1979 a 1982, ano do início da sua formação e a inserção na disputa eleitoral (MENEGUELLO, 1989). A sua formação emerge da mobilização do sindicalismo para o âmbito político-partidário na redemocratização. Após as

amplas ondas grevistas de 1978 a 1979, iniciada nos subúrbios industriais do ABC paulista, há o surgimento de novos líderes políticos, entre eles, Lula, que viria a se tornar o primeiro presidente do PT (KECK, 1991).

Lula atuava na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema desde 1975. O PT esteve relacionado em sua história aos setores do sindicalismo. Por exemplo, no envolvimento na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (MENEGUELLO; AMARAL, 2008). A partir de 1989, Lula se candidataria nas eleições presidenciais pelo PT até 2006, configurando cinco disputas em eleições presidenciais. Lula exerceu o cargo de deputado federal de 1987 a 1989, tendo sido eleito o deputado federal mais votado na Câmara (SOARES; TERRON, 2008).

Nesse sentido, comumente o PT foi designado a um partido de massas. Para Meneguello (1989), a proposta política do partido no início era a defesa pela inserção da classe trabalhadora no sistema político. A estrutura petista seria composta em núcleos de base, órgãos básicos de trabalho e integração partidária. Sua ação política daria menos importância a atividade eleitoral e parlamentar, comparado com outros partidos, dando prioridade ao envolvimento com os movimentos sociais.

A organização do partido se definiu pela congregação de atores políticos mobilizados pelos sindicalistas em torno da figura de Lula, antigos parlamentares do MDB ligados a ala esquerda do partido e organizações políticas de esquerda (MENEGUELLO; AMARAL, 2008). O PT sustentaria seu suporte de apoio com representantes da esquerda política, políticos progressistas e intelectuais (KECK, 1991). A princípio, o PT não se atrelou a uma matriz ideológica específica, mas se encaixou a uma matriz de “esquerda social” (MENEGUELLO; AMARAL, 2008, p.5).

Meneguello (1989) aponta o perfil político ideológico e interno do partido em um envolvimento desses grupos e atores na mobilização de um número significativo de movimentos populares urbanos. Meneguello (1989) acentuou a importância das Comunidades Eclesiais de Base – advinda de setores progressistas da Igreja Católica vinculados à Teologia da Libertação –, movimentos sociais feministas e de negros e negras, movimentos libertários e dentre outras organizações que moldavam o perfil popular petista.

No decorrer da sua primeira década de existência, o PT mostrou apoio nas lutas sociais de movimento de trabalhadores, como na luta pela reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (VIEIRA, 2012). Os partidos utilizam da sua organização para engajar indivíduos que já são ativos politicamente na sociedade civil (SAMUELS; ZUCCO, 2018). Com esse suporte, o PT utilizou em sua estratégia alcançar

pessoas predispostas a nutrirem preferência partidária. O sucesso petista recorreu em ganhar partidários, onde a sociedade mantinha uma certa organização.

Em sua fundação, o PT contou com uma estrutura decisória inclusiva, vínculos com a sociedade e uma ação política nacionalmente centralizada (RIBEIRO, 2013). Todavia, na chegada ao governo houve transformação em suas práticas. Ribeiro (2013) destaca uma maior autonomia as seções subnacionais, ‘afrouxamento’ dos critérios de filiação, concentração decisória e uma maior preponderância dos parlamentares na organização interna. Ao estabelecer laços mais sólidos com o Estado e sua administração, o partido se afastou da sociedade civil, mas esse afastamento não significou um abandono (RIBEIRO, 2008).

Ribeiro (2008) assinala a progressão petista de partido de massa a um partido profissional-eleitoral. Sendo uma tendência de partidos políticos contemporâneos. A reestruturação petista se associa para a vitória de Lula na presidência, passando de oposição a governo em 2002, com Lula obtendo 61,3% de votos no segundo turno. Após a triplicação de municípios governados pelo PT, “aumento de 96% de diretórios do partido, eleição de governadores, aumento da bancada petista no Senado e na Câmara dos Deputados, o partido sagrou-se no bloco de grandes partidos, consonante ao PMDB e PSDB” (SINGER, 2010, p.93).

Já na primeira candidatura para a presidência em 1989, o PT se consolidou eleitoralmente na política, apesar das derrotas eleitorais de Lula para Fernando Collor em 1989 e para Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998 (RENNÓ; CABELLO, 2010). Ainda que tenha perdido essas eleições presidenciais, o PT se fixou como uma alternativa ao Poder Legislativo no nível federal e para as eleições do Executivo Municipal (RENNÓ; CABELLO, 2010).

Meneguello e Amaral (2008) argumentam que pressões externas e internas ao longo da trajetória petista alteraram a sua estatutária original, mas sem lhes retirar a inovação e a diferença no sistema partidário em propostas políticas e organização partidária. Desde a sua formação, o partido elegeu e reelegeu presidentes, em 2002 e 2006 com Lula e 2010 e 2014 com Dilma Rousseff, quadriplicou o número de prefeituras eleitas entre 1996 e 2004 e se tornou uma das maiores bancadas da Câmara Federal (MENEGUELLO; AMARAL, 2008). Para os autores, a inserção do PT na dinâmica das eleições gerou alianças eleitorais com setores políticos antes criticados, como setores do empresariado nacional.

As mudanças no PT sucederam para uma “desideologização” do partido, diminuição com vínculos aos movimentos sociais e profissionalização da sua estrutura, desdobrando-se em um partido de massas com propostas inclusivas de diversas camadas sociais (MENEGUELLO; AMARAL, 2008). Mesmo após as mudanças políticas e de conteúdos ideológicos-pragmáticos,

o PT manteve vínculos com a sociedade e a atrair filiados, com um crescimento significativo nos anos de governo Lula (AMARAL, 2011). Para Amaral (2011), o PT ainda conta com um grande número de militantes, dirigentes de movimentos e organizações sociais em seu núcleo de apoio.

No final dos mandatos de Lula, o partido se nacionalizou em números de filiados, ficando menos concentrado nos grandes centros urbanos, decorrente da interiorização do partido no governo Lula e dos esforços em busca de novos filiados (AMARAL, 2011). Para Amaral (2011), o aumento do número de filiados resultou da reestruturação organizativa do PT na segunda metade de 1990. Efeito do aumento de recursos financeiros, maior presença no interior do país, maior participação em pleitos eleitorais e a eleição de mais representantes a nível local. Além desses fatores, a moderação ideológica e a popularidade do governo Lula contribuíram para essa progressão de filiados.

Singer (2010) mostra que “duas almas” estiveram em uma síntese contraditória habitando no PT. Essas “duas almas” são relativas à políticas de beneficiamento ao capital e inclusão de camadas sociais empobrecidas, proporcionando uma melhoria na vida dos trabalhadores. Uma alma seria o “espírito de Sion”, firmada nos princípios da fundação do partido em 1980 no colégio de Sion. A segunda alma é o “espírito do Anhembi”, condizente com as diretrizes do programa de governo petista, demonstrada na convenção do Anhembi em São Paulo, em 2002. No manifesto inicial do partido, “se afirmava que a participação em eleições e atividades parlamentares seria subordinada a organizar as massas exploradas e suas lutas” (VIEIRA, 2012, p.10), algo distinto ao “espírito do Anhembi”.

Um fato que marca o “espírito do Anhembi” seria a divulgação da *Carta ao Povo Brasileiro*, em 2002, em que propostas políticas expostas nesta seriam aprovadas pelo Diretório Nacional petista no Centro do Anhembi. A carta assegurava um alinhamento entre governo, empresários e trabalhadores, com garantias ao capital estrangeiro, responsabilidade fiscal e estabilidade das contas públicas (SINGER, 2010). O espírito de Sion decretava o rompimento com o neoliberalismo, o do Anhembi assegurava a sua estabilidade. Alguns remanescentes do espírito de Sion se afastaram do partido e até foram expulsos, como o caso de parlamentares petistas contrários à reforma da Previdência, encaminhada por Lula ao Congresso Nacional em 2003.¹⁰

¹⁰ Em 2003 foram expulsos a senadora Heloísa Helena e os deputados federais João Batista Araújo, João Fontes e Luciana Genro. Em seguida, estes parlamentares impulsionaram a criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com críticas ao governo federal petista (MENEGUELLO; AMARAL, 2008).

Embora as duas almas colidam com camadas sociais economicamente discrepantes, o perfil do petismo foi relativo a um aumento de preferência por um grupo específico. A preferência partidária ao PT saltou de 12% em 1989 para 24% em 2010, com mudanças nos estratos sociais envoltos ao petismo (SINGER, 2010). O partido recebeu uma preferência partidária de eleitores com menor renda em 2002 e perdeu a simpatia do eleitorado de classe média, pós escândalos de corrupção (SINGER, 2010).

Para Singer (2010), há a diminuição do apoio dos indivíduos com rendas mais alta e uma baixa variação do apoio dos de menores rendas. Haveria um realinhamento ao partido em 2006 em renda, ocorrendo um predomínio de apoio de cidadãos de baixa renda, contrariamente a anos anteriores. Se altera o perfil do petismo também em escolaridade. Até 2002 com o apoio dos mais educados, caindo após 2005 e se mantendo com os de baixa escolaridade.

O PT avançaria para o interior, aos pequenos municípios e a um eleitorado mais empobrecido e menos escolarizado, se abalizando do PT de sua fundação. O processo desse realinhamento das preferências, descritos por Singer (2010), remete que o PT passou de um partido das classes médias para um partido dos pobres. Inicialmente, o PT foi mais próximo das preferências partidárias da classe média e mais bem-educados.

Samuels e Zucco (2018) também afirmam que, em 2003 e 2005, a situação se reverteu. O PT ganharia aderência entre os mais pobres e menos educados e perderia apoio partidário entre os mais ricos pelo impacto positivo das suas políticas de redistribuição de renda sob o governo Lula. Os autores declaram que essas políticas convenceriam os mais pobres de que o PT os colocou nos seus princípios e ações políticas.

Apesar do transformismo pragmático petista, o partido contribuiu na implementação de programas assistenciais para a diminuição da pobreza extrema, aumento real do salário mínimo e dos postos de trabalho (VIEIRA, 2012). Isso remete ao projeto político de redução das desigualdades sociais, a partir de uma representação de amplos setores da sociedade, salientando o novo discurso do PT pós-transformismo (VIEIRA, 2012).

A popularidade do partido petista se acentuou com algumas realizações do governo Lula nas áreas econômicas e sociais: acesso ao crédito, desbloqueio do investimento público, redução na taxa de juros, Programa de Aceleração do Crescimento, queda do desemprego e estímulo ao consumo (RIBEIRO, 2014). O desenvolvimento do Programa Bolsa Família, que fez um Programa de Garantia de Renda Mínima, na primeira gestão do governo petista na presidência, contribuiu para a popularização do partido aos eleitores de menor renda.

Singer (2012) caracteriza que a redução da pobreza desde 2004 e o aumento do emprego foram resultantes de ações do governo petista. Isso é exemplificado pelo autor, mediante os

resultados do Bolsa Família, a melhora no salário mínimo e a expansão do crédito, a diminuição de preços da cesta básica, os programas sociais focalizados – por exemplo, na eletrificação rural com o *Luz Para Todos* –, regularização das propriedades quilombolas, construção de cisternas no semiárido, ampliação do acesso ao Ensino Superior, dentre outros. Favorecido por *boom* de *commodities*, a ampliação de políticas sociais do governo petista, durante a gestão de Lula, favoreceu o setor de baixíssima renda.

As bases materiais do governo petista na presidência se deram no combate à pobreza para redução da desigualdade social, entretanto, sem uma transformação radical, almejada por setores da esquerda política. O PT, na gestão de Lula, seguiu com avanços a um Estado de bem-estar social. Para Singer (2012), as duas gestões do governo Lula expõem as duas almas imersas no seu partido, promovendo políticas de benefícios ao capital e ao empresariado, com inclusão dos mais pobres e relativa melhora na situação dos trabalhadores.

Singer (2012) elabora que haveria um realinhamento eleitoral em torno da figura de Lula, que conceitua por lulismo. O lulismo é a aproximação de uma fração da classe trabalhadora, o subproletariado, ao Lula. Exposto primeiramente em Paul Singer (1981), o subproletariado se configura por aqueles que oferecem sua força de trabalho sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la e a assegure em condições normais para sua reprodução (SINGER, 2012)¹¹. Para Samuels e Zucco (2014), os lulistas se definem na popularidade de Lula, sentimentos personalistas ao seu carisma, aprovação ao estilo retórico de Lula, histórico pessoal e pelas políticas do seu governo.

O realinhamento é consecutivo da ligação do subproletariado ao PT no mandato de Lula e o afastamento das classes médias aos candidatos presidenciais petistas. O realinhamento eleitoral por meio do lulismo, começado em 2006, integrou uma população em precariedade social, de baixíssima renda – menos de dois salários mínimos – ao PT, primordialmente na região do Norte e Nordeste. Em 2002, o apoio ao PT era concentrado na classe média e alta (SINGER, 2012).

O subproletariado se substancia pelo desejo de superar as suas condições materiais pela inserção no mercado de trabalho, ansiando o combate à desigualdade dentro da “ordem”, em um “conservadorismo popular” (SINGER, 2012). O primeiro mandato de Lula moldou-se ao subproletariado, reposicionamento suas estratégias partidárias ao centro político e buscando

¹¹ Exemplos de ocupações nessa categoria: “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes” (SINGER, 2012, p.77). Paul Singer (1981) utilizou dados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970 e da PNAD de 1976 para a sua categorização de classes. Sua tipologia inclui as localizações de classe em: burguesia (empresarial/gerencial), pequena burguesia e o proletariado em duas frações de classes, o proletariado em estrito senso e o subproletariado.

combater a pobreza (SINGER, 2012). Em suma, o reformismo da gestão Lula e a aproximação do subproletário se sintetiza no título da obra de Singer: *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*.

Rennó e Cabello (2010) criticam a argumentação do lulismo de Singer (2012). Para os autores, os lulistas não representariam um novo realinhamento em classe ou uma ideologia, ou uma personalização da política, e sim, o voto retrospectivo explicaria em partes o lulismo. O lulista seria um eleitor pouco informado politicamente, sem forte identificação personalista, sem afinidades partidárias ou intensas rejeições aos partidos (RENNÓ; CABELLO, 2010).

Para análise das suas hipóteses, Rennó e Cabello (2010) separaram o lulismo do petismo, avaliando os eleitores que votam em Lula, mas não nutrem simpatia com o PT e os comparam com os petistas que votaram em Lula. Com dados do *ESEB* de 2006, estes afirmam que os lulistas somam 40% do total e os petistas 18% da amostra. A identificação partidária com o PT não é suficiente para compreender as escolhas eleitorais em relação a Lula (RENNÓ; CABELLO, 2010).

Rennó e Cabello (2010) observam que apoiar líderes partidários não necessariamente é um indício de personalização da política e não se contradiz com o fortalecimento de partidos. Nos seus resultados, novos e antigos lulistas foram menos propensos a avaliar Lula positivamente em comparação aos que se identificam com o PT. Segundo Samuels (2006), o partidarismo petista é fruto da organização e dos esforços do partido em se envolver em redes políticas, atraindo indivíduos politicamente ativos. Essa rede política petista deriva da rede de organização política local, regional e nacional, não sendo o histórico do petismo apenas pela figura de Lula, sem desqualificar a sua importância ao PT (SAMUELS, 2006).

As ideias que constituem o petismo apresentam similaridades com o lulismo na mente do eleitor (SAMUELS; ZUCCO, 2014). O petismo é um efeito dos esforços organizacionais do partido com a sociedade civil e não dependeria apenas do lulismo, ainda que tenha sido elementar ao incremento do petismo (SAMUELS. ZUCCO, 2014). Para Samuels e Zucco (2018), o lulismo é um sentimento psicológico, de afeto personalista, tendo o eleitorado pobre apoiado a reeleição de Lula pela melhora de suas vidas sob o governo de Lula.

Ao analisar os votos do PT com dados agregados, Terron e Soares (2010) notaram que em 2006 houve uma mudança no contorno geográfico da base eleitoral de Lula. O percentual de voto nos municípios nas regiões Centro-Sul teria diminuído e aumentado nas regiões Norte e Nordeste. Os autores afirmam que a política de transferência de renda do Programa Bolsa Família (PBF) foi responsável pela mudança de bases eleitorais. E, entretanto, o sucesso do

PBF se relaciona com a votação de Lula e não melhorou a votação do PT em 2006 nas disputas para outros cargos.

Em Singer (2009), a popularidade do governo Lula, nessas regiões, também se associa ao PBF, mas não apenas por ele. Para Nicolau (2014), o PBF não foi uma variável significativa para as eleições de Dilma. Apesar das discordâncias do PBF ser responsável pela mudança eleitoral lulista, há um certo consenso na academia para a afirmação de que as mudanças das bases eleitorais de Lula foram consecutivas aos municípios mais pobres e menos desenvolvidos (SOARES; TERRON, 2008).

No Brasil, ainda que comumente relacionem a educação com o partidarismo, Samuels (2006) expõe que a educação não foi importante para o partidarismo após o primeiro mandato de Lula, não sendo necessário possuir um diploma de Ensino Superior para progredir um sentimento partidário. Para Samuels e Zucco (2014), os apoiadores de Lula são mais pobres, menos educados e menos envolvidos em política.

Utilizando dados do *ESEB* de 2010 e com um modelo de regressão logística multinomial, Nicolau (2014) notou que no primeiro turno das eleições de 2010, as variáveis de escolaridade e religião foram mais impactantes. O voto em Dilma decairia ao aumentar a escolaridade. A escolaridade foi um fator relevante para distinguir o voto também em 2002 e 2006. O reduto eleitoral de Dilma em 2010 não foi muito diferente de Lula nas eleições anteriores, mantendo o alto índice do voto na região Nordeste e com eleitores de baixa escolaridade (NICOLAU, 2014).

A eleição de Dilma em 2010 e seu mandato inicial representou a manutenção dos projetos políticos iniciados no governo Lula, mantendo um reformismo fraco com inclusão social. Sua eleição foi marcada por um contexto econômico que se recuperava dos efeitos da crise financeira global de 2008 (BASTOS, 2017). Dilma Rousseff se beneficiou eleitoralmente dos altos níveis de aprovação do governo Lula, seu eleitorado e o apoio de partidários petistas (AMARAL; RIBEIRO, 2015).

Segundo Singer (2015), o primeiro mandato de Dilma foi um “ensaio desenvolvimentista”, com um ativismo estatal, alienando uma camada do empresariado sem uma sólida aliança interclassista e intensa mobilização dos trabalhadores pelo PT. Outros pontos problemáticos, surgidos nesse primeiro mandato de Dilma, foi a recessão econômica, aumento dos níveis de desemprego e da queda na renda dos trabalhadores (SINGER, 2015).

Nas eleições de 2014, o PT contava com perdas nos seus partidos aliados, incertezas no cenário econômico, acirramento político e ideológico e a oposição utilizando de estratégias de denúncias de escândalos de corrupção nas mídias (AMARAL; RIBEIRO, 2015). Ainda assim,

Dilma obtêm sua reeleição no segundo turno contra Aécio Neves do PSDB, porém, com uma vitória eleitoral apertada, recebendo 51,6% dos votos.

Outro problema para a campanha petista de 2014 foi a responsabilização da mídia aos problemas econômicos por uma má gestão executiva do partido. Todavia, Amaral e Ribeiro (2015) demonstraram com o *ESEB* que a avaliação do desempenho do governo se dissociou da avaliação sobre a situação econômica. Para estes, a avaliação do governo, a preferência partidária e o voto na eleição anterior foram preditivos do voto em 2014.

A eleição presidencial de 2014 manifestou-se pela acirrada polarização entre PSDB e PT, menor vantagem de votos do PT, diminuição da bancada petista na câmara e a ofensiva judicial ao PT (SINGER, 2018). Dilma não conseguiu nos anos seguintes manter a aprovação ao seu governo, tão pouco a popularidade de Lula, que encerrou sua gestão com 83% de aprovação, em dados do *Instituto DataFolha*. Dilma sai da presidência com 70% de rejeição em um contexto de queda do PIB, índice de desemprego de 11% e com 2,7 milhões retornando a pobreza (SINGER, 2018). Dilma Rousseff chegou à presidência com um crescimento de 7,8% do PIB e taxa de desemprego de 5,3%.

Ao fazer um balanço do governo Dilma, Singer (2018) cita que esta foi criticada pela esquerda e setores populares, desprezada por empresários, abandonada por sua base parlamentar, odiada pela direita e pela classe média. Sob o governo Dilma, o lulismo entraria em crise. Para Singer (2018), o isolamento de Dilma foi fruto do seu ensaio desenvolvimentista e republicano. Isso se deu por uma reindustrialização conduzida pelo Estado, substituição de apadrinhados políticos em empresas estatais para quadros técnicos, reações do mercado financeiro a suas políticas, pressões de partidos aliados, ataques midiáticos e operações judiciais seletivas.

Bastos (2017) afirma que o reflexo de políticas redistributivas do governo petista para trabalhadores pobres separou camadas médias e pequenos empresários a reações ao PT. Essa reação também foi um efeito de uma pretensa perda de *status* social das classes médias ao concorrerem com outras camadas sociais a um acesso à infraestrutura e serviços (BASTOS, 2017). Um contingente de trabalhadores começou a ter acesso a prerrogativas, antes destinadas a classe média, como: viagens de avião e ingresso em faculdades privadas (SINGER, 2018). Bastos (2017) demarca que a reação de uma classe média se substanciou no discurso da carência de empregos e o aparelhamento do Estado por grupos de esquerda.

Bastos (2017) resume momentos críticos que influenciaram o *impeachment*¹² de Dilma Rousseff: a rapidez de delações judiciais premiadas e vazamentos de informações confidenciais na grande mídia para prejudicar o PT, uso político seletivo de combate a corrupção na operação Lava-Jato¹³, incriminando, com a ajuda de uma espetacularização midiática, importantes nomes do PT¹⁴. Esses foram alguns pontos defendidos por partidários petistas ao classificarem o *impeachment* por golpe de Estado, judicial e midiático.

O desgaste do petismo se eleva em 2013, com acusações de corrupção a lideranças do PT e profunda recessão econômica, corroendo a popularidade do partido. A crise política, desenfreada pelos escândalos judiciais, protestos populares de 2013¹⁵ e o *impeachment* de Dilma, ocasionaram no país o menor nível de confiança nos partidos políticos comparado com toda a América Latina (SAMUELS; ZUCCO, 2018). Dados do *Instituto DataFolha* de 2016 mostram que 72% não se sentiam próximos a nenhum partido político, o menor nível desde 1989 (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

O declínio do petismo não significou um aumento de preferência partidária a outro partido, e sim, um aumento da não preferência partidária. Samuels e Zucco (2018) afirmam que o declínio do petismo na crise do partido no período de Dilma pode ser temporário, atraindo novamente ao partido uma parcela dos não partidários. Porém, o declínio do petismo se acentuou em eventos políticos que geraram uma desilusão de petistas com Dilma pela sua má gestão econômica e o seu partido, e, por um aparente abandono do PT aos seus princípios partidários (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Entretanto, a diluição do petismo não ocorreu apenas pela sua moderação e envolvimento em casos de corrupção vindo à tona no governo Dilma, dado que o petismo continuou a alavancar depois dos escândalos do mensalão em 2005 e no afastamento da sua

¹² Dilma deixa o seu cargo em 2016 acusada do crime de responsabilidade fiscal, ao liberar créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional. Culpada por atentado contra a lei orçamentária (SINGER, 2018). O vice-presidente Michel Temer, do PMDB, assumiu sua vaga. Temer promoveu reformas contrárias a políticas petistas. Temer diminuiu o número de beneficiados do Bolsa Família, reduziu verbas destinadas à saúde e à educação e estancou a demarcação de terras indígenas, por exemplo (SINGER, 2018). Dilma acusou o seu *impeachment* de Golpe de Estado por meio de uma farsa jurídica. O presidente da sessão do *impeachment*, Eduardo Cunha, foi afastado do cargo pelo STF 18 dias após o *impeachment* e condenado por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas (SINGER, 2018).

¹³ Operação da Polícia Federal na apreensão de crimes de lavagem de dinheiro, organização criminosa, corrupção ativa e passiva e acordos políticos por meio de propinas de empresários. A operação atingiu partidos, políticos, empresários e empreiteiras.

¹⁴ Apesar do trabalho de Bastos (2017) carecer de empiria mais detalhada para suas hipóteses, esses argumentos estiveram presentes por diversos grupos políticos e militantes ligados ao PT.

¹⁵ Iniciados em junho de 2013, os protestos eclodiram na reivindicação pela redução do preço de passagens no transporte público em São Paulo. Os protestos atraíram a atenção pública pela repressão de policiais. Ao se nacionalizar, os protestos desencadearam reivindicações contra o PT e os partidos políticos no geral (SINGER, 2018).

retórica radical (SAMUELS; ZUCCO, 2018). Para esses autores, a queda do petismo foi consecutiva da responsabilização da crise econômica após 2013 para Lula, Dilma e o PT. O estado da economia ao invés da corrupção, possivelmente desgastou o petismo, primordialmente para novos petistas (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Mesmo diante de um *impeachment*, o índice de preferência partidária petista se manteve acima de outros partidos, ainda que, tenha tido esse desgaste da preferência (SAMUELS; ZUCCO, 2018). Isto demonstra a popularidade petista e o crescimento do petismo após a redemocratização e chegada na presidência. A partir de 2002 com uma popularidade em torno da figura de Lula e de uma boa avaliação do seu governo, primordialmente nos últimos anos na região do Nordeste e em camadas sociais empobrecidas.

A alta taxa do petismo decorreu da estrutura construída pelo partido. A grande participação popular em todos os níveis do governo, a defesa de uma igualdade socioeconômica, as estratégias políticas pela erradicação da pobreza e os esforços da expansão organizativa em alcançar cidadãos engajados politicamente e socialmente nos âmbitos locais (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Para ter a presidência, o partido promoveu concessões políticas e mudanças programáticas. Apesar disso e dos escândalos de corrupção, acusando lideranças petistas, o PT continuou a polarizar as eleições (SOARES; TERRON, 2008). Diante de um baixo partidarismo brasileiro, o PT conseguiu ser uma exceção, sendo uma preferência partidária e escolha eleitoral para uma parte do eleitorado.

É factual que, em sua história, o PT se afastou e aproximou de certos grupos sociais, seja em sua organização interna e nas bases de seus apoiadores. As estratégias partidárias e políticas, realçadas pelos anos do PT na presidência, promoveram o afastamento da classe média e a integração de indivíduos socialmente destituídos, como apreciado no trabalho de Singer (2012).

Visto esses fatores aqui citados, analiso se o PT obteve preferências partidárias classistas a partir do ano de sua primeira conquista eleitoral na presidência até 2018. Para avaliar essa proposição, no capítulo seguinte abordo especificamente a maneira em que recentes debates na ciência política trataram as questões de classes, envolvendo o petismo. Consecutivamente, exponho os resultados da mensuração das preferências partidárias das classes sociais no Brasil.

4 CAPÍTULO 3: O PT E AS CLASSES SOCIAIS: partidarismo e alinhamento?

As mudanças políticas, institucionais e sociais podem acentuar ou diminuir o alinhamento entre clivagens de classe e preferências partidárias. Não é garantido que o

pertencimento a uma classe irá determinar uma preferência instantânea a um partido. Críticos ao declínio da política de classe, como Manza, Hout e Brooks (1995a) e Evans (1999), denotam que para examinar o vínculo das classes a um partido é necessário uma mensuração que possa se aproximar da complexidade das relações de classes. Embora, não bastando apenas um pertencimento objetivo a uma classe.

Dispondo da discussão nos dois primeiros capítulos desta dissertação, alguns vácuos são observadas na literatura brasileira, como uma análise empírica de classe mais estruturada. Para suprir isso, meço as possíveis associações entre petismo e classes sociais ao longo de uma série histórica compreendida entre 2002 a 2018 por uma tipologia classista alternativa. E, se houve estabilidade ou variações do petismo na ótica das classes no período da popularidade petista sob o governo Lula e na corrosão do petismo nos últimos anos.

Antes de se sugerir um declínio universal das classes aos estudos políticos, é oportuno uma atenção individual para cada país (MANZA; HOUT; BROOKS, 1995a). O partidatismo no Brasil foi majoritariamente identificado ao PT mediante um histórico de conexão a camadas populares da sociedade e políticas direcionadas a classes destituídas de privilégios. A ligação petista com movimentos sociais, sindicatos e grupos políticos de esquerda e a sua transformação pragmática nos últimos anos situou o partido entre grupos economicamente diversos na sociedade.

Apesar de se presumir que trabalhadores optam por partidos de esquerda, pelo fator da esquerda política ser associada a perspectiva de igualdade econômica e transformações sociais (NIEUWBEERTA, 1995; WEAKLIEM; ADAMS, 2011), o partido têm que mobilizar o eleitor de forma classista (PRZEWORSKI, 1989). Isso é, para conseguir mobilizar os eleitores ou partidários, em termos classistas, tal apelo precisa fazer parte das estratégias partidárias. Sendo assim, analiso se o petismo associou-se a uma classe social, concorrendo, por extensão, para dar sentido político a mesma.

A eleição de um partido de esquerda ou direita não gera automaticamente para qualquer pessoa um total entendimento do impacto ao seu bem-estar material (WEAKLIEM; ADAMS, 2011). O partido precisa ativar politicamente os indivíduos, seja em suas políticas ou campanhas. Há necessidade de se ter canais de comunicação entre os partidos e os grupos sociais (LIPSET, 1967b). Isso pode ocorrer em canais direcionados por uma identidade das classes ou por outras clivagens sociais.

Atrelada ao sindicalismo e aos movimentos sociais, a fundação do PT possibilitou uma comunicação a setores da classe trabalhadora brasileira, ainda que, o partido não tenha surgido

propriamente com uma organização baseada em apenas uma classe. No crescimento e expansão eleitoral a partir da “profissionalização” do partido, este realizou mudanças programáticas.

Determinadas posições políticas de um partido podem acentuar ou diminuir a influência das clivagens sociais (EVANS; DE GRAAF, 2013). A adoção de estratégias *catch-all* por partidos de esquerda num *trade-off* eleitoral o aproximaria do centro e ganharia votos da classe média (PRZEWORSKI, 1989). Gimenes (2015) cita que ações partidárias *catch-all* contribuiriam para dificultar a ligação dos eleitores aos partidos no Brasil.

A moderação ideológica e de discurso do PT nas eleições presidenciais o assemelhou a estratégias *catch-all*. Todavia, a postura política petista após a chegada na presidência e suas políticas sociais o aproximaram de camadas sociais empobrecidas e afastaram a classe média (SINGER, 2012). As “duas almas” petistas descritas por Singer (2010) habitaram a expansão do PT, mas este se diferenciou de outros grandes partidos na política brasileira, crucialmente pela construção de sua marca partidária.

Um outro exemplo de uma tomada *catch-all* foi no caso do Partido Trabalhista britânico, ao moderar o apelo classista do partido e se guiar ao centro político (HEATH; JOWELL; CURTICE, 2001). A integração do Partido Trabalhista britânico para a classe média ocasionou uma abstenção do voto da classe trabalhadora (EVANS; TILLEY, 2017). No entanto, mesmo que ambos tenham realizado uma conduta *catch-all*, é pertinente uma análise mais profunda para um comparativo entre o PT e o Partido Trabalhista britânico.

A discussão sobre classes e partidos no Brasil nos últimos anos marca-se no trabalho de Singer (2009), ao revelar um realinhamento eleitoral petista em 2006. Para Singer (2009), há uma configuração ideológica que, por mais que combinem elementos à esquerda e direita política, sublinham uma agregação do subproletariado ao PT e um afastamento daqueles classificados como classe média. A queda da proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza no período de 2003 a 2005 acrescentada pelos esforços do governo Lula com o tripé formado pelo Bolsa Família, salário mínimo e transferência de renda, delegou o governo petista aos grupos de baixíssima renda.

Não apenas a “ajuda aos pobres” elevou o “Plano Real”¹⁶ de Lula, mas a contenção de preços e deflação decorrente da desoneração fiscal favoreceram uma ponte lulista a uma fração de classe (SINGER, 2009). Para Singer (2009), ampliou-se a base de apoio de Lula para áreas de menor desenvolvimento econômico, o que não ocorreu ao PT em 2006, que continuou a ter

¹⁶ Mesmo com denúncias de escândalos de corrupção, o governo lulista avançou beneficiando uma camada da sociedade desprestigiada de antigas políticas públicas de outros governos (SINGER, 2009).

mais voto no legislativo federal em áreas com maior IDH. Ou seja, presumivelmente, quem votou em Lula não votou no PT nas eleições para outros cargos.

Singer (2009) contribuiu com a temática de classe expondo que a figura de Lula viabilizou o “lulismo”, atraindo uma fração de classe social em um completo programa de classe, voltado aos menos favorecidos e na manutenção da estabilidade econômica. A conexão ao lulismo não seria dado pela classe trabalhadora em si, mas ao fracionamento desta, o subproletariado, desde as eleições de 2006. Embora sendo majoritário na sociedade brasileira, o subproletariado não conseguiria construir “desde baixo a sua própria organização” (SINGER, 2009, p.84).

Segundo Singer (2009), a esquerda não conseguiu dar direção política organizada ao subproletariado, incluso o PT. O objetivo do subproletariado em reduzir sua precariedade social dentro da ordem por um conservadorismo popular com elementos da direita e esquerda se encontrou nas políticas de Lula. Porém, o lulismo não ocasionou uma conversão ideológica do subproletariado aos partidos de esquerda, e sim, à figura de Lula.

Para Ribeiro (2018), há uma lacuna na literatura para a variável de classe social, sobretudo pelo seu aferimento alicerçado na renda, assim feito por Singer (2009; 2012), e não nas relações dos indivíduos na produção do trabalho. Segundo Ribeiro (2014; 2017; 2018), isso decorreria no problema: ao usar o parâmetro da renda para a estrutura de classes sociais, uma faixa de renda similar agruparia classes distintas, principalmente diante da complexidade social das classes. A consequência de uma mensuração limitada formula interesses e decisão de voto de uma classe nas características de outras frações de classes.

Mccall e Manza (2011) denotam que a forma de estimar classes sociais para além da renda é uma característica de uma análise sociológica. A perspectiva sociológica se prescreve na identificação das localizações de classes a partir da ocupação. Objetiva-se capturar “a multidimensionalidade das classes nos aspectos coletivos da vida econômica” (MCCALL; MANZA, 2011, p.558). Na abordagem sociológica, a ocupação é um indicador mais estável para nivelar o *status* socioeconômico individual e coletivo.

Ribeiro (2014) norteia que Singer (2012) fez ponderações cruciais para compreensão do governo petista, mas não elaborou dados empíricos mais abrangentes sobre a estrutura de classes. Por exemplo, dados a respeito do tamanho e da composição das classes sociais, principalmente do subproletariado. Apesar da importância da variável de classe no seu estudo, as classes no trabalho de Singer (2012) foram dadas sem um maior escrutínio empírico.

Singer (2012) afirmou que isso não era o objetivo de sua obra e usaria referências mais gerais ao “caudaloso debate a respeito do estatuto das classes sociais no século XXI” (SINGER,

2012, p.14). Conquanto, a crítica de Ribeiro (2014) a Singer (2012) não desprestigia o seu trabalho. Conforme Ribeiro (2014) afirma, Singer (2012) produziu uma eminente análise de classe da conjuntura política do Brasil, com ressalvas a empiria do seu trabalho.

O conceito de classe, apesar de não ter sido central, é visto em outros estudos do comportamento eleitoral no Brasil. Ribeiro (2014) cita Holzhacker e Balbachevsky (2007) e Rennó e Peixoto (2011). Estes autores mensuraram as classes com dados do *ESEB*. Holzhacker e Balbachevsky (2007) mediram as classes pela renda, estratificando em classe baixa, média-baixa, média-média e média-alta. Rennó e Peixoto (2011) observaram as classes testando os efeitos da percepção de mobilidade social das classes na escolha eleitoral.

A constatação de Ribeiro (2014) a Holzhacker e Balbachevsky (2007) ocorre por não empreenderem uma abrangência das classes, mas “subsomem a clivagem em modelos multivariados, nos quais outras variáveis assumem um poder explicativo maior” (RIBEIRO, 2014, p.63). Em Holzhacker e Balbachevsky (2007) a importância das classes na escolha do voto foi menor, comparado à auto identificação ideológica e a avaliação negativa do governo. No artigo de Rennó e Peixoto (2011) a identificação de mobilidade social foi mais impactante que a classe em si.

Singer (2012) conceitua classe por meio de um parâmetro do trabalho de Paul Singer (1981), que categorizou estas pela ocupação e a renda. Não obstante, Paul Singer (1981) consagrou uma tipologia de classe mais ampla ao trabalho de Singer (2009; 2012). Utilizando dados da *PNAD*¹⁷ de 1976, Paul Singer (1981) firma o subproletariado aos “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos de condições mínimas para atuar na luta de classes” (SINGER, 2009, p.98).

Para Singer (2012), houve uma disputa eleitoral de classe no período lulista entre ricos e pobres, tendo o PSDB angariado o apoio de 54% dos maios ricos em 2006. Ao mesmo ano, 64% dos que recebiam até 2 salários mínimos intencionaram votar em Lula. Singer (2012) usou dados do *Ibope* para aferir a intenção dos votos por renda ao 2º turno de 2006 e o *DataFolha* para medir a preferência pelo PT por renda familiar mensal aos anos de 1996-2010. A intenção de votos de segmentos de baixíssima e baixa renda foram ao candidato Lula, e dos ricos e eleitores de classe média baixa¹⁸ ao candidato Alckmin.

¹⁷ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹⁸ As classes por Singer (2009) foram divididas em eleitores que recebiam até 2 salários mínimos (S.M), de 2 a 5 S.M, 5 a 10 S.M, 10 S.M. A classe média foi correspondente daqueles que recebiam de 5 a 10 S.M.

Os resultados do petismo para Singer (2012) retratam que em 2002, as duas camadas de renda mais baixas¹⁹ tiveram maior predileção ao PT, com 27% e 40%, consecutivamente. Em 2010, os de baixíssima renda englobaram o maior índice do petismo, com 47%, bem superior ao seu apoio de 17% em 1996. Singer (2012) decreta que o deslocamento de classe do lulismo se transferiu ao PT.

Examinando o eleitorado do PT nas eleições presidenciais no período de 2002 a 2010, Ribeiro (2014) adotou um enfoque neo-marxista para as classes sociais a partir das formulações de Wright (1985) e Santos (2010). Havendo a referência a abordagem de classe neo-marxista, Ribeiro (2014) adapta uma tipologia²⁰ de classes para estimar os votos ao cargo da presidência nos seguintes agrupamentos de classes: os privilegiados, os trabalhadores e os destituídos²¹.

Ribeiro (2014) seleciona o modelo neo-marxista para projetar o comportamento eleitoral das localizações de classes em relações sociais distintas. Assim, pretendeu não agregar indivíduos de classes diferentes com salários aproximados na mesma categoria de classe. Para testar os padrões de votação dos indivíduos nas suas localizações de classes, Ribeiro (2014) usou os dados dos Censos Demográficos de 2002 e 2010. Os índices de votação são levantados por dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Buscando desagregar os dados e compreender o voto individual, se fez da técnica de inferência ecológica²².

Ribeiro (2014) revela que de 2002 a 2010 eleitores de classes privilegiadas não optaram pelo PT, principalmente no segundo turno. Ribeiro (2014) denota que não houve um abandono de grupos privilegiados ao PT em 2006, mas uma tendência desde 2002 em não escolher o partido e a votar no PSDB. Eleitores da classe trabalhadora ampliada preferiram candidatos petistas em todos os anos. Os inseridos na classe destituída aderiram nos primeiros e segundos turnos ao PT apenas em 2006 e 2010, vitalmente nos municípios de menor IDH.

¹⁹ Até 2 S.M e de 2 a 5 S.M.

²⁰ Ribeiro (2014) levou em conta as diferenças no interior do proletariado e também fundiu o que Santos (2002) classificou por “posições de classes privilegiadas”: capitalistas e fazendeiros; especialistas; gerentes e pequenos empregadores e controladores de ativos menores (autônomos urbanos e agrícolas com ativos).

²¹ Sinteticamente, as classes em Ribeiro (2014) foram: classes privilegiadas (capitalista e fazendeiro, pequeno empregador, autônomo, autônomo agrícola, especialista autônomo, gerente e especialista); trabalhadores ampliados (empregado qualificado, supervisor e trabalhador) e destituídos (trabalhador elementar, autônomo precário, autônomo agrícola precário, empregado doméstico, trabalhador de subsistência e excedente).

²² Para King (1997), seria o processo de usar dados agregados para inferir as relações de nível individual quando dados individuais não estão disponíveis. Ribeiro (2014) opta por esta técnica para estimar as opções individuais dos eleitores. A técnica de inferência ecológica reúne procedimentos na aproximação do “[...] conteúdo desconhecido de células em tabelas de contingência ou valores quando só se conhecem os totais das linhas e das colunas das tabelas” (MATTOS, 2004, p.3). Ribeiro (2014) utiliza a técnica pois não seria exatamente a classe ou o território que promulga um voto, mas um indivíduo submerso em uma localização de classe.

Um outro achado prescindiu em dados acurados na produção de informações sociais e políticas para a fração das classes, como a fração do proletariado (RIBEIRO, 2014). Paralelamente, suas conclusões sobre a classe dos destituídos e o comportamento eleitoral ao PT se assemelham em partes ao que propõe Singer (2012) ao subproletariado. Excepcionando o conjunto de municípios mais desenvolvidos em 2010. Municípios de maior amplificação econômica apresentaram uma queda dos índices petista pelos indivíduos destituídos.

Na medida em que uma ou outra estimação de classe demarcou resultados diferentes, conceituar esta em uma abordagem teórica e metodológica específica presume possíveis resultados diversificados, principalmente pela realidade de cada país. Desta maneira, decompor as classes demanda “estratégias metodológicas nas especificidades da formação social brasileira” (RIBEIRO, 2014, p.80).

De acordo com Carvalhaes (2015), a análise de classes distingue um conjunto de contrastes na estrutura de produção de uma sociedade. Quando indicam um grau de poder social semelhante dos indivíduos, tornam-se posições compartilhadas. Nesse enfoque, o processo de estratificação social assume um entendimento relacional das classes. Assumindo um ponto de partida sociológico das classes, Carvalhaes (2015) ilustra que há um tipo de estruturação às desigualdades sociais conectadas a divisão social do trabalho.

Antes de discutir especificamente as classes no Brasil, se fundamenta debater de maneira mais profunda conceitos de mensurações das classes. Algumas pesquisas contemporâneas sobre aferimentos das classes ao comportamento eleitoral e preferências políticas caminham usualmente nos esquemas de classes neo-marxista, equitativamente em Wright (1985), e neo-weberiano, em Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1979) (BREEN, 2005). A corrente neo-marxista demanda as classes pelos critérios das relações de exploração na organização do trabalho, já a neo-weberiana estuda o tipo de contrato que regula as relações trabalhistas (CARVALHAES, 2015).

4.1 Mensurando as classes sociais: uso dos esquemas de classes neo-marxista e EGP ao partidarismo e comportamento eleitoral

Uma parte da literatura envolvendo comportamento eleitoral e partidarismo nos últimos anos usou a ocupação ao mensurar classe (MANZA; HOUT; BROOKS, 1995a). Isso foi realizado tanto em abordagens neo-marxistas quanto neo-weberianas. Os modelos teóricos e empíricos diferenciaram as classes em categorias enfatizando uma abordagem relacional das classes (MANZA; HOUT; BROOKS, 1995a), tratando-as nas relações contraídas na esfera da produção econômica. Desse modo, as classes referenciam a conexão das pessoas com o meio

de produção ou ao mercado de trabalho, sendo isso um determinante para posições sociais e individuais.

As abordagens teóricas estendem o panorama das classes a uma compreensão exímia das suas relações e fragmentações. Se o objetivo da análise de classe for avaliar diferenças básicas nas estruturas das classes do capitalismo, é adequado focar no encadeamento entre trabalhadores e capitalistas. Porém, ao classificar as classes em diferentes lugares, épocas e por microanálises, é necessário outros tipos de conceitos e um conjunto de categorias mais detalhadas (WRIGHT, 2015).

Wright (1985) buscou suprir uma lacuna imposta pela estrutura de classes nas sociedades capitalistas avançadas. Sua preocupação se estabeleceu em trazer robustas evidências para o crescimento de uma “classe média” e equivalentes, na separação da classe operária e os assalariados fora da linha do operariado. Essas ocupações corriqueiramente são agregadas nas classes médias.

Wright (1985) elabora que as “classes médias” mantêm-se em localizações contraditórias nas relações de produção, sendo ao mesmo tempo exploradores e explorados. Um indivíduo pode não ser nem burguês, nem proletário. Por exemplo, alguém em uma localização intermediária de classe pode ocupar um posto de trabalho na direção executiva de grandes empresas, um trabalho gerencial ou de supervisor.

Quem ocupa tal cargo pode ser situado simultaneamente como capitalista e proletário, capitalista por dominar os trabalhadores e proletário por estar controlado e explorado por um capitalista de maior grau hierárquico (WRIGHT, 2015). Apesar de trabalhadores, a autoridade de operários e gerentes é diferente no ambiente de trabalho. No neo-marxismo de Wright (1985), a classe se caracterizaria a um fenômeno relacional. A hierarquia de indivíduos se definiria pelas conjunções de propriedades que geram exploração, posses de habilidades ou expertises no trabalho e pela autoridade na esfera de produção.

Em suma, a representação classista neo-marxista de Wright (1985) se projetaria pela posse dos meios materiais de produção, os ativos de qualificação nas ocupações de trabalho e a autoridade do indivíduo nas relações trabalhistas²³. Importante citar que para Wright (1985; 2015) o seu quadro de classes é relativo a um “mapa das posições de classes”, não sendo essas posições uma “classe” propriamente dita.

²³ A estrutura das classes sociais em Wright (1985) se resume em: capitalistas; pequenos empregadores; pequena burguesia; gerentes especializados; supervisores especializados; especialistas; gerentes qualificados; supervisores qualificados; trabalhadores qualificados; gerentes não qualificados; supervisores não qualificados; trabalhadores não qualificados (WRIGHT, 2015). A tipologia não seria um modelo de várias classes propriamente ditas em uma estrutura de classes, mas para diferenciar posições sociais nas relações de classes (WRIGHT, 2015).

Wright (2015) determina que a classe é uma variável independente importante para um entendimento dos fenômenos sociais, embora, ela não implique ser um fator explicativo a todos os fenômenos. Para Wright (2015), o referencial teórico mais aprimorado e sistemático para as classes se encontra na tradição marxista, apesar de não ser o único caminho de estudá-las. Este defende sua teoria por entender as classes em termos de exploração.

Por um outro viés, Breen (2005) assinala que a ideia de classe weberiana conceitua que os indivíduos em uma classe compartilham de chances de vida em comum e em relação ao mercado. Lipset e Clark (1991) revisam que as chances de vida em Weber são definidas pelo poder das pessoas disporem de diferentes qualificações para obtenção de renda. O esquema de classe neo-weberiano diferenciaria as classes no mercado de trabalho, nas unidades produtivas e nos contratos de emprego (ERIKSON; GOLDTHORPE, 1992). Os empregos se diversificariam pelos empregados, empregadores e autônomos (EVANS; DE GRAAF, 2013).

Em um esquema neo-weberiano, as classes recorrentemente são tipificadas como: a pequena burguesia (pequenos empregadores e empregados autônomos); a classe de serviço (profissionais qualificados e grupos administrativos); a classe com rotina não manual de trabalho (*white-collar workers*) e a classe trabalhadora, subdividida em trabalhadores manuais especializados e não especializados, trabalhadores com rotinas manuais e técnicos (EVANS, 1999).

Erikson e Goldthorpe (1992) pesquisaram o envolvimento entre origem e destino social das classes nas mudanças da estrutura de classes impactando a mobilidade social. Estes usaram dados comparativos da década de 1970 para sociedades industriais nos seguintes países: França, Inglaterra, País de Gales, Alemanha Ocidental, Hungria, Irlanda, Irlanda do Norte, Escócia, Suécia e Polônia. Na abordagem neo-weberiana, a estrutura de classe então se conjectura pelas localizações de classe nas relações de emprego e nas integrações de produtividade do trabalho.

A tipologia neo-weberiana pode ser deliberada em uma variedade de contextos e questões que envolvam classes. Carvalhaes (2015) cita que a proposta neo-weberiana já foi empregada a vários problemas de pesquisas: ao consumo cultural, para trajetórias ocupacionais e a predita mobilidade social. Após o seu desenvolvimento, o modelo começou a ser sugerido aos estudos do comportamento eleitoral e ao partidarismo (NIEUWBEERTA, 1995).

Para Goldthorpe (1980), a estrutura de classe promove um contexto essencial para estudar a mobilidade social. Na definição do autor, posições de classes são arrojadadas pelas relações sociais da vida econômica. Primordialmente, nas relações do mercado e do trabalho. A estrutura de classe no trabalho de Goldthorpe (1980) agregou sete localizações de classes: a classe de serviço, os trabalhadores com rotinas não-manuais, a pequena burguesia, os

agricultores, os trabalhadores qualificados, os trabalhadores não-qualificados e trabalhadores agrícolas.

As classes neo-weberianas baseiam-se ao que ficou conhecido como modelo EGP, alusivo ao trabalho de Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1979). Carvalhaes (2015) avaliou analiticamente e empiricamente o esquema de Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1979) na estrutura de classe do Brasil²⁴. As classes norteariam diferenças no mercado de trabalho e nas oportunidades de vida. As oportunidades de vida são as experiências de segurança ou insegurança econômica, pela oportunidade de prosperar ou fracassar materialmente. Isso é, numa formulação weberiana (CARVALHAES, 2015).

O quadro do EGP se preocupa em distinguir as classes na natureza dos empregos, no contrato e regulação do trabalho. Na definição neo-weberiana de classe em Erikson e Goldthorpe (1992), os tipos de contratos se centralizam nos contratos de serviços ou de trabalhos, podendo ser contratos mistos. Nas relações de contrato de serviço, os trabalhadores atuam com uma autoridade delegada pelo empregador ou expertise especializada para a sua organização de trabalho (EVANS; DE GRAAF, 2013).

O contrato de trabalho determina-se por tarefas específicas e inspecionadas, menor estabilidade de emprego e possibilidades de mobilidade econômica. O contrato de serviço proporciona maior estabilidade a longo prazo, promoções, segurança, e, frequentemente, “tarefas conectadas a ativos de conhecimentos e expertises” (CARVALHAES, 2015, p.676). Um outro tipo seria o trabalhador por conta própria, com autonomia e controle das suas condições de trabalho²⁵.

As relações de serviço diferenciam os trabalhadores. Nessa condição, os empregados prestariam um serviço ao seu empregador em troca de compensações, não apenas pelo salário, e sim, por outros fatores. Evans (1999) cita as oportunidades de progressões na carreira. O custo

²⁴ Sinteticamente, embora ressalte a importância do EGP para a literatura, os resultados de Carvalhaes (2015) expõem que o esquema de classes funcionaria apenas parcialmente aos dados brasileiros. Segundo Carvalhaes (2015, p.697): “a tipologia não teria padrões claros de associação para as fronteiras de classe que pretende captar”. O objetivo de Carvalhaes (2015) findou-se em medir se o modelo EGP focado em mercados de trabalhos estrangeiros se sustentaria ao Brasil. Nesta presente dissertação, adapto o EGP para computar ao petismo. Diferentemente de Carvalhaes (2015), não pretendo testar explicitamente e isoladamente a validade do EGP. Manza, Hout e Brooks (1995a) destacam que nos estudos do comportamento eleitoral classista a variável de classe deve ser testada aos padrões de votação, não por outros sentidos, como no tamanho de uma classe.

²⁵ Com o EGP e dados da Pesquisa Nacional das Dimensões Sociais da Desigualdade, Carvalhaes (2015) estabeleceu as posições de classes através da ocupação e a dimensão de autoridade de trabalho de indivíduos entre 25 e 65 anos no Brasil. Seu desenho das classes se define nas ocupações: profissionais (alto nível/baixo nível); não manual de rotina; serviços e vendas; conta própria com e sem empregados; supervisores do trabalho manual; trabalhador manual qualificado/não qualificado; trabalhadores agrícolas; conta própria agrícola. Além das variáveis de ocupação e autoridade no trabalho, Carvalhaes (2015) fez uma análise de classes latentes a outras variáveis, como ao número de horas trabalhadas. Para essa última, o autor ajustou quatro classes latentes: empregado setor público; empregado com carteira de trabalho; empregado sem carteira de trabalho; conta própria; empregador.

para uma progressão é que o empregado terá uma atuação de controle e supervisão aos trabalhadores de menor posto. Todavia, a circunstância de emprego exige um conhecimento especializado e experiência ao serviço exercido (ERIKSON; GOLDTHORPE, 1992). A caracterização da “classe de serviço” em Erikson e Goldthorpe (1992) mantêm-se pela ideia da cooperação de empregados de classe média com seus empregadores (WRIGHT, 2015).

A cooperação ocorre na função estratégica do funcionário das organizações, numa construção de lealdade corporificada por meio de pagamentos e bonificações (WRIGHT, 2015). O conjunto de categorias de classes é familiar tanto no arranjo de classes neo-marxista quanto no neo-weberiano (EVANS, 1999). Lipset e Clark (1991) afirmam que Wright (1985) incorporou na sua teoria neo-marxista a multidimensionalidade neo-weberiana. Para Evans (1999), este maior conjunto de localizações de classes, como no modelo EGP, foi prudente aos estudos das classes ao comportamento eleitoral e preferências partidárias.

Manza, Hout e Brooks (1995a) expõem que analistas do comportamento eleitoral atestaram empiricamente com um modelo baseado no EGP que o voto de classe em países europeus desde 1964, como no caso Britânico, demonstraram uma “flutuação sem tendência” dos índices, não um declínio absoluto. A flutuação dos índices explicaria o voto de classe no pós-guerra. De acordo com Manza, Hout e Brooks (1995a), os autores Evans, Heath e Payne (1991) e Goldthorpe (1994) confirmaram isso por esquemas de classes similares ao EGP.

Evans e De Graaf (2013) utilizaram uma aproximação ao EGP²⁶ e justificam o seu uso para minimizar aspectos não observáveis da heterogeneidade de classes. Estes usam a estrutura do EGP por relatarem ser mais pertinente que uma simples dicotomia de trabalhadores manuais e não manuais. Indicadores mais simples não permitiram perceber as variações nas posições de classes, para além da categoria manual e não manual do trabalho. As conclusões de Evans e De Graaf (2013) sobre a escolha partidária classista são de um período de tempo de declínio moderado, uma estabilidade e consecutivamente outro declínio mais acentuado.

Algumas considerações da abordagem neo-marxista se igualam na neo-weberiana. Por exemplo, na especificação de localizações de classes de gerentes e especialistas ao conceito de classe de serviço (WRIGHT, 2015)²⁷. Para Wright (2015), a principal diferença entre as teorias

²⁶ O esquema de classes de Evans e De Graaf (2013) categoriza-se por ocupação em: ocupações de alto serviço (profissionais qualificados e trabalhadores gerenciais qualificados), baixo serviço (profissionais não qualificados e trabalhadores gerenciais não qualificados), trabalhadores de rotinas não manuais, pequena burguesia (autônomos, pequenos empresários e agricultores), supervisores, trabalhadores manuais qualificados e não qualificados (incluindo trabalhadores agrícolas).

²⁷ A diferença na categorização da ocupação em Wright (2015) ao delineamento neo-weberiano é ter a classe dos gerentes e especialistas entendida a uma relação de poder e dominação, e não apenas de privilégio. Ou seja, não só pelo lugar que ocupam no mercado de trabalho. No entanto, Wright (2015) situa seu conjunto operacional na matriz da estrutura de classes não diferindo muito do quadro de Erikson e Goldthorpe (1992).

é a perspectiva neo-weberiana não vincular as classes ao problema da exploração e interesses antagônicos. A diferença de classe neo-weberiana não requer uma dominação de uma classe em si, mas por responsabilidades no mercado de trabalho.

Todavia, Wright (2015) sinaliza que em conjuntos empíricos, sua matriz da estrutura de classes pode ser utilizável tanto por referência neo-marxista, quanto neo-weberiana. É relatado que as suas esferas empíricas “podem ser consideradas um híbrido daquelas convencionalmente encontradas nas análises de classes marxista e weberiana” (WRIGHT, 2015, p.153). Assim, sendo possível interpretar classes empiricamente de forma neo-weberiana ou híbrida (WRIGHT, 2015). No geral, as classes em Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1979) e Wright (1985) contemplam a avaliação da ocupação, do poder gerencial e da habilidade (qualificação) ao trabalho (SANTOS, 2005).

4.1.1 Mensurando as classes sociais no Brasil

Scalon e Ribeiro (2001), investigando a mobilidade social brasileira adaptaram a tipologia de Erickson, Goldthorpe e Portocarero (1979)²⁸. Com um panorama de classe aproximado ao EGP, agregaram as ocupações e as distinguiram pela renda, no grau de segurança econômica, nas possibilidades de avanço na carreira e grau da autonomia ao desempenhar atividades de ocupação (SCALON; RIBEIRO, 2001). Fizeram uso de sete posições de classes, recorrendo a dados sobre a ocupação de trabalho dos respondentes e de seus pais, a partir das PNADs de 1973, 1988 e 1996.

Santos (2005) apresentou uma classificação socioeconômica para o Brasil ao analisar os efeitos da desigualdade de classe nas distâncias de rendas. Em uma perspectiva sociológica de aferimento e conceituação das classes, utilizou-a no monitoramento da estrutura social com dados da PNAD de 2002. Buscando expandir o modelo analítico de Wright (1985), Santos (2005) incorporou elementos de inatividade econômica para resolver o problema de indivíduos excluídos do mercado de atividade empregatícia.

Santos (2005) usou a inatividade econômica para lidar ao caso do Brasil, onde se encontra um contingente de autônomos precários e destituídos do mercado de trabalho. Os segmentos de classes por Santos (2005) foram abordados nas funções do trabalho, associando-

²⁸ Utilizaram as localizações de classes: profissionais, administradores e gerentes (*service relationship* ou relação de trabalho envolvendo delegação de autoridade aos empregados); trabalhadores não manuais de rotina (relação de trabalho num menor nível de delegação de autoridade aos empregados); pequena burguesia ou pequenos proprietários com ou sem empregados (empregadores ou empregados por conta própria; empregadores e proprietários rurais; técnicos e supervisores do trabalho manual e trabalhadores manuais qualificados (um grau mínimo de delegação de autoridade); trabalhadores manuais não qualificados (contrato de trabalho restrito); trabalhadores manuais não qualificados no setor rural (contrato de trabalho restrito).

se também aos processos de destituição econômica de uma parcela dos trabalhadores. Tendo as adaptações inspiradas na abordagem neo-marxista, o seu quadro de classes foi testado pela ocupação do trabalho ou *status* do emprego, a partir da terminologia da *PNAD*. O autor delimitou categorias de classes para empregador; auto-empregado; empregado; empregado doméstico e trabalhador excluído da produção²⁹. Este último é considerado como trabalhador excluído ou excedente do processo produtivo do trabalho.

Segundo Santos (2014), há um número significativo de trabalhadores brasileiros destituídos que não se inserem nos modos coletivos do trabalho ou são excluídos do mercado. Santos (2010) optou pelo neo-marxismo para um entendimento da heterogeneidade social do Brasil. Assim, procurou debater as características de classe no processo de opressão e exploração de classe em várias dimensões: pelas posses, habilidades e outros bens de capital. Primordialmente, para a mensuração dos trabalhadores destituídos e autônomos precários.

Empregando o panorama de classes de Wright (1985) e Santos (2005; 2010), Ribeiro (2014) avaliou o voto de classe no Brasil, como resenhado previamente. Ribeiro (2014) justificou este esquema de classes para não agregar posições de classes diferentes a rendas similares no mesmo estrato social. Ribeiro (2014) apontou isso como um problema na categorização de classe de Singer (2009). Embora a ideia de classe destituída se assemelhe ao pressuposto de subproletariado, suas distintas medições partem de conceituações díspares.

Os diferentes conceitos das classes, sejam nos esquemas neo-weberianos e neo-marxistas, ou nas adaptações ao caso brasileiro, objetivam um escrutínio metodológico das classes a algum fenômeno social. Isso foi elementar nas avaliações sobre o partidarismo e comportamento eleitoral, de acordo ao que foi debatido no levantamento da literatura. Consecutivamente, pesquisas desenvolveram uma mensuração empírica ampliada do conceito de classe.

Ao analisar a variável de classes sociais e o partidarismo ao PT para 2010, Ribeiro (2018) abordou se as classes estavam associadas não apenas ao petismo, mas na afinidade política com Lula, conceituando ao lulismo³⁰. O partidarismo, na perspectiva de Ribeiro (2018),

²⁹ Pela *PNAD*, distinguiu as posições de empregador; empregado; trabalhador por conta própria e empregado doméstico. Santos (2005) desagregou sociologicamente as categorias ocupacionais para transformar as variáveis da *PNAD* em sua tipologia. As classes para Santos (2005) se expandem em: “capitalistas e fazendeiros; pequenos empregadores; conta-próprias não agrícolas; especialistas auto-empregados; gerentes; empregados especialistas; empregados qualificados; supervisores; trabalhadores; trabalhadores elementares; conta-próprias precários; empregados domésticos” (SANTOS, 2005, p.38).

³⁰ Ribeiro (2018) contou com questões sobre a situação ocupacional e os ativos de trabalho (qual tipo de trabalho realizam) dos indivíduos para mensurar as classes no *Latinobarômetro*, tal qual a ótica neo-marxista. O autor reorganizou categorias de classes do *Latinobarômetro* por *proxies*, como *proxies* da condição de destituição social (acesso a comida e rendimentos mensais) (RIBEIRO, 2018). Para o lulismo, Ribeiro (2018) considerou uma escala de avaliação pessoal de Lula. Ao petismo, selecionou a pergunta: “por qual partido se sentem mais perto”.

assume uma característica relacional, demarcando resultados distintos para aqueles que se aproximam do lulismo e não ao petismo.

Ribeiro (2018) constrói seu campo de análise avaliando se os indivíduos conseguem distinguir as suas posições de classe aos partidos, candidatos e governantes. Sinteticamente, se as preferências aos partidos e escolhas de candidatos baseiam-se por uma “consciência de classe” e se as ofertas de alternativas políticas se diferenciariam em termos classistas (RIBEIRO, 2018). Especificamente, se há diferenças na base social de classe do lulismo e do petismo. Ribeiro (2018) usou o *Latinobarômetro* nas ondas de 2007 e 2010 para levantar seus dados.

Ribeiro (2018) contou com grupamentos baseados na estrutura de classes de Wright (2000) e Santos (2005). A escolha da tipologia ocorreu para melhor avaliar a adesão de indivíduos precários a Lula e ao PT. Para evitar grupamentos de classes com poucos casos no *Latinobarômetro*, Ribeiro (2018) agregou as localizações de classes em três: as classes privilegiadas, a classe trabalhadora ampliada e a classe trabalhadora destituída³¹.

Nos seus resultados, a diferença de classe foi significativa apenas ao lulismo. Nas ondas de 2007 e 2010 há índices expressivos de destituídos entre os lulistas. O petismo não foi significativo pelas categorias de classes, e sim, o partidarismo ao PT sobreveio para além do pertencimento a uma classe em específico. Em 2010, há menos destituídos petistas aos números do *Latinobarômetro* (RIBEIRO, 2018). Contudo, os desfechos de Ribeiro (2018) ao petismo são expostos apenas ao ano de 2010, pois somente nesse ano há perguntas concernente a preferência partidária.

Para a significância da variável de classe, Ribeiro (2018) selecionou uma regressão logística nas razões de chances ao petismo e lulismo com outras quinze variáveis independentes. As variáveis significativamente associadas ao lulismo em 2007 foram a aprovação governamental, a classe, a auto localização social, a visão positiva sobre distribuição de renda e a auto localização ideológica. Ao petismo: a visão positiva sobre distribuição de renda, a aprovação da situação econômica e ao governo. As bases sociais do lulismo se diferenciaram das bases do petismo pelas classes, sendo o petismo não expressivo.

As conclusões de Ribeiro (2018) sobre o lulismo refletem as de Singer (2009). Seus resultados sobre o petismo e as classes sociais assemelham-se com as afirmativas de Samuels

Elaborou uma variável binária: os que escolhem o PT e aqueles que possuem simpatias por outros partidos, somando-se aos que não têm preferências por nenhuma legenda.

³¹ De forma ampla, suas localizações de classes: privilegiados (empregadores urbanos, fazendeiros, profissionais, gerentes e conta-próprias com ativos); trabalhadores (trabalhadores e supervisores); destituídos (agricultores e autônomos precários, desempregados e trabalhadores elementares) (RIBEIRO, 2018).

e Zucco (2018), apesar da mensuração de classe utilizada por estes autores ser criticável por Ribeiro (2018). Para Samuels e Zucco (2018), composições demográficas, crucialmente as classes sociais, não foram significativas ao petismo e a uma diferenciação de petistas e antipetistas. Samuels e Zucco (2018) classificam a renda dos indivíduos juntamente com a escolaridade para aferimento das classes.

Analisando se o petismo foi associado a classe trabalhadora em 2002 nos dados do *ESEB*, Samuels (2004) também concluiu que a clivagem não foi significativa, embora afirme que a sua hipótese foi imprecisa na adoção de suas categorias de classes. A hipótese vinculando a classificação de emprego e da renda ao petismo em 2002 foi insustentável, e, a única característica social ao petismo em 2002 foi a escolaridade. A classe socioeconômica não se aliaria ao petismo.

Como expus, Samuels e Zucco (2018) sentenciaram que as classes não se associaram ao petismo. Entretanto, promulgaram a classe por intermédio da renda, o que foi criticado na literatura contemporânea do voto e preferências políticas de classes, como pela “terceira geração” de Nieuwbeerta (1995). O trabalho de Ribeiro (2018), mesmo que amplie um quadro empírico das classes, dispôs apenas da onda de 2010 do *Latinobarômetro*, por conta da limitação do banco de dados.

Para Ribeiro (2019), as classes sociais foram determinantes para diferenciar o voto de classe no Brasil de 2002 a 2018. A metodologia do autor dispõe de uma adaptação ao EGP, acrescentando a classe destituída, tendo referencial de Santos (2005) e Wright (2000). A razão da incorporação dessa especificidade na estrutura de classe se dá pelos motivos vistos no seu trabalho de 2018 sobre o lulismo e petismo. A mensuração de classe assimila-se com a pesquisa de Heath (2009) sobre o voto de classe na Venezuela. Heath (2009) acrescentou outras ocupações ao EGP, considerando os autônomos e os trabalhadores em situação de destituição social, como frisou Ribeiro (2019).

Para o voto de classe, Ribeiro (2019) usou as intenções de voto, adotou o índice Thomsen e regressões logísticas nos dados do *CESOP/Datafolha*. Em Heath *et al* (1991), o índice foi utilizado ao comparar múltiplos pares de classes decorrente do EGP, algo que também ocorreu em Ribeiro (2019). Ribeiro (2019) sinaliza que houve coalizações de classes nas bases eleitorais dos candidatos. Coalizações de classes com um gradativo aumento da intenção do voto à direita e diminuição à esquerda em todos grupamentos de classes. A gradação à direita foi refletida por um realinhamento da classe de empresários e profissionais liberais a partir de 2006. Em 2018, apenas os autônomos e destituídos preferiram o candidato petista, embora, num

menor percentual de todos os anos. Ribeiro (2019) conclui que a base eleitoral petista se distingue em termos classistas.

Nieuwbeerta e De Graaf (1999) investigaram dados de vinte países em um período de 1945 a 1990, recorrendo aos índices Alford, Thomsen e um esquema de classes do modelo EGP. Nieuwbeerta e De Graaf (1999) avaliam se um ou outro arranjo de classe detalhado leva a conclusões diferentes em relação as tendências na votação de classe. Deliberam que a classificação dos países pelo EGP é semelhante ao obtido no uso de um modelo de classes manual e não-manual, com o índice Alford e Thomsen. As várias medidas de votação em classe produziram conclusões similares aos países em termos de votação de classe.

Ao verificarem a opinião pública estadunidense em *Class Differences in Social and Political Attitudes in the United States*, McCall e Manza (2011) afirmaram que resultados empíricos distintos sucederiam pelo fato das investigações sobre opinião pública conceituarem diferentemente as classes sociais e não conseguirem captar toda a extensão da estratificação econômica e social. Para McCall e Manza (2010), a ocupação no mercado de trabalho pode ser um indicador mais estável do *status* socioeconômico e da visão política e ideológica dos indivíduos. Manza, Hout e Brooks (1995a) citam que o desenvolvimento de uma variedade estatística no voto de classe da ciência política produziu estimativas de magnitudes diferentes e mudanças nas conclusões da associação da classe ao voto.

Intento contribuir com estes achados da ciência política testando a variável de classe me baseando na tipologia construída no trabalho de Ribeiro (2018; 2019) e nos dados do CESOP/DataFolha, banco de dados encontrado na pesquisa de Samuels e Zucco (2018) e Ribeiro (2019). Todavia, não pretendo realizar um comparativo estrito a uma ou outra categoria tipológica, apenas, expandir resultados empíricos para o petismo em uma série histórica. Nesse sentido, avalio se o PT conseguiu se diferenciar de outros partidos com uma simpatia partidária em distintas classes. Ou seja, se o PT mobilizou o petismo por meio de uma composição social classista.

5 METODOLOGIA

Os bancos de dados de *surveys* nacionais possuem limitações a perguntas que possam se vincular ao conceito de classes e ao partidarismo, a partir da tipologia e dos problemas metodológicos de classes discutidos anteriormente. Assim, torna-se propício uma avaliação cuidadosa na escolha do banco de dados. Primordialmente, optar por um banco que tenha questões referentes a ocupação dos indivíduos no mercado de trabalho e sobre o seu partido de

preferência. Justifico isso para suprir a lacuna apontada por Ribeiro (2014; 2018; 2019) ao trabalho de Singer (2009; 2012), em que agregou classes inadvertidamente pela renda.

Ribeiro (2018) já sinalizava o contratempo da escolha do banco de dados. Segundo o autor, as variáveis necessárias na construção do seu quadro de classes não aparecem em todas as ondas do *Latinobarômetro*, impedindo um maior recorte temporal. O *Latinobarômetro* não é pertinente aos meus objetivos, pois as perguntas envolvendo preferência partidária não são encontradas anteriormente a 2010³².

A limitação de dados disponíveis não ocorre apenas ao caso brasileiro, também foi um estorvo para a primeira geração dos estudos sobre voto de classe e preferências políticas (NIEUWBEERTA, 1995). Sucessivamente, um problema para os pesquisadores realizarem robustas arguições empíricas em suas análises comparativas. Os trabalhos dessa geração focaram em padrões bivariados de classes, o que tornou-se um obstáculo para uma exímia comparação entre diversos países e banco de dados (NIEUWBEERTA, 1995).

Havendo isto, dois pontos são cruciais para uma associação e significância das classes sociais ao petismo: uma escolha adequada do banco de dados e da tipologia de classe. Para suprir esses desafios, opto em utilizar os dados do *CESOP/DataFolha*, pois seus questionários possuem perguntas sobre a preferência partidária, além de outras sobre ocupação que facilitam a aplicação de esquemas de análises de classes. A partir delas, elaboro uma tipologia de classes inspirada pelo modelo EGP. De acordo com Ribeiro (2019), o banco de dados do *CESOP/Datafolha* é propício a um mapa de classes semelhante ao EGP, pois captura incipientemente os tipos de contratos de trabalho dos indivíduos.

A escolha pelo banco de dados se deu na seguinte forma: para os anos eleitorais, utilizo os dados mais próximos da véspera do segundo turno. Para os anos não eleitorais, seleciono bancos com maiores N, pois se aproximariam das pesquisas da véspera do segundo turno, em que, demandam maior disponibilidade de recursos e entrevistados. Delibero isto para não ocorrer discrepâncias aos dados de anos eleitorais e não eleitorais. Os seguintes surveys foram usados: 2002 (Código CESOP/Datafolha da pesquisa: 02496) – Data da pesquisa (mês/ano): 10/2002); 2003 (02502 – 12/2013); 2004 (02508 - 08/2004); 2005 (02619 – 01/ 2005); 2006 (02549 – 10/2006); 2007 (02557 – 11/2007); 2008 (03367 – 03/2008); 2009 (03280 – 12/2009);

³² No caso, perguntas específicas ou que se aproximam da avaliação do partido de preferência dos indivíduos. Há perguntas uniformemente à “para qual partido o eleitor optaria no dia das eleições”, mas não necessariamente adequado a um partidarismo. Como exposto em Ribeiro (2018), há um problema pelo fato do Brasil possuir eleições majoritárias e proporcionais, não sendo possível compreender a resposta dos entrevistados ao partidarismo. Destacando o fato do eleitor optar por um partido nas eleições presidenciais e escolher outro para eleições diversas.

2010 (03284 – 10/ 2010); 2012 (03372 – 10/2012); 2013 (03925– 10/2013); 2014 (03864 – 10/2014); 2015 (04412 – 11/2015); 2016 (04417 – 07/2016); 2017 (04421 – 04/2017); 2018 (04575 – 10/2018). O recorte a partir de 2002 justifica-se em razão de anos anteriores não possuir perguntas referentes ao modelo de mensuração de classe proposto juntamente com o partidarismo.

Os respectivos bancos de dados são empregados nos gráficos 1, 2 e 3. Não foi logrado os anos de 2011 e 2012. O ano de 2011 por não possuir dados referentes ao partidarismo e 2012 por demonstrar valores atípicos em comparativo aos outros anos. Samuels e Zucco (2018) também selecionaram os dados do *CESOP/Datafolha* no trabalho sobre o petismo e afirmaram não existir associação entre classes e partidarismo ao PT. Ao contrário de Samuels e Zucco (2018), que utilizam a renda como uma *proxy* para classes, modelo a variável nesse banco de dados a partir de um desenho alternativo de classes. Dialogo com Samuels e Zucco (2018) para saber se mesmo em uma categorização de classes diversas as suas encontro conclusões divergentes.

Ribeiro (2018; 2019) acrescentou em seu aferimento de classe os trabalhadores destituídos, por meio do conceito de Santos (2005; 2010). Considero prudente realizar isso nesta presente dissertação, pois a complexidade da estrutura social brasileira impõe uma maior diferenciação da classe trabalhadora para aqueles fora do mercado de trabalho. Dessa maneira, o delineamento de classe é baseado em Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1979) e acrescentando a categoria de classe dos autônomos e trabalhadores precários, incorporando medidas de classes neo-marxistas, do mesmo modo que Ribeiro (2019). O referido aferimento é adequado aos dados do *CESOP/Datafolha* e para diferenciar as localizações de classes na especificidade da sociedade brasileira.

A escolha por um panorama de classes ao esquema EGP em um acréscimo de autônomos e precários se define por se adequar a perguntas disponíveis nos bancos de dados. Embora o mapa de classes seja com aporte teórico em Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1979), não presumo usar estritamente este plano de classe, mas adaptações que resultam em uma tipologia que compartilha aspectos tanto das abordagens neo-weberiana quanto da neo-marxista. Wright (2015) afirmou ser possível adequar modelos híbridos (neo-weberiano e neo-marxista) em um quadro empírico de classes. Assim, visto desenvolver um arranjo de classes ainda não verificado ao petismo aos anos de 2002 a 2018.

Como frisado, delibero os anos pelo fato de apenas a partir de 2002 conter perguntas específicas sobre a ocupação dos indivíduos no mercado de trabalho e ao partidarismo e por marcar o início da gestão do PT na presidência. Considero não apenas os anos eleitorais, mas

os dados dos questionários que contenham perguntas concernente a ocupação individual e a preferência partidária de 2002 a 2018³³. Para computar as preferências partidárias, faço uso da seguinte pergunta incluída nos *surveys* dos anos apurados (respostas espontâneas e não estimuladas): “Qual é o seu partido político de preferência?”. Mediante o recorte, avalio o perfil dos que têm predileção pelo PT, especialmente nas classes sociais.

Adaptando o esquema de classes neo-weberiano de Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1979), em que classifica as classes sociais no contrato de trabalho, ocupação e na situação de mercado, modelo as classes sociais por intermédio da ocupação e escolaridade³⁴. Selecionei empregar a qualificação educacional, pois níveis mais elevados de capital escolar são facilitadores de situações de trabalho mais estáveis e, por extensão, de melhores condições de vida. Em uma posição de ocupação similar, os níveis educacionais facilitam a sua diferenciação.

Dessa forma, para distinguir os autônomos com ativos educacionais pertencentes às classes privilegiadas e os indivíduos autônomos destituídos de ativos econômicos, utilizo a variável de escolaridade. Indivíduos de ocupações privilegiadas no mercado de trabalho e alta escolaridade (ensino superior e pós-graduação) serão ordenadas para as classes privilegiadas. O grau de baixa escolaridade (até o ensino médio) diferenciará os funcionários públicos na classe dos trabalhadores para os da classe de serviço (alta escolaridade), onde os que possuem ativos educacionais se enquadram.

Faço uso de um esquema de classes baseado em quatro agrupamentos: empresários e profissionais liberais (empresários e autônomos com qualificação superior); classe de serviço (profissionais contratados com ativos educacionais nos setores privados e públicos – adaptação ao caso brasileiro); trabalhadores (indivíduos com contratos do tipo *labour contract* ou funcionários públicos semelhantes à funções manuais de rotina de trabalho); autônomos e precários (indivíduos com alta informalidade, autônomos sem qualificação, situação de precariedade, desemprego e desalento).

Para o questionário do *survey* do *Cesop/Datafolha* dos anos analisados, as ocupações de trabalho dos indivíduos estão divididas na “População Economicamente Ativa (PEA)” e “Não PEA”. As ocupações da PEA em tal tipologia adotada estão divididas em: assalariado

³³ Os anos de 2011 e 2012 não foram utilizados. Em 2011 o *CESOP/DataFolha* não realizou pesquisa envolvendo ocupação e preferência partidária. Em 2012 há *outliers* no banco de dados.

³⁴ Para um levantamento de dados sobre ocupação, uso as respostas da pergunta do *CESOP/Datafolha*: “Atualmente, você trabalha? (Se Sim) Qual é a sua ocupação principal? (A partir da ocupação identificar a situação). Se não, você só estuda, é aposentado, é dona-de-casa ou está desempregado? Se desempregado, “está procurando emprego ou não?”. Para a escolaridade: “Até que ano da escola você estudou?”. A última pergunta possui 8 respostas estimuladas: indo de Analfabeto a Pós-Graduação. Para mais detalhes, ver *CESOP/DATAFOLHA* (2019).

registrado; assalariado sem registro; funcionário público; autônomo regular (Paga ISS); profissional liberal (autônomo universitário); empresário; free-lance/bico e outros (espontânea). Na pesquisa é considerado os “Não PEA”: desempregados e os desalentados, aqueles desempregados que não procuram emprego. A seleção por apenas duas categorias de “Não PEA” se dão referencialmente ao trabalho de Santos (2005), tal qual Ribeiro (2019) pressupôs. Sinteticamente, examino as classes sociais de acordo com o quadro:

Quadro 1 - tipologia de classes sociais no Brasil (2002 a 2018)

EMPRESÁRIOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS	CLASSE DE SERVIÇO (QUALIFICADO)	TRABALHADORES	AUTÔNOMOS E PRECÁRIOS (SEM QUALIFICAÇÃO)
Empresários	Assalariado Registrado	Assalariado Registrado	Desempregado (NÃO PEA)
Autônomo Regular	Funcionário Público	Assalariado sem registro	Desempregado (PEA)
Profissional Liberal	Outros (empregados com alta qualificação)	Funcionário Público	Autônomo sem qualificação
-	-	-	Free-Lance/Bico

Fonte: elaboração própria a partir dos *surveys* do CESOP/DataFolha aos anos de 2002 a 2018.

O grupamento dos empresários e profissionais liberais é composto por empresários e autônomos com qualificação de escolaridade superior. A classe de serviço é formada por assalariados registrados e profissionais contratados (*service relationship*) com ativos de qualificações educacionais nos setores privado e público que se assemelham a funções não manuais de rotina, sendo este último, uma adaptação do delineamento neo-weberiano ao caso brasileiro. Os trabalhadores são os indivíduos com contratos de trabalho do tipo *labour contract* e funcionários públicos e assalariados com funções manuais de rotina. No grupamento dos autônomos e precários estão os autônomos sem qualificação, incluso os trabalhadores em situações de desemprego e aqueles destituídos que não compõe a PEA.

Mensuro os padrões de associação entre partidarismo e classe adaptando o índice Thomsen. Citado anteriormente, o índice seria a probabilidade de trabalhadores manuais votarem à esquerda em vez de à direita dividido pelas chances de trabalhadores não-manuais fazerem o mesmo (NIEUWBEERTA; DE GRAAF, 1999). Operacionalizo o índice na probabilidade dos entrevistados em uma classe preferirem o PT, contra a probabilidade de outra posição de classe exercer o mesmo. Padronizando isto a partir do logaritmo natural da razão de chances comparando pares de agrupamentos classistas. Por exemplo, considero a probabilidade em razões de chances de indivíduos localizados em autônomos e precários simpatizarem ao PT em vez de outros ou nenhum partido, contra as chances de empresários e profissionais liberais.

Determino o percentual de indivíduos no partidarismo ao PT ao longo de um recorte de 2002 a 2018 tendo a perspectiva de uma série histórica com dados da simpatia partidária ao PT no interior de cada classe. Recorro a dados descritivos do petismo em série histórica (percentagem de petistas em cada grupamento de classe). Faço o emprego de uma regressão logística para os anos de 2002, 2010, 2015 e 2018. Para a regressão, a variável resposta é o petismo (petistas e não petistas, estes como partidários de outros partidos e sem identificação partidária). Além da classe, utilizo as covariáveis de sexo, escolaridade, idade, região e avaliação governamental. Estas funcionam como controle em relação ao impacto da variável de classes.

Justifico a escolha destas variáveis por demarcarem significâncias ao petismo e estarem apropriadas na literatura sobre análises das preferências partidárias no Brasil, como no trabalho de Ribeiro (2018) e Samuels e Zucco (2018). Recorro o modelo da regressão apenas aos anos de 2002, 2010, 2015 e 2018 pelo fato de sentenciar momentos cruciais ao petismo, como o ano da chegada à presidência, a troca de candidatos, o período de impeachment de Dilma Rousseff e a derrota eleitoral em 2018. Estes anos apresentaram variações significativas ao petismo. Os referidos bancos de dados do *CESOP/Datafolha* foram utilizados: 2002 (Código CESOP/Datafolha da pesquisa: 02496) – Data da pesquisa (mês/ano): 10/2002); 2010 (03286 – 09/ 2010); 2015 (04412 – 11/2015); 2018 (04572 – 08/2018). Estes bancos também foram selecionados por apresentarem nos seus questionários perguntas referentes ao modelo da regressão proposto.

As categorias de referências da regressão estão identificadas sem os valores de *odds ratio* (OR) na tabela. As categorias de idade (16 - 34; 35 - 59; > 60) foram agregadas desta maneira para padroniza-las nos questionários do *CESOP/DataFolha* a todos os anos selecionados. A categoria de região Norte/Centro-Oeste está agregada de acordo como realizado pelo próprio *survey*. O critério de agregação da categoria de avaliação governamental em “Ótimo – Bom” seguiu os parâmetros dos que avaliavam o governo como “Ótimo” ou “Bom” e a categoria “Negativo – Regular” para as respostas dos entrevistados classificadas como “Ruim”, “Péssima” ou “Regular”.

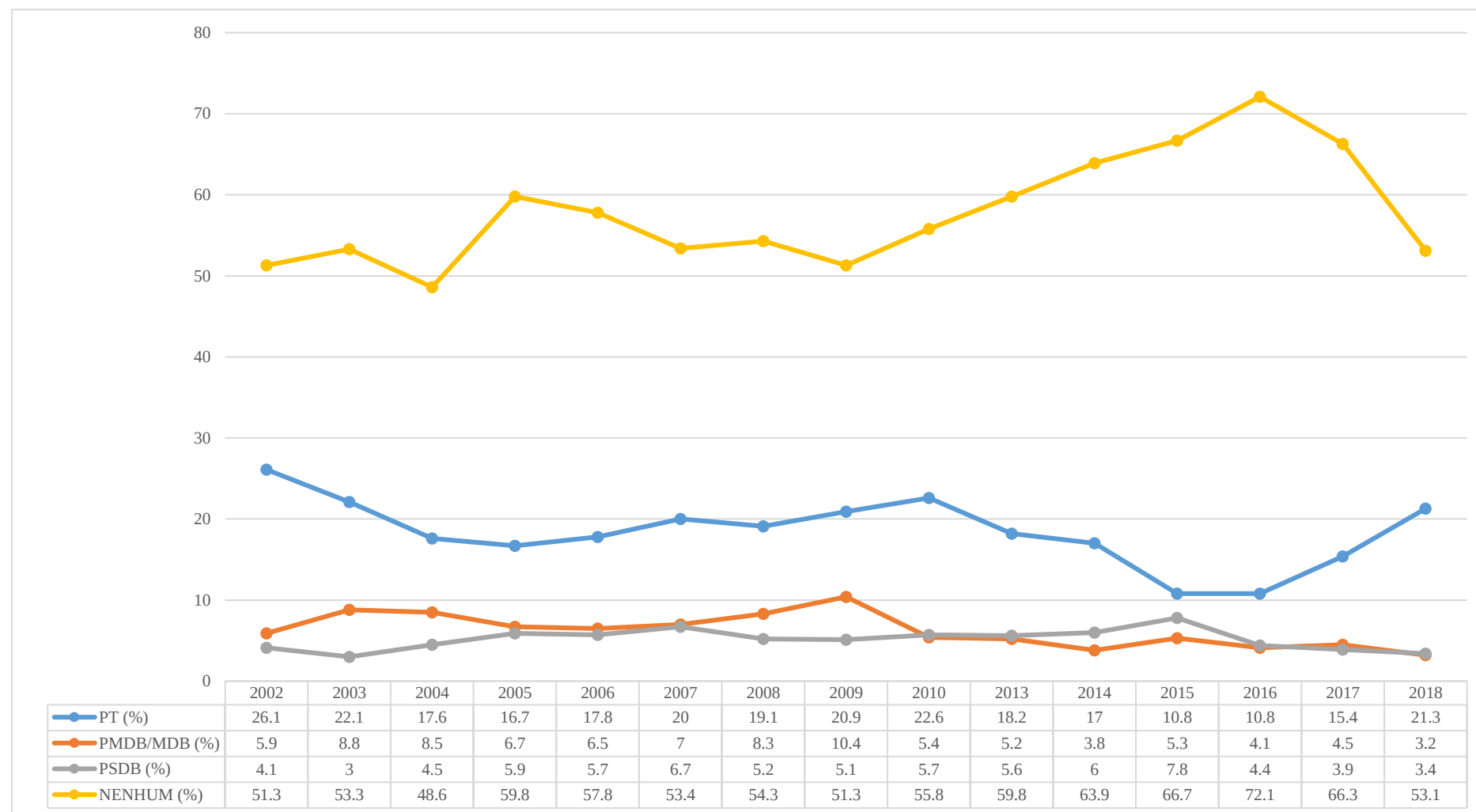
Resumidamente, analiso a relação entre petismo e classes sociais no Brasil em uma série histórica por meio de dados descritivos e do índice Thomsen, além de elaborar um modelo de regressão ao petismo. Pelo motivo dos estratos de rendas econômicas estarem demasiadamente agregadas nos dados do *CESOP/DataFolha*, as classes sociais por meio da ocupação são uma alternativa para analisar a possível associação com o petismo, ao passo que as demais covariáveis funcionam como controles para tal associação.

A metodologia que emplaco se nivela nas estratégias de pesquisas utilizadas em Ribeiro (2014; 2018; 2019), Heath *et al* (1991) e Heath (2009) para o problema da mensuração das classes sociais e sua significância. O mapa de classes usados pelos autores correspondem aos meus propósitos ao petismo, esmiuçando a realidade da estrutura de classes brasileira. Dado que o trabalho de Ribeiro (2019) avaliou o voto de classe por um amoldamento de classes do EGP, no uso de regressão e do índice Thomsen, anseio contribuir aos seus achados empíricos para a variável do petismo. Além de colaborar com Samuels e Zucco (2018) com uma tipologia de classes alternativa ao partidarismo petista.

A escolha por metodologias e teorias encontradas em outros trabalhos justificam-se por se enquadrar na agenda contemporânea de produções sobre partidarismo, voto e clivagens sociais no Brasil. As abordagens “contemporâneas” com o EGP e índices Thomsen ou Kappa ocorrem ao que Nieuwbeerta (1995) chamou de terceira geração de estudos sobre preferência partidária e voto de classe. Para Nieuwbeerta (1995), os autores Goldthorpe (1994) e Brooks, Hout e Manza (1995b), apontaram alternativas para lacunas desta temática na ciência política. Isso se deu pelo fato de se valerem de um detalhado e padronizado esquema de classes (EGP) em comparativos entre países. Além dos benefícios de utilizarem modelos lineares de razões de chances (*odds-ratios*), como índices Kappa e Thomsen.

6 ANÁLISES DAS PREFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS NO BRASIL A PARTIR DAS CLASSES SOCIAIS NO PERÍODO DE 2002 A 2018

Considero pertinente avaliar se houve variações das preferências partidárias no Brasil nos últimos anos nos bancos de dados selecionados, principalmente no momento da ascensão e declínio do petismo, feito a discussão da literatura nesta dissertação. Assim, oportunizo observar se há um aumento ou diminuição do partidarismo para além das classes. O gráfico 1 apresenta resultados para o PT, PSDB, PMDB/MDB e Nenhum Partido. Outros partidos conceberam preferências partidárias estatisticamente insignificantes.

Gráfico 1 - Preferências partidárias no Brasil (2002 a 2018)

Fonte: elaboração própria a partir dos surveys do CESOP/Datafolha aos anos de 2002 a 2018.

De acordo com os dados apresentados no gráfico 1, observa-se uma baixa taxa de partidarismo. Os resultados descritivos refletem o que foi visto na literatura abordada no segundo capítulo, em Veiga (2007), Braga e Pimentel (2011) e Gimenes (2015). Em 2004, há um decréscimo da taxa de nenhuma preferência partidária para 48,6%, porém, o percentual tende a aumentar no ano posterior, alcançando 59,8%. Isso pode ser relacionado aos escândalos do mensalão, que potencializou uma imagem de cultura política para a corrupção (FILGUEIRAS, 2013), afetando a preferência aos partidos. Contudo, é necessário um tratamento empírico adequado para tal associação.

De 2006 a 2009 decai a preferência a nenhum partido, sendo em 2009 com 51,3%. Em 2010, ano do fim do segundo mandato de Lula, a taxa de partidarismo ao PT também cai em proporções consideráveis. No entanto, não há uma grande progressão a outros partidos, e sim, um avanço entre aqueles que responderam não nutrir simpatia por nenhum partido. Neste ano de 2010, a taxa por nenhum partido foi de 55,8%. Ao ano de 2016, esta atinge exorbitantes 72,1%. Seguidamente, acontece uma queda do percentual. Em 2018, é marcada por 53,1%. Ainda assim, um valor considerável de preferência por nenhum partido. Porém, isso não significa um demasiado antipartidarismo, feito que os dados refletem a não preferência partidária. A avaliação do antipartidarismo exigiria outros aportes metodológicos, algo que não está diretamente no escopo desta dissertação.

Uma parcela do partidarismo nos *surveys* considerados foi relacionada ao PT. Deste modo, reverberando Samuels (2004; 2006), Veiga (2011), Samuels e Zucco (2018), Ribeiro (2018), Krause, Lameirão e Paiva (2016), Gimenes *et al* (2016) e outros debatidos no capítulo 2. Carreirão e Kinzo (2004), a partir de dados do *Instituto DataFolha*, afirmaram que o PT desde 1998 demonstrou ser o partido de maior preferência partidária no Brasil. O crescimento do petismo ocorre consecutivamente a sua fundação, nos esforços da construção de sua marca partidária, organização interna e capilaridade com a sociedade civil organizada (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

O petismo apresentou o seu maior percentual em 2002, com 26,1%, ano da sua primeira vitória eleitoral na presidência. Nos anos de 2003 e 2004 houve uma diminuição, tendo em 2005 um pequeno índice: 16,7%. Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) declararam que a denúncia do mensalão fez decrescer os níveis de partidarismo petista. Apesar do ano ser sentenciado pelo mensalão, o impacto não foi sentido aos anos seguintes. Em 2006, se designa um pequeno crescimento do petismo a 17,8%. A partir de 2007 há elevação do índice, chegando a 22,6% em 2010.

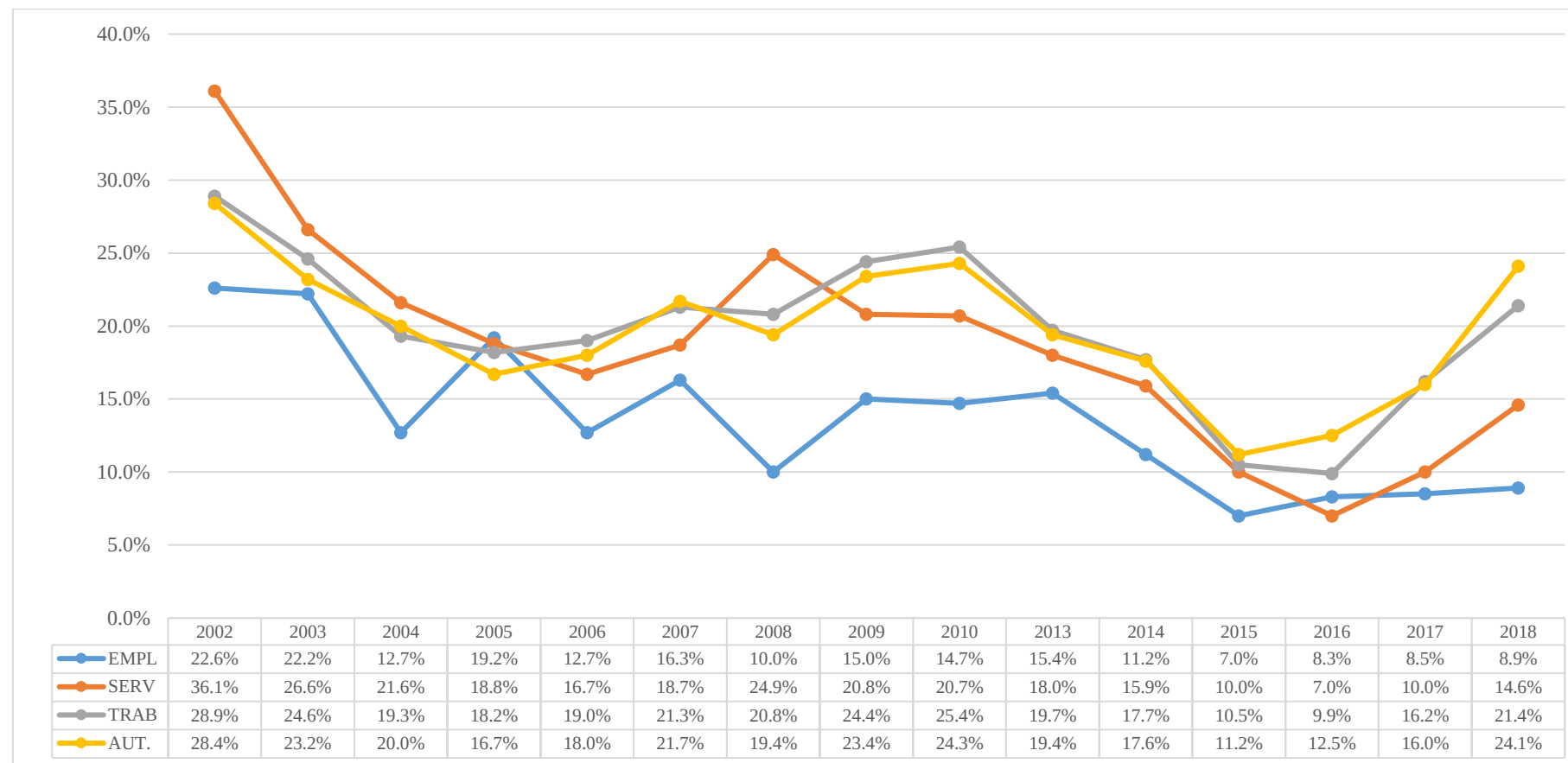
Todavia, os valores começaram a cair desde 2013. Em 2016 é denotado o menor percentual da série ao petismo: 10,8%. É notável que após a saída de Lula e chegada de Dilma Rousseff ao poder, o partido não conseguiu manter uma estabilidade dos índices do petismo e nem aumentá-lo significativamente. Os resultados refletem o que foi exposto nos capítulos anteriores. As marchas populares em 2013, os escândalos da Lava-Jato, a ofensiva jurídica contra o partido, a perda de aliados políticos, os ataques nas mídias sociais e o *impeachment* de Dilma foram alguns dos acontecimentos que podem ter impedido a alavancada do petismo.

Em 2017 e 2018 se observa um pequeno acréscimo no percentual do petismo e uma queda dos índices de nenhuma preferência partidária. Os 66,3% de preferência a nenhum partido em 2017 decaem a 53,1% em 2018. O desdobramento do petismo se dá a 15,4% em 2017 para 21,3% em 2018. No ano de 2018, as eleições presidenciais foram tangenciadas com campanhas personalistas e ataques diretos ao PT, tal qual fez o candidato Jair Bolsonaro, até então filiado a um partido sem expressão na sociedade. Isso pode ter potencializado um partidarismo ao PT, principalmente entre aqueles que se opunham ao candidato eleito em 2018.

Para Ribeiro (2019), nas eleições de 2018 estiveram presentes maus índices econômicos, má avaliação governamental e proliferação de movimentos massivos de rua à direita, algo que não ocorreu em eleições anteriores. Outro evento marcante no ano foi a prisão de Lula, colocando o PT nos holofotes das mídias e da sociedade, possivelmente aumentando a preferência e rejeição petista. Gimenes *et al* (2016, p.128) afirmaram que “a partir de 2014 e com intensidade em 2015 e 2016, protestos de rua assumiram caráter de ataque e defesa do governo petista”. Dado que o partido sobrepõem os índices de preferências partidárias no Brasil e em 2017 e 2018 se defendeu de adversários com sua marca partidária, não é de se espantar um aumento do petismo.

Contudo, essas considerações não intentam realizar conclusões casuísticas aos dados descritivos. É factual que na série histórica nenhum outro partido conseguiu uma maior predileção partidária. Um partido que conseguiu se aproximar do índice do petismo foi o PSDB em 2015, ano posterior da acirrada e polarizada eleição contra o PT, que venceu o segundo turno por 51,64% dos votos válidos. Em 2015, o PSDB esteve à frente de ações políticas e marchas populares pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. Nesse ano, a preferência ao PSDB alcançou 7,8%, contra 10,8% do PT. Excepcionalmente a 2015, nenhum outro partido nos anos observados atingiu percentuais próximos do petismo.

6.1 Análise do petismo a partir das localizações de classes sociais

Gráfico 2 - Posições de classes sociais e preferências partidárias ao PT (petismo) (2002 a 2018)

Fonte: elaboração própria a partir dos surveys do CESOP/DataFolha aos anos de 2002 a 2018.

O gráfico 2 mostra uma certa variação da preferência partidária ao PT, principalmente na classe de serviço e dos autônomos e precários. O máximo dos percentuais ao petismo no primeiro ano da série foi de 36,1% pela classe de serviço em 2002, e o mínimo de 8,9%, para empresários e profissionais liberais em 2018, último ano da série. Decorrendo os anos, o índice dos indivíduos da classe de serviço ao petismo diminuiu consideravelmente até 2006, com 16,7%. A partir de 2007 há uma sutil progressão, alcançando 20,7%. De 2013 em diante o percentual volta a despencar, denotando 7%, o menor da série da classe.

Os dados da classe de serviço são compatíveis com a expansão do petismo, ao ter uma aproximação com setores de empregados qualificados apoiando a campanha petista em 2002. Nota-se que a simpatia ao PT nesta categoria de classe não foi mantida durante o início da gestão do governo Lula. Porém, mesmo após as acusações em escândalos de corrupção, o número volta a crescer, supostamente a uma aprovação da gestão de Lula. Para Paiva (2007), houve uma correspondência de relação da aprovação do governo e identificação ao PT em 2006. A literatura da área indica que em 2013 setores da dita classe média e profissionais qualificados estiveram presentes nas marchas populares de junho (RIBEIRO, 2019). Como visto no gráfico 2, a partir desse ano, o percentual do petismo despencou nessa classe, sinalizando que estes trabalhadores acompanharam a onda da erosão do petismo.

A menor simpatia partidária ao PT na posição de classe no mercado de trabalho se deu aos empresários e profissionais liberais. Se em 2002 a taxa bateu 22,6%, em 2015 desmorona. O ano de 2015 foi de intensificação da mobilização ao *impeachment* de Dilma Rousseff com apoio do empresariado brasileiro, como empresários da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Na segunda gestão de Dilma, os empresários e profissionais liberais denunciavam uma má gestão econômica do PT e entraves ao setor produtivo. Em 2015, a FIESP expôs uma pesquisa com 91% dos entrevistados em alta direção das indústrias apoiando o processo do *impeachment*³⁵. No mesmo ano, lideranças petistas acusavam o grande empresariado de promoverem um golpe a Dilma ao emplacarem um governo neoliberal de Michel Temer.

Por um *trade-off* eleitoral, o PT acoplou uma mobilização ao empresariado em sua campanha desde 2002. A divulgação da “*Carta ao Povo Brasileiro*” para conquistar o mercado financeiro e o empresariado permeou a diluição da “Alma de Sion”, nos termos de Singer (2012). Todavia, o único ano da série em que empresários e profissionais liberais apresentaram o maior índice ao petismo adveio em 2005, ano de polêmicas ao governo Lula. Buscando frear

³⁵ (AGÊNCIA INDUSNET FIESP, 2015).

uma crise no governo, Lula mobilizou uma aproximação a esse grupamento de classe neste ano. Contudo, a pequena diferença com o percentual de outras classes não determina que isso proporcionou um alinhamento partidário do empresariado ao PT. Em 2006 cai novamente a 12,7%. O que é factível pelos dados, apesar das tentativas de aproximações nas estratégias do PT, foi a menor preferência partidária do partido ocorrendo entre o empresariado e profissionais liberais.

Os trabalhadores demonstraram oscilações nas taxas do petismo. Em 2002, atingiram 28% de partidarismo ao PT, terminando a série em 2018 com 21,4%. Porém, diminuiu o percentual no decorrer dos anos, chegando a pontuar 9,9% em 2016, ano marcado por marchas populares antipetista com conteúdo ideológico da direita. No final do governo Lula, o petismo consagrou 25,4% das preferências partidárias dos trabalhadores. Após 2010 os índices diminuem até 2017, subindo moderadamente a 16,2%.

Se nos anos 1990 o PT se aproximou de setores do sindicalismo e do operariado, o mesmo não conseguiu uma expansão do petismo na classe trabalhadora a partir da sua primeira gestão na presidência nestes dados apresentados. O PT instaurou em sua campanha e gestão presidencial, primordialmente na era Lula, ações políticas em prol da classe trabalhadora. Apesar da regularidade do índice nessa localização de classe até a crise do petismo iniciada em 2013, o partido não conseguiu um partidarismo massivo daqueles que carrega no seu próprio nome.

O aumento de empregos formais, da renda e do consumo na classe trabalhadora na gestão petista se paralela com a boa aprovação do governo Lula, terminando o seu mandato em 2010 com 80% de aprovação governamental e 66% de reconhecimento do combate ao desemprego, de acordo aos dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do *Ibope*³⁶. Singer (2018) narra que uma massa de trabalhadores fez uso de serviços antes destinados apenas a classe média, por exemplo, viagens de avião e ingresso em universidades públicas e privadas. Independentemente dos dados positivos, o PT não conseguiu mobilizar demasiadamente os trabalhadores ao petismo a uma identidade de classe, analogamente aos dados descritivos.

Os indivíduos autônomos e precários não apresentaram índices muito diferentes do que foi exposto pelas posições da classe trabalhadora. A maior taxa foi a de 2002, obtendo 28,4%, e a menor em 2015, com 11,2%. Durante as duas primeiras gestões presidenciais petistas, a preferência partidária classista oscilou, havendo uma queda a 16,70% em 2005 no término da primeira gestão e um aumento a 24,30% no final da segunda. Após o governo Dilma, a taxa

³⁶ (CNI/IBOPE, 2019). Dados de dezembro de 2010.

reduz a 12,50% em 2016. No ano de 2018, os autônomos e precários ultrapassaram os índices de todas as outras classes, portando 24,10%.

Se o fenômeno do lulismo aproximou os indivíduos destituídos e precários à figura de Lula, igualmente concebido por Singer (2009) e Ribeiro (2018), isso não incidiu abundantemente ao petismo, a partir dos dados e do esquema de classes exposto no gráfico 2. A estratégia do governo petista na inclusão de precários em políticas públicas e redução da desigualdade social não proporcionou uma conversão de autônomos e precários ao petismo, em termos de classes. Apesar de em 2018, o PT ter conseguido uma maior preferência partidária desta localização de classe. Se no trabalho de Singer (2009) é ponderado um realinhamento eleitoral do subproletariado pelo lulismo, nos dados apresentados se nota um moderado partidarismo classista dos precarizados ao PT.

A principal diferença do apoio partidário pelas classes sobreveio entre os empresários e profissionais liberais com a classe dos autônomos e precários, primordialmente em 2018. Para 2018, o índice de empresários e profissionais liberais ao PT bateu 8,90% contra 24,1% do petismo dos autônomos e precários. A adesão das preferências dos destituídos do mercado de trabalho e aditivos educacionais ao petismo reflete o que foi exposto no segundo capítulo. Diante da ofensiva judicial, midiática e empresarial ao PT, os autônomos e precários sinalizaram um moderado petismo, se comparado a classes privilegiadas.

Dados significativos de uma classe se deram na categoria da classe de serviço, começando a série com 36,1% em 2002 e terminando com apenas 14,6%. A ligação do PT aos grupos de empregados qualificados se diluiu drasticamente desde 2002. Isso repercute a familiaridade que o PT alcançava na primeira vitória eleitoral do governo Lula com setores do funcionalismo público, empregados com ativos de qualificação e intelectuais. Para outras classes, com exceção dos pares empresários contra autônomos e destituídos, a curva do petismo de certa forma se assemelha, como visto para a composição de trabalhadores e autônomos e precários.

O enraizamento dos partidos na sociedade é um indicativo da sua força em um sistema partidário. A força pode ser operacionalizada via uma análise das clivagens sociais de classes ao partidarismo. Se percebemos que não há grandes diferenças das preferências, em termos sociais, significa que o partido que possui maior partidarismo não tem sentido enquanto diferenças de classes. O petismo poderia ser explicado por outras variáveis, como as diferenças regionais, por exemplo. Terron e Soares (2010) já afirmaram ter ocorrido uma migração do petismo para a região do nordeste.

6.2 Análise do Índice Thomsen

Gráfico 3 – Índice Thomsen nas razões de chances de ser petista entre categorias de classes (2002 a 2018)



Fonte: elaboração própria a partir dos surveys do CESOP/DataFolha aos anos de 2002 a 2018.

Como exposto previamente, os resultados do índice Thomsen demonstram as chances de ser partidário do PT (petista) comparado com as chances de não ser petista (entre aqueles que escolhem outros partidos ou não demonstram afinidade com qualquer partido). Parto em um comparativo através do logaritmo natural da razão de chances aos pares de classes entre empresários e profissionais liberais vs classe de serviço; empresários e profissionais liberais vs classe trabalhadora; e empresários e profissionais liberais vs autônomos e precários.

O gráfico 3 expõe uma tendência de concentração aos distintos pares de classes. Os resultados nas ondas do gráfico assemelham-se, excepcionando os anos de 2002, 2008, 2016 e 2018. Outros anos que se destacam são os de 2005, 2013 e 2017. Em 2002, as razões de chances de indivíduos localizados na classe de serviço nutrirem maiores simpatias ao PT contra as dos empresários e profissionais liberais alcança 0,66. O índice diminui ao ano de 2003 e atinge o maior índice da série em 2008. Para este ano, trabalhadores da classe de serviço possuíram uma maior probabilidade ao petismo em comparativo com os empresários e profissionais liberais. Isso reflete o maior afastamento desta última categoria de classe ao petismo, despencando nos índices nos anos subsequentes.

Aos anos de 2005 e 2016, os índices chegam a obter resultados negativos. Nesse caso, a classe de serviço possuiu maiores chances de não ser partidária de nenhum ou de outros partidos a ter preferência partidária ao PT. A composição Empres. (Empresários e profissionais liberais) vs Serv. (Classe de serviço) demarcou -0,03 em 2005. Ao ano de 2016, esta mesma composição de classe delineou -0,19 *log odds ratio*. Ou seja, quando há resultados negativos, como em 2005 e 2016, há maiores chances das categorias de classes não serem petistas. Em 2005, todas as categorias de classes permearam resultados negativos. Para 2016, a comparação entre Empres. vs Trab. (Trabalhadores) e Empres. vs Aut. (Autônomos e precários) não atingiu resultados negativos, embora, com modestos valores de 0,19 e 0,46.

Para o comparativo entre Empres. vs Trab, excluindo o resultado negativo de 2005, o menor índice se dá em 2016, com o já citado 0,19, e o maior índice em 2008, obtendo 0,86. O índice da série para essa composição de classe inicia com 0,33 em 2002 e termina com 0,63 em 2018. Estes dados apresentam uma baixa probabilidade das razões de chances da classe trabalhadora aderir ao petismo, mesmo num comparativo com a classe dos empresários e profissionais liberais. Nos dois últimos anos da série, o índice progride, entretanto, com um aumento limitado.

Em 2018, o maior índice se pontua no comparativo entre Empres. vs Aut., resultando em 0,92, o maior valor da série para o comparativo entre estas classes. Neste ano, como discutido na literatura e visto nos dados do gráfico 2, há uma maior preferência dos autônomos

e precários ao petismo. Assim, este último índice demarca esta maior chance de preferência dos indivíduos em situação de precariedade social ao petismo e a não preferência petista dos que ocupam setores mais privilegiados da sociedade. Desde o ano de 2014, os índices dos pares de Empres. vs Aut. estão na liderança da série, porém, levando em conta os resultados de todos os anos, a categoria dos autônomos e precários não demonstrou uma preferência continua ao petismo, comparado aos empresários e profissionais liberais.

De acordo com os resultados dos índices Thomsen expostos, é observado que a variável de classe repercutiu uma limitada tendência de razões de chances ao petismo, mesmo entre categorias de classes mais antagônicas, dado entre empresários e profissionais liberais contra autônomos e precários. Os valores negativos em anos problemáticos ao petismo, como 2005 e 2016, acentuam a não preferência partidária ao PT em termos de classes. Nos outros anos, há uma concentração de tendências com pouca diferenciação nas ondas de todos os pares de classes.

Assim, os pares de classes tenderam a preferir o petismo relativamente com um mesmo padrão, com exceção aos anos citados. Apesar de 2018 significar um aumento da preferência de autônomos e precários ao petismo em comparativo aos empresários e profissionais liberais, o partido não permeou um alinhamento classista entre as categorias comparativas de classes. No trabalho de Ribeiro (2019), os resultados do índice Thomsen denotam resultados mais expressivos nas intenções de voto de classe para o segundo turno das eleições presidenciais. Desta forma, a variável de voto de classe assumiu uma perspectiva diferente à variável do petismo.

6.3 Análise da regressão logística

Tabela 1 – Regressão logística ao petismo (2002; 2010; 2015; 2018)

(Continua)

Variáveis	2002	2010	2015	2018
Classes				
Empresários e P.L.				
Serviço	1.561** (0.291)	1.526** (0.318)	1.114 (0.448)	1.623** (0.389)
Trabalhadores	1.601*** (0.275)	1.344 (0.257)	1.254 (0.468)	1.562* (0.359)
Autônomos e prec.	1.633*** (0.282)	1.297 (0.250)	1.187 (0.443)	1.898*** (0.433)
Sexo				
Mulher				
Homem	1.255*** (0.0833)	1.193** (0.0890)	1.203 (0.180)	1.218** (0.103)

Tabela 1 – Regressão logística ao petismo (2002; 2010; 2015; 2018)

(Continuação)

Variáveis	2002	2010	2015	2018
Escolaridade				
Ensino Fundamental				
Ens. Médio	1.552*** (0.114)	1.088 (0.0922)	1.155 (0.214)	0.810** (0.0832)
Ens. Superior	1.822*** (0.217)	0.893 (0.123)	0.851 (0.235)	0.650*** (0.0969)
Idade				
16 - 34 anos				
35 - 59 anos	0.958 (0.0654)	0.909 (0.0726)	1.283 (0.204)	0.876 (0.0813)
> 60 anos	0.566*** (0.108)	0.709** (0.122)	0.509 (0.231)	0.820 (0.144)
Região				
Sudeste				
Sul	0.761*** (0.0781)	0.678*** (0.0667)	0.978 (0.239)	0.746* (0.124)
Nordeste	0.825** (0.0696)	0.979 (0.0889)	1.459** (0.272)	2.052*** (0.208)
Norte/Centro-Oeste	0.752*** (0.0813)	0.840 (0.116)	0.952 (0.197)	1.214* (0.140)
Avalia.Gov.				
Negativo-Regular				
Ótimo-Bom	0.331*** (0.0301)	5.176*** (0.671)	5.957*** (1.132)	0.712 (0.167)

Fonte: elaboração própria a partir dos *surveys* do CESOP/DataFolha aos anos de 2002, 2010, 2015 e 2018. *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$. Erro Padrão entre parênteses.

A variável de classe social demonstrou significância ($p < 0,01$) aos anos de 2002 e 2018 nas classes dos trabalhadores e dos autônomos e precários em relação à categoria de referência de empresários e profissionais liberais. Para o ano de 2002, as categorias da classe trabalhadora e dos autônomos e precários denotaram um sentido positivo. Os indivíduos imersos na classe trabalhadora possuíram 1,601 *odds ratio* (OR) ($p < 0,01$) de serem petistas em 2002. Neste mesmo ano, os autônomos e precários obtiveram 63% chances de petismo a mais do que a categoria de referência. Assim, houve uma aproximação de *odds ratio* dessas categorias de classes ao petismo em conforme à categoria de referência de empresários e profissionais liberais em 2002.

Além de 2002, a categoria dos autônomos e destituídos demarcaram uma significância positiva em 2018, com 1,898 *odds ratio* e $p < 0,01$. Apesar dos resultados significativos para estes anos, essa localização de classe não externou uma polarização entre as diferenças de

classes sociais durante todos os anos selecionados. Posto isto, nota-se um relativo petismo para as categorias das classes dos trabalhadores e autônomos e precários e não maiores chances de um alinhamento. Isto reflete o que foi visto no gráfico 2 e 3, principalmente para a categoria de classe dos autônomos e precários.

Em 2002, os homens exprimiram 1,255 OR ($p < 0,01$) de adesão ao petismo, porém, nos outros anos, a variável não foi significativa em relação à categoria de referência. Assim, homens não manifestaram uma categoria significativa ao petismo, tendo outras variáveis efeitos mais reveladores. A categoria de sexo foi elucidativa ao PT no trabalho de Ribeiro (2019), mas na intenção ao voto e para as mulheres, em que execraram 91% a mais de chances de intenção de voto ao candidato petista. De acordo com os dados da regressão, a categoria de homens não dispôs de chances significativas num sentido oposto, de maiores chances de não associação ao petismo.

A escolaridade foi significativa nos anos de 2002 e 2018, sendo significativamente negativa neste último ano. Os indivíduos com escolaridade até o ensino médio e do ensino superior salientaram 55% e 82%, respectivamente, maiores chances de preferências ao petismo em 2002. Para 2018, possuir escolaridade superior diminuiu em 35% as chances de petismo, assegurando o distanciamento dos mais escolarizados ao petismo. Os resultados da regressão sobre a escolaridade se coadunam com Kinzo (2005), ao demonstrar que a preferência partidária do petismo tendia a ser maior com eleitores de elevada escolaridade em 2002. Singer (2010) e Samuels e Zucco (2018) revelaram que essa situação se reverteu, tendo o petismo ganhado adesão dos menos escolarizados desde o impacto positivo das políticas da gestão presidencial de Lula.

As chances de ser petista não foram consecutivas para a idade dos entrevistados, excetuando o ano de 2002. Para este ano, possuir 60 anos de idade ou mais caracterizou uma significância negativa à preferência partidária ao PT. Estar localizado nesta categoria de idade rendeu 43% menos chances de nutrir uma aproximação ao petismo. A variável não foi significativa para os outros anos, tendo como categoria de referência idades de 16 a 34 anos. Dessa maneira, possuir idades acima desta categoria não denotou impactos expressivos ao petismo, isentando o ano de 2002.

Nota-se na tabela de regressão que as regiões decorreram sentidos diversos ao petismo. Ser morador da região Sul demandou menores chances em ser petista, tendo uma significância negativa em 2002 e 2010. Em 2002, a categoria do Sul possuiu 0,761 OR ($p < 0,01$) ao petismo, e em 2010, 0,678 *odds ratio* ($p < 0,01$). Outras regiões significativamente negativas ao petismo

em 2002 foram a Norte/Centro-oeste, com 25% menos chances de nortistas e centro-oestinos aderirem ao petismo em relação a sudestinos.

A única categoria regional com significância positiva ao petismo ao longo dos anos selecionados encontra-se no Nordeste do país. Os nordestinos desenvolveram 2,052 OR ($p < 0,01$) a ser petista em 2018. A magnitude significativamente positiva deste resultado manifesta a aproximação desta região ao PT como êxito de políticas públicas do governo federal. Em 2002, os eleitores de todas as regiões tinham menos chances do que a do Sudeste em ser partidário do PT. E, 2018, com o Nordeste, isso se inverte.

Veiga (2011) retratou a partir de 2006 que o perfil do petismo cresceu substancialmente no Nordeste. Isso também ocorreu na base eleitoral petista. Terron e Soares (2010) afirmaram que em 2006 houve uma mudança geográfica na base eleitoral das eleições presidenciais do PT, onde o percentual dos votos teria aumentado nos municípios nordestinos. Nicolau (2014) constata que essa base eleitoral se manteve na gestão de Dilma, possuindo um alto índice de votos no Nordeste. A base eleitoral petista foi massiva no Nordeste nas últimas décadas, mas em termos de associação ao petismo o resultado da regressão demonstrou uma significância positiva do Nordeste apenas ao ano de 2018.

Avaliar positivamente o governo exprimiou uma aproximação ao petismo nos anos de 2010 e 2015. As chances de ser petista foram de 5,176 *odds ratio* ($p < 0,01$) entre aqueles que avaliaram o governo como “Ótimo” e “Bom” em 2010. No trabalho de Ribeiro (2018), a aprovação governamental foi significativamente positiva ao petismo no ano de 2010. Para o ano de 2015, identifica-se 5,957 OR ($p < 0,01$) na tabela de regressão. Neste conturbado ano ao PT, o petismo foi significativo apenas na categoria dos que aprovavam a gestão presidencial petista. Outro valor significativo intercorreu em 2002, onde os indivíduos que estimavam o governo de Fernando Henrique Cardoso tiveram 67% menos chances de se declararem petistas. Ao ano de 2018 não sobreveio resultados significativos nesta categoria.

A regressão atesta que as classes sociais com os efeitos das variáveis de controle presumiram o relativo petismo entre a categoria da classe trabalhadora e dos autônomos e precários aos anos de 2002 e 2018. Buscando não superestimar as classes ao petismo, as variáveis de controle em relação à classe, de sexo, escolaridade, região e avaliação governamental desenvolveram significâncias positivas nas preferências partidárias ao PT em determinados anos. Todavia, não caracterizaram um alinhamento para todos os anos, e sim, variações positivas e negativas, sendo as variáveis de avaliação governamental e de região com maiores magnitudes ao petismo.

7 CONCLUSÃO

Como visto no capítulo 1, as clivagens sociais entre capital e trabalho exerceram uma centralidade aos sistemas partidários. Avaliar se uma clivagem de classe proporcionou um alinhamento partidário efetua-se verificar se classes desprivilegiadas são mais relativas aos partidos de esquerda, comparado a outras classes (NIEUWBEERTA, 1995; EVANS, 1999; WEAKLIEM; ADAMS, 2011). Por conseguinte, analisei as possíveis associações entre o petismo nas localizações das classes sociais. Para realizar isto, ponderei uma leitura sobre o sistema partidário e as preferências partidárias no Brasil, os entraves para a sua estabilidade e o caso do petismo. Ademais, explorei os argumentos de críticos e defensores da variável de classe nos estudos eleitorais e de preferências políticas.

Apesar da variável de classe ter sido considerada não significativa ao petismo em outros estudos da ciência política (SAMUELS; ZUCCO, 2018), reconheci a crítica de autores defensores da importância das classes ao partidarismo. Para autores como Manza, Hout e Brooks (1995a) e Evans (1999), a não significância das classes para o voto e preferências partidárias estaria atrelada pela forma de mensuração das classes. Dialogando com Ribeiro (2014; 2018; 2019), julguei computar o petismo com uma mensuração de classes alternativa, dado que análises de classes ao partidarismo no Brasil frequentemente utilizaram a renda como parâmetro.

Outros pontos críticos à significância das classes estiveram demarcados na literatura, como novas formas de atuações políticas, mudanças no perfil do eleitorado, não atuação classista dos partidos, dentre outros. À vista disso, ao analisar as preferências partidárias brasileiras, observei na literatura da área o caso do petismo na fundação, expansão e mudanças políticas e sociais em torno do PT. O partido se consolidou com uma forte base social, mas não para apenas uma categoria ou grupo social, se aproximando de distintas classes sociais ao longo de sua história.

Alguns fatores tendem a influenciar uma maior ou menor conexão do partidarismo nas classes sociais. Manza, Hout e Brooks (1995a) criticaram os autores que associaram a queda dos percentuais do voto e partidarismo classista pelas mudanças do tamanho das classes e não pelo padrão do voto e preferência partidária. Evans e De Graaf (2013) expuseram uma perspectiva de “cima para baixo” que o agente da mudança de um padrão de classe é mais político, ao invés da estrutura da composição social. Exemplarmente, por uma possível diminuição do tamanho da classe trabalhadora alterando esta composição.

Neste sentido, delinee a análise das categorias de classes direcionadas a preferências partidárias, não efetivamente avaliando as mudanças na estrutura social das classes, como a

diminuição ou aumento de uma determinada categoria. Analisar se houve uma mobilidade social, progressão ou decréscimo do número de trabalhadores precários necessitaria um distinto aporte metodológico, algo não realizado nesta dissertação. O enfoque apresentado se integrou nas variações do petismo nas categorias de classes, nas mudanças nas estratégias do PT e fatores políticos relacionados aos partidos e preferências partidárias no Brasil.

Ainda que tenha citado para fins teóricos modelos de clivagens sociais de outros países, tal qual o de Lipset e Rokkan (1967a), não considerei comparar estes ao fenômeno do partidarismo brasileiro. Segundo Keck (1991), os tipos de condições do desenvolvimento dos partidos de massas e da classe trabalhadora europeia não se aplicariam ao Brasil, pelo fato da diferença do nível de industrialização e por fatores institucionais e políticos. Para Keck (1991), a diferença do surgimento do PT para partidos de massas europeus está na distinção de épocas. O “clássico” operário industrial estava em declínio na Europa e ainda em expansão no Brasil.

No entanto, Ribeiro (2014; 2019) demonstrou com uma mensuração da complexidade contemporânea das classes que essa variável é importante na compreensão do comportamento eleitoral das eleições presidenciais brasileiras. Singer (2009) e Ribeiro (2018) também firmaram que as classes se associaram na base social do lulismo. Dessa maneira, o teste da variável de classe ao petismo por uma mensuração de classe alternativa se presumia pertinente. Todavia, os resultados expostos nos tópicos anteriores confirmaram a menor influência dessa variável ao petismo.

Embora os resultados não tenham realizado um comparativo entre outros fenômenos políticos, concluo que as bases do partidarismo no Brasil se diferenciam das bases do comportamento eleitoral e do lulismo classista, caso seja levado em conta os resultados apresentados na revisão da literatura. Apesar de modesta, a diferença das preferências partidárias de classes se designou entre os estratos privilegiados e precários da sociedade. Isso se assemelha ao afastamento do que convencionou-se chamar de classe média ao PT e a aproximação de camadas sociais desfavorecidas nas duas últimas décadas.

A diferença de classes ao petismo foi circunscrita entre os empresários e profissionais liberais aos autônomos e precários e no afastamento dos empregados da classe de serviço, principalmente ao ano de 2018, em que indivíduos da classe de serviço evidenciaram apenas 10% ao petismo. A simpatia partidária de trabalhadores ao PT refletiu as taxas dos indivíduos autônomos e precários. Porém, a variação da taxa do petismo de autônomos e precários não predizem afirmar que há um completo alinhamento, sendo o maior percentual com 28,4% em 2002 e o menor com 11,2% em 2015.

No segundo capítulo foi demarcado aspectos limitantes para as preferências partidárias brasileiras, não apenas para um partidarismo classista. Além dos entraves institucionais do sistema partidário e eleitoral, o personalismo e do baixo partidarismo no Brasil, elementos políticos exerceram considerações ao petismo. É importante frisar que, embora o PT não tenha tido um alinhamento de classes ao partidarismo, o petismo conseguiu se mobilizar por outros fatores, mesmo em condições institucionais e políticas adversas.

Em termos de classes, podemos visualizar uma flutuação sem tendência nas taxas do petismo no período de 2002 a 2018. Ribeiro (2019) denotou que Heat *et al* (1991) utilizaram o conceito de voto de classe relativo. O voto de classe relativo em séries históricas permite observar “variações de perdas e ganhos de popularidade dos partidos e candidatos entre diferentes posições classistas” (RIBEIRO, 2019, p.11). A série histórica demonstrada nesta dissertação expõe uma semelhança ao conceito, tendo um partidarismo relativo ao PT a partir das diferenças de classes, embora não um alinhamento ou declínio.

Os resultados sobre o não alinhamento das diferenças de classes ao petismo reforçam os achados da pesquisa de Samuels e Zucco (2018) e Ribeiro (2018). Dessa forma, mesmo com uma mensuração de classes alternativa e um banco de dados mais propício a uma análise de classes e partidarismo, o petismo não sucedeu inteiramente como um fenômeno classista. Ressalvando o relativo apoio da diferença de classe de grupos de classes privilegiadas e precárias no último ano da série, em que empresários e profissionais liberais posicionaram 8,9% de simpatia partidária ao PT. Evans (1999), Manza, Hout e Brooks (1995a), Weakliem e Adams (2011) e Evans e De Graaf (2013) corresponderam que o uso de um modelo EGP de classes é mais pertinente a uma análise das classes. No entanto, o uso de um modelo de classe para além da renda não evidenciou resultados discrepantes da literatura ao partidarismo no Brasil, excepcionando as categorias de classes já citadas.

Ações políticas impactam uma maior ou menor influência na base de preferências partidárias classistas. Políticas sociais e propostas pelo combate da desigualdade social aproximam os cidadãos precários no mercado de trabalho e parcelas de trabalhadores à um partidarismo de classe, partindo da lógica de Przeworski (1989). Embora não tenha destrinchado especificamente as alterações do programa partidário petista nesta dissertação, a ligação do PT ao empresariado e ao seu “espírito do Anhembi” o segrega de uma tendência classista significativa ao petismo. Ou seja, para um não alinhamento com os trabalhadores e precários, considerando os argumentos de Przeworski (1989), quando um partido realiza concessões eleitorais para atingir diversas categorias de classes.

Como visto na resenha da literatura, o espírito da defesa do sindicalismo e do discurso anticapitalista do PT desde sua fundação se diluiu com o passar dos anos, singularmente a partir das suas concessões para a campanha presidencial de 2002 (GIMENES, 2015). Singer (2010) mostrou as “duas almas” petista se contradizendo nos mandatos presidenciais, beneficiando o grande capital, na inclusão social de camadas sociais empobrecidas e na relativa melhora na vida de trabalhadores.

Para que os partidos possam ter diferenças partidárias classistas, eles precisam se diferenciar aos indivíduos em termos de classes (EVANS; DE GRAAF, 2013). Quando os partidos convergem suas posições ideológicas ou pragmáticas, os grupamentos de classes não os adotam por essa clivagem. Lupu (2016) considerou isto ao expressar que se as diferenças entre as alternativas partidárias se diluem e combinam um mau desempenho eleitoral, suas marcas partidárias se enfraquecem. Na série histórica do petismo empregada, essa diferença classista foi captada modicamente entre as classes dos empresários e profissionais liberais e trabalhadores e autônomos precários.

Há um dilema aos partidos de esquerda entre manter um forte posicionamento ideológico ou obter um apoio de várias classes para fins eleitorais (PRZEWORSKI, 1989). Com suas devidas diferenças, a mudança para moderações programáticas também ocorreu com outros partidos, exemplarmente ao *New Labour* britânico. Segundo Weakliem e Adams (2011), grandes partidos de esquerda tornaram-se mais cuidadosos, defendendo mais o bem-estar social ao invés de iniciativas transformadoras. Consecutivamente, as estratégias partidárias de classes também moderaram-se no PT.

Uma modificação nas taxas de preferências de trabalhadores a um partido se dá no reconhecimento da sua ação política para sua posição de classe. Como Weakliems e Adams (2011) demarcaram, os membros de uma classe devem reconhecer que os seus interesses materiais estão progredindo por meio da ação política de um partido. Para um maior impacto da variável de classe, é fundamental que os partidos envolvam comunicação, informação e organização de classe (WEAKLIEMS; ADAMS, 2011).

É factual nos resultados que o PT não conseguiu uma expansão nas classes que carrega no seu nome. Se em 2002 as taxas do petismo propuseram 28,9% pelos trabalhadores e 28,4% aos autônomos e precários, em 2018 esta não passou de 21,4% e 24,10%, respectivamente. Apesar da ponderação dos partidos como centrais a um partidarismo classista, fatores de ordem política conjuntural possivelmente afetaram a variação do petismo nas classes. Importante considerar isso não apenas para uma limitação a um petismo de classe, mas na diminuição das preferências partidárias. Apesar dos dados não serem diretamente relativos ao impacto destes

eventos, os índices do partidarismo decaíram em anos de crise do petismo, como no período do mensalão, nas marchas populares de 2013 e no *impeachment* de Dilma Rousseff.

Em 2015, ano de fortes mobilizações pela queda do mandato de Dilma e do início do seu processo de desposse, as taxas do petismo foram baixas até entre os trabalhadores e autônomos e precários. Assim, diferentes aspectos para além da identificação partidária e da estratégia do PT podem ter amaneirado esses índices. Samuels e Zucco (2018) norteiam que um sinal de predileção a um partido no Brasil é capaz de não ter relação com o partidarismo, e sim, por qualidades pessoais dos candidatos ou da boa avaliação de sua gestão. Dados da regressão ratificaram a boa avaliação governamental ao petismo em 2010 e 2015, com 5,957 e 5,957 OR ($p < 0,01$), respectivamente.

O ano de 2015 demonstrou resultados classistas inexpressivos ao petismo, como visto a partir do índice Thomsen, sendo em 2016 chegando a obter resultado negativo no comparativo entre empresários e profissionais liberais vs classe de serviço, com -0,19 *odds ratio* ao petismo. Outro conturbado ano para o petismo nas classes sociais a partir deste índice foram os valores de 2005. Neste ano, todas as composições comparativas de classes demarcaram resultados negativos. O comparativo entre Empr. vs. Aut. findou em -0,18 em 2005. Elaborado no gráfico 3, os índices Thomsen firmaram a limitação da variável de classe ao petismo. Apesar das diferenças nas razões de chances de ser petista entre os mais e menos privilegiados do Brasil nos últimos anos, principalmente em 2018, com 0,92 aos pares de classes Empr. vs Aut, o índice estabeleceu um relativo petismo de classe, não tão expressivo.

A tabela de regressão indicou maiores magnitudes ao petismo nas variáveis de avaliação governamental nos anos de 2010 e 2015, com 5,176 e 5,957 OR ($p < 0,01$), e para a região do Nordeste em 2018, com 2,052 OR ($p < 0,01$). Para as classes sociais, as significâncias positivas ao petismo evidenciaram uma associação da categoria de trabalhadores e autônomos e precários no ano de 2002, obtendo 1,601 ($p < 0,01$) e 1,633 OR ($p < 0,01$). Em 2018, delineando 1,898 OR ($p < 0,01$) aos autônomos e precários em relação à categoria de referência de empresários e profissionais liberais. Estes resultados complementam que um petismo classista foi moderado.

Desta forma, os dados da regressão para as preferências partidárias ao PT ecoam o distanciamento daqueles com maior escolaridade e aproximação do PT com os nordestinos, assim como a não significância da classe trabalhadora ao partidarismo petista desde 2010. Para o ano de 2018, não aderir ao petismo foi mais significativo entre aqueles com uma educação mais qualificada. Isso se distingue ao que ocorria em 2002, ano em que possuir um ensino superior era mais significativo ao petismo, tendo 1,822 OR ($p < 0,01$). Em maiores magnitudes,

o petismo em 2018 esteve mais próximo dos nordestinos que aos sudestinos, com 2,052 OR ($p < 0,01$).

O PT se distinguiu dos partidos brasileiros cultivando a sua marca partidária e na organização e mobilização de partidários desde a sua fundação, alcançando uma progressão no partidarismo, como bem relatou Samuels e Zucco (2018). Os dados descritivos confirmaram que entre 2002 e 2018 o PT esteve à frente das preferências partidárias dos brasileiros em comparativo com outros partidos. Porém, se o partidarismo no Brasil é sinônimo de petismo, os resultados do índice e da regressão apresentados sujeitam que isso não se deu tanto por um alinhamento em características de classes, mesmo para a classe em que o PT leva em seu nome.

Contribuo com Ribeiro (2018) e Samuels e Zucco (2018) por uma mensuração de classe alternativa, categorizando que o petismo nas localizações de classes se deram em um moderado e relativo partidarismo entre as composições de classes privilegiadas e de trabalhadores e autônomos e precários. Os resultados de certa forma refletem os resultados dos últimos autores citados, em que certificam a não significância das classes ao partidarismo no Brasil. Nesse sentido, mesmo com uma tipologia de classes ampliada, uso de índice de *log odds ratio*, como o índice Thomsen, índice defendido por autores da terceira geração de estudo de partidarismo classista, a variável de classe associada ao petismo não indicou um alinhamento.

Pela ocupação no mercado de trabalho e ativos educacionais, as localizações de classes foram moderadas e limitadas ao petismo. Todavia, não proponho desconsiderar a significância desta variável como um todo, e sim, que elas não foram tão significantes ao longo dos anos ao petismo. Ademais, a variável de classe é capaz de ser correlata a outros fenômenos, como ao voto de classe, exposto na pesquisa de Ribeiro (2014; 2019). O PT foi o partido que contou com a maior preferência partidária dos brasileiros nas últimas décadas, entretanto, o petismo não se enraizou efetivamente na sociedade pelas diferenças sociais de todas as classes, excetuando contidamente os excluídos socialmente. Se o partido conseguiu mobilizar e se diferenciar eleitoralmente em termos de classes, como visto em Ribeiro (2014), este não conseguiu o mesmo para as suas preferências partidárias.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA INDUSNET FIESP. Fiesp e Ciesp definem apoio a processo de Impeachment. **Portal Fiesp**, São Paulo, 17 dez. 2015. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-ciesp-definem-apoio-a-processo-de-impeachment/>. Acesso em: 05 nov. 2019.

ALFORD, R. **Party and society**: the anglo-american democracies. Westport [CT]: Greenwood, 1963.

AMARAL, O. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-44, jun. 2011.

AMARAL, O. E.; RIBEIRO, P. F. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 107-123, dez. 2015.

BALBACHEVSKY, E. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 26, p. 133-165, fev. 1992.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e Crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: Poder Estrutural, Contradição e Ideologia. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 72-129, ago. 2017.

BORBA, J. *et al.* Determinantes Individuais e de Contexto da Simpatia Partidária na América Latina. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 39-71, fev. 2018.

BORGES, A.; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 53-89, abr. 2016.

BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JR., J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303, nov. 2011.

BREEN, R. Foundations of a neo-weberian class analysis. In: WRIGHT, Erik O [Ed.]. **Approaches to class analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 31-51.

BROOKS, C.; HOUT, M.; MANZA, J. The democratic class struggle in the United States. **American Sociological Review**, Washington, v. 60, n. 6, p. 805-828, dez. 1995b.

CALCA, P. As clivagens políticas e os partidos: uma abordagem. **Cies E-working Paper**, Lisboa, v. 1, n. 99, p.1-16, jan. 2010.

CAMPBELL, A. *et al.* **The American voter**. New York: Wiley Press, 1960.

CARNEIRO, G.; MOISÉS, J. Sobre o enraizamento dos partidos políticos na sociedade brasileira. **Interesse Nacional**, São Paulo, v. 7, n.28, p. 20-37, jan. 2015.

CARREIRÃO, Y. S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, v. 1, n. 14, p. 255-295, ago. 2014.

CARREIRÃO, Y. S.; KINZO, M. D. G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-168, dez. 2004.

CARVALHAES, F. A. de O. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. **Soc. Estado.**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 673-703, dez. 2015.

CESOP – CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA (UNICAMP)/DATAFOLHA. Bancos de dados (2002-2018). **Centro de Estudos de Opinião Pública**, 2019. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados >. Acesso em: 14 set. 2019.

CLARK, T. N.; LIPSET, S. M.; REMPEL, M. The Declining Political Significance of Social Class. **International Sociology**, Madrid, v. 8, n. 3, 293-316, set. 1993.

CNI/IBOPE – Confederação Nacional Da Indústria/Ibope. Indicadores CNI – Avaliação do Governo 03/1999 a 12/2019. **Confederação Nacional da Indústria**, 2019. Disponível em: <http://www6.sistemaindustria.org.br/gpc/externo/listaResultados.faces?codPesquisa=121>. Acesso em 06 nov. 2019.

CREWE, I.; THOMSON, K. Party loyalties: dealignment or realignment? In: EVANS, G.; NORRIS, P. (eds.), **Critical elections: british parties and voters in long-term perspective**. London: SAGE Publications Ltda., 1999. p. 64-86.

DALTON, R. J.; WELDON, S. Partisanship and Party System Institutionalization. **Party Politics**, Brighton, v. 13, n. 2, p.179-196, mar. 2007.

DALTON, R. **The apartisan American: dealignment and changing electoral politics**. Washington: Sage, 2013.

DALTON, R.; MCALLISTER, I.; WATTENBERG, M. The consequences of partisan dealignment. In: DALTON, R.; WATTENBERG, M. (ed.). **Parties without partisans. political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 37-63.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. New York: Harper & Row, 1957.

ERIKSON, R. GOLDTHORPE, J. H. PORTOCARERO, L. “Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies”. **British journal of Sociology**, Londres, v.1, n. 30, p. 415-441, fev. 1979

ERIKSON, R. GOLDTHORPE, J. **The constant flux: a study of class mobility in industrial societies**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

EVANS, G. The continued significance of class voting. **Annual Review of Political Science**, Oxford, v. 3, n. 1, p. 401-417, fev. 2000.

_____. **The end of class politics?** Class voting in comparative context. New York: Oxford University Press, 1999.

EVANS, G.; DE GRAAF, N. D. **Political choice matters: explaining the strength of class and religious cleavages in cross-national perspective**. New York: Oxford University Press, 2013.

EVANS, G.; HEATH, A.; PAYNE, C. Modelling trends in the class/party relationship, 1964-1987. **Electoral Studies**, Egham, v.1, n.10, p. 99-117, jun. 1991.

EVANS, G.; NORRIS, P. (ed.). **Critical elections**: british parties and voters in long-term perspective. London: SAGE Publications Ltda., 1999.

EVANS, G.; TILLEY, J. **The new politics of class**: the political exclusion of the British working class. Oxford: Oxford University Press, 2017.

FERRAZ, S. Voto e Classe: notas sobre alguns estudos recentes. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 451-477, nov. 2009.

FILGUEIRAS, F. Corrupção e cultura política: a percepção da corrupção no Brasil. In: TELLES, H.; MORENO, A. (org.). **Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina**: o eleitor latino-americano. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. p. 221-258

GIMENES, E. R. **A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias**: partidatismo na América Latina. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GIMENES, E. R. *et al.* Partidarismo no Brasil: análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014). **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 121-148, abr. 2016.

GOLDTHORPE, J. Models for class voting. In: 13th World Congress of Sociology Association, n.13., 1994, Bielefeld. **Proceedings of 13th World Congress of Sociology Association**. Bielfeld: Universitat Bielefeld, 1994, p. 200-217.

_____. **Social mobility and class structure in modern Britain**. Oxford: Oxford University Press, 1980.

_____. The promising future of class analysis: a response to recent critiques. **Sociology**, Manchester, v. 26, n. 3, p.381-400, ago. 1992.

HEATH, A.; JOWELL, R.; CURTICE, J. **The Rise of New Labour**: Party Policies and Voter Choices. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HEATH, A.; *et al.* **Understanding political change**. Oxford: Pergamon, 1991

HEATH, O. Economic crisis, party system change, and the dynamics of class voting in Venezuela. **Electoral Studies**, Egham, v.28, n. 3, p.467-479, fev. 2009.

HOLZHACKER, D. O.; BALBACHEVSKY, E. Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições 2002 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas,v. 13, n. 2, p. 283-306, nov. 2007.

INGLEHART, R. **Modernization and post-modernization**: cultural, economic and political change in 43 societies. Princeton [NJ]: Princeton University Press, 1997.

INGLEHART, R.; FLANAGAN, S. Value Change in Industrial Societies. **The American Political Science Review**, Washington, v. 81, n. 4, p. 1289-1319, dez. 1987.

KECK, M. **A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KING, G. **A solution to the ecological inference problem**: reconstructing individual behavior from aggregate data. Princeton: Princeton University Press, 1997.

KINZO, M. D. G. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 65-81, fev. 2005.

_____. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 23-40, fev. 2004.

KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P.; PAIVA, D. O eleitor antipetista: partidatismo e avaliação retrospectiva. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 638-674, dez. 2016.

LAMOUNIER, B. Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista. In: LAMOUNIER, B. **Os partidos e o regime**: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978. p. 7-95.

LAZARSFELD, P.; BERELSON, B.; GAUDET, H. **The people's choice**: how to voter makes up his mind in a presidential campaign. 2. ed. New York: Columbia University Press, 1965.

LAZZARI, E. A. Explicações assimétricas para a desconfiança em partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v.23, n.2, p.334-360, fev. 2017.

LIPSET, S. M. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967b.

LIPSET, S. M.; CLARK, T. N. Are social classes dying? **International Sociology**, Barcelona, v.6, n.4, p. 397-410, dez. 1991.

LIPSET, S.; ROKKAN, S. Cleavage Structures, Party Systems and Voter Alignments: an Introduction. In: LIPSET, S.; ROKKAN, S. (org.). **Party systems and voter alignments**: cross national perspectives. New York: Free, 1967a. p. 91-111.

LUPU, N. **Partisanship in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

_____. **Party brands in crisis**: partisanship, brand dilution, and the breakdown of political parties in Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

MAINWARING, S.; TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n.2, p. 249-286, out. 2005.

MANZA, J.; HOUT, M.; BROOKS, C. Class voting in capitalist democracies since World War II: dealignment, realignment, or trendless fluctuation? **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 21, n. 1, p. 137-162, dez. 1995a.

_____. The persistence of classes in post-industrial societies. **International Sociology**, Barcelona, v. 8, n. 3, p. 259-277, set. 1993.

MATTOS, R. S.; VEIGA, Á. Inferência ecológica para recuperação de dados desagregados. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v.63, n.1, p. 29-54, jun. 2004.

MCCALL, L.; MANZA, J. **Class Differences in Social and Political Attitudes in the United States**. In: The Oxford Handbook of American Public Opinion and the Media. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MENEGUELLO, R. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MENEGUELLO, R.; AMARAL, O. E. Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil. **BSP Occasional Papers**, Oxford, v. 1, n. 2, p. 1-25, jan. 2008.

NICOLAU, J. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 311-325, dez. 2014.

NIEUWBEERTA, P. **The democratic class struggle in twenty countries (1945-1999)**. Amsterdam: Thesis Publisher, 1995.

NIEUWBEERTA, P.; DE GRAAF, N. D. Traditional class voting in twenty postwar societies. In: EVANS, G. (org.). **The end of class politics?** Class voting in a comparative context. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 23-58.

PAKULSKI, J. The dying of class or Marxist class theory? **International Sociology**, Barcelona, v. 8, n. 3, p. 279-292, set. 1993.

PEREIRA, F. B. “A estabilidade e a efetividade da preferência partidária no Brasil”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 1 n. 13, p. 213-244, abr. 2014.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e socialdemocracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, F. W. (org.). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.

_____. Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora. In: REIS, F. W. **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009c. p.217-288.

_____. Em busca da lógica do processo eleitoral brasileiro. In: REIS, F. W. **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009a. p.295-p.312.

_____. **O eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro**. Mercado e Utopia. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009b.

REIS, F. W.; CASTRO, M. M. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 26, p. 81-131, ago. 1992.

RENNÓ, L; PEIXOTO, V. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 304-332, jan. 2011.

RENNÓ, L; CABELLO, A. As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 39-60, out. 2010.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 603-637, dez. 2016.

RIBEIRO, G. C. M. Voto de classe no Brasil: de Lula a Bolsonaro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, v.43, 2019, Caxambu. **Anais do 43º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**.

_____. **Classes sociais e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo (2002-2010)**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

_____. Lulismo, petismo e classes sociais: revisitando teses sobre comportamento político no Brasil. In: ENCONTRO DA ABCP, v. 11, 2018, Curitiba. **Anais do 11º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Curitiba: ABCP, 2018, p.1-22.

RIBEIRO, P. F. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

ROCHA, M. C. Comportamento Eleitoral e Instituições Políticas na América Latina. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SAMUELS, D. A evolução do petismo (2002/2008). **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 302-318, fev. 2008.

_____. As bases do petismo. **Opinião Pública**, Campinas, v.10, n. 2, p.221-241, fev. 2004.

_____. Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 1-26, jan. 1997

_____. Sources of mass partisanship in Brazil. **Latin American Politics and Society**, Miami, v. 48, n.1, p. 1-27, jan. 2006.

SAMUELS, D.; ZUCCO, C. Lulismo, petismo and the future of Brazilian politics. **Journal of Politics in Latin America**, Hamburgo, v. 6, n. 3, p. 129-158, ago. 2014.

_____. **Partisans, antipartisans, and nonpartisans**: voting behavior in Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SANTOS, J. A. F; SCALON, C. Desigualdades, classes e estratificação social. In: MARTINS, Carlos Benedito [Org.]. **Horizontes das ciências sociais no Brasil**: sociologia. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 75-104.

SANTOS, J. A. F. Esquema de classe para abordar a desigualdade de saúde no Brasil. **Cadernos do Itaboraí**, Petrópolis, v. 1, n. 1, p. 39-64, dez. 2014.

_____. Comprehending the class structure specificity in Brazil. **South African Review of Sociology**, Pretoria, v. 41, n. 3, p. 463-479, jun. 2010.

_____. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, nov. 2005.

SARTORI, G. Da sociologia da política à sociologia política. In: LIPSET, S. M. (org.). **Política e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 195-249.

_____. From the Sociology of Politics to Political Sociology. **Government and Opposition**, Cambridge, v. 4, n. 2, p.195-214, abr. 1969.

SCALON, C.; RIBEIRO, C. A. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 1-22, dez. 2001.

SCHOULTZ, A. Party systems and voter alignments. **The SAGE Handbook of electoral behaviour**, London, v. 2, n. 1, p. 30-55, fev. 2017.

SILVEIRA, F. E. **O novo eleitor não-racional**. 1996. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SINGER, A. A segunda alma do partido dos trabalhadores. **Novos estudos-CEBRAP**, São Paulo, v. 1, n. 88, p. 89-111, dez. 2010.

_____. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos-Cebrap**, São Paulo, v. 1, n. 102, p. 39-67, jul. 2015.

_____. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do governo Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos**, São Paulo, n. 85, p. 83-102, fev. 2009.

SINGER, P. **Dominação e desigualdade**: estrutura de classe e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SITTER, N. Cleavages, party strategy and party system change in Europe, east and west. **Perspectives on European Politics and Society**, Dundee, v. 3, p. 3, p. 425-451, fev. 2002.

SOARES, G. The brazilian political system: new parties and old cleavages. **Luso-Brazilian Review**, Madison, n. 1, v. 19, p. 39-66, jan. 1982.

SOARES, G.; TERRON, S. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 269-301, nov. 2008.

TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 310-337, nov. 2010.

VEIGA, L. F. O partidarismo no Brasil (2002/2010). **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 400-425, nov. 2011.

VEIGA, L. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 340-365, fev. 2007.

VIEIRA, R. O transformismo petista: considerações acerca das transformações históricas do Partido dos Trabalhadores no Brasil. **Memorias**-Revista digital de Historia y Arqueología desde el Caribe colombiano, Barranquilla, v. 1 n. 17, p. 1-58, dez. 2012.

WEAKLIEM, D.; ADAMS, J. What do we mean by “class politics? **Politics & Society**, Baltimore, v. 39, n. 4, p. 476-495, ago. 2011.

WRIGHT, E. O. Análise de classes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v.1, n.17, p.121-163, ago. 2015.

WRIGHT, E. O. **Class Counts**: comparative studies in class analysis; student edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2000

WRIGHT, Erik O. **Classes**. Londres: Verso Editions, 1985. Disponível em: <http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>. Acesso em: 22 ago. 2019.